

**GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO**  
*Secretaria da Educação*



# **Diretriz Regimental Comum da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo**

**Versão 1.0 / 2025**



## Ficha Técnica

**JOSÉ RENATO CASAGRANDE**

Governador do Estado do Espírito Santo

**RICARDO DE REZENDE FERRAÇO**

Vice-Governador do Estado do Espírito Santo

**VITOR AMORIM DE ANGELO**

Secretário de Estado da Educação

**ANDRÉ MELOTTI ROCHA**

Subsecretário de Estado de Planejamento e Avaliação

**ANDRÉA GUZZO PEREIRA**

Subsecretária de Estado de Educação Básica e Profissional

**MIRELLA CARLA MENDES CHRIST**

Subsecretária de Estado de Administração e Finanças

**VINICIUS JOSÉ SIMÕES**

Subsecretário de Estado de Suporte a Educação

**DARCILA APARECIDA DA SILVA CASTRO**

Subsecretária de Estado de Articulação Educacional



**ORGANIZAÇÃO:**

Wolmar Marvilla Mello



**REVISÃO:**

Marcia Queiroz da Silva Pires



**EDITORAÇÃO:**

Frederico Prati Neto



**Diretriz Regimental Comum da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo**

Uma publicação da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo. Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, desde que citada a fonte e o sítio da Internet onde pode ser encontrado o original ([www.sedu.es.gov.br](http://www.sedu.es.gov.br)).



[regulacao@sedu.es.gov.br](mailto:regulacao@sedu.es.gov.br)



(27) 3636 7600  
(27) 3636 7601



Secretaria da Educação (SEDU)  
Av. César Hilal, nº 1.111, Santa Lúcia, Vitória  
ES, CEP 29.056-085

## **Coordenação Geral - Gerência de Normas, Procedimentos e Regulação (GENPRO)**

---

### **WOLMAR MARVILLA MELO**

Gerente de Normas, Procedimentos e Regulação - GENPRO

### **THIELE ARPINI GABURRO DALVI**

Subgerente de Escolas Extintas - SUEx

### **STELA LIMA COMETI**

Subgerente de Documentação e Atos Escolares - SUDAE

---

### **EQUIPE TÉCNICA - GENPRO**

#### **CHRISTIANE DE LIMA SILVEIRA TOMAZINI**

Supervisora de Sistema Educacional

#### **FREDERICO PRATI NETO**

Supervisor de Sistema Educacional

#### **MARCIA QUEIROZ DA SILVA PIRES**

Supervisora de Sistema Educacional

#### **SHIRLEI CRISTIANE ARAÚJO DE FREITAS**

Técnica Pedagógica

#### **THIAGO DA SILVA MACHADO**

Supervisor de Sistema Educacional

## **Agradecimentos especiais pelas contribuições e melhorias na elaboração desta Diretriz Regimental Comum da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo**

---

Subsecretarias de Estado: Subsecretaria de Estado da Educação Básica e Profissional (SEEB), Subsecretaria de Estado de Planejamento e Avaliação (SEPLA), Subsecretaria de Estado de Suporte à Educação (SESE) e Subsecretaria de Estado da Administração e Finanças (SEAF), Subsecretaria de Estado e Articulação Educacional (SEAE).

Gerências, Subgerências e Equipes Técnicas da Unidade Central da SEDU.

Corregedoria da SEDU.

Trio gestor das 11 Superintendências Regionais de Educação - SREs.

Supervisores Escolares Regionais.

Equipe Técnico-Pedagógica de todas as unidades escolares da Rede Pública Estadual.

Companhia Independente de Polícia Escolar - CIPE.

Encarregado Interno pelo Tratamento de Dados Pessoais da Secretaria de Estado da Educação - DPO.

### **Parceiros Externos:**

Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo - CEE ES.

Comissão da Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

Ministério Público do Estado do Espírito Santo.

Comissão de Direito Educacional - OAB/ES.

Secretaria de Estado de Direitos Humanos.

Conselho Estadual da Criança e do Adolescente.

Conselhos Tutelares Capixabas.

Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo - Sindiupes.

Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos, Ativos e Aposentados do Estado do Espírito Santo - Sindipúblicos.



## Grupo de Trabalho (GT) instituído pela Portaria nº 363-R, de 26 de dezembro de 2024, para revisão da Diretriz Regimental Comum da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo

---

### **WOLMAR MARVILLA MELO** (Coordenador Geral)

Gerente da Gerência de Normas, Procedimentos e Regulação (GENPRO)

### **MARCIA QUEIROZ DA SILVA PIRES** (Coordenadora Adjunta)

Supervisora de Sistema Educacional

### **SHIRLEI CRISTIANE ARAÚJO DE FREITAS** (Membro)

Técnica Pedagógica da GENPRO

### **THIAGO DA SILVA MACHADO** (Membro)

Supervisor de Sistema Educacional

### **SRE AFONSO CLAUDIO**

#### **JONAS DE VARGAS PAGOTTO** (Membro)

Supervisor Escolar Regional

#### **KELY APARECIDA LOPES** (Membro)

Supervisora Escolar Regional

### **SRE BARRA DE SÃO FRANCISCO**

#### **KEYLA VARGAS LOPES** (Membro)

Supervisora Escolar Regional

#### **SIRLEI MARIA DE SOUZA** (Membro)

Supervisora Escolar Regional

### **SRE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM**

#### **CRISTIANE MOREIRA GOMES** (Membro)

Supervisora Escolar Regional

#### **ELISIO UELTON PAZINATO DE OLIVEIRA** (Membro)

Supervisor Escolar Regional

### **SRE CARIACICA**

#### **DEGIANE FIGUEREDO MIOTTO SCHIAVO** (Membro)

Supervisora Escolar Regional

#### **NALLU DANIELLY GAMA DE SOUZA** (Membro)

Supervisora Escolar Regional

### **SRE COMENDADORA JUREMA MORETZ SOHN - GUAÇUÍ**

#### **MAURÍCIO SOARES LIMA JUNIOR** (Membro)

Supervisor Escolar Regional

#### **VANDERLEIA APARECIDA FERREIRA CARNEIRO** (Membro)

Supervisora Escolar Regional

### **SRE LINHARES**

#### **DIEGO GUIMARÃES PINTO** (Membro)

Supervisor Escolar Regional

#### **IRACEMA HOFMAN DE SOUZA** (Membro)

Supervisora Escolar Regional

### **SRE NILZA PEREIRA LEITE - CARAPINA**

#### **RACHEL BORGES CORTE PELISSARI** (Membro)

Supervisora Escolar Regional

#### **ROSIANI OLIVEIRA CHISTE CASOTTI** (Membro)

Supervisora Escolar Regional

### **SRE NOVA VENÉCIA**

#### **ALCIDINÉIA FRANCESCHETTO MORELLO** (Membro)

Supervisora Escolar Regional

#### **ELISANGELA TORETTA ZEN** (Membro)

Supervisora Escolar Regional

#### **SONIA MARIA ROCON POEYS** (Membro)

Supervisora Escolar Regional

### **SRE PROFESSORA EUCY ROSSI PAGANI - COLATINA**

#### **SIMONE CORRÊA BOLONEZI** (Membro)

Supervisora Escolar Regional

#### **TIAGO BISSI** (Membro)

Supervisor Escolar Regional

### **SRE SÃO MATEUS**

#### **MARCIA MURICI REDIVO BARBOSA** (Membro)

Supervisora Escolar Regional

#### **MARCONI ROCHA** (Membro)

Supervisora Escolar Regional

### **SRE VILA VELHA**

#### **CRISTIANE NUNES DOS REIS FREITAS** (Membro)

Supervisora Escolar Regional

#### **RICK BERTUANI DOELLINGER** (Membro)

Supervisor Escolar Regional

## **Apresentação**

---

A **Diretriz Regimental Comum da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo** constitui um marco significativo para a organização, a gestão e o fortalecimento da educação pública estadual. Sua elaboração representa o compromisso da Secretaria de Estado da Educação (SEDU) com a garantia do direito à educação, a promoção da gestão democrática e a consolidação de normas claras, coerentes e alinhadas às necessidades das unidades escolares da rede estadual.

O documento é resultado de um processo de construção coletiva conduzido pela SEDU, com a participação integrada de profissionais das Subsecretarias de Estado da Educação Básica e Profissional (SEEB), de Planejamento e Avaliação (SEPLA), de Suporte à Educação (SESE), de Administração e Finanças (SEAF), de Articulação Educacional (SEAE), bem como das Superintendências Regionais de Educação (SREs) e das equipes gestoras das escolas.

Destaca-se, ainda, o trabalho do Grupo de Trabalho (GT) instituído pela Portaria SEDU nº 363-R/2024, de 26 de dezembro de 2024, responsável pela revisão integral da Diretriz e pela organização de grupos temáticos com representantes da GENPRO e das SREs, assegurando ampla representatividade dos diferentes territórios e realidades educacionais do Estado.

A SEDU registra seu agradecimento às gerências, subgerências, grupos de trabalho, equipes das SREs e unidades escolares que contribuíram de forma ativa e comprometida ao longo do processo. Cada sugestão, análise técnica, ajuste e registro fortaleceu este instrumento normativo, que, como diretriz referencial, estabelece parâmetros para a organização e o funcionamento da educação pública estadual, assegurando igualdade de acesso e permanência dos estudantes, promovendo a gestão democrática e garantindo a qualidade do ensino em toda a rede pública estadual.

Resultado de uma construção coletiva e dialógica, a Diretriz Regimental Comum reafirma o compromisso da SEDU com uma educação pública eficiente, democrática, inclusiva e orientada para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Por fim, ressalta-se que o Regimento Escolar constitui o principal instrumento jurídico-normativo da escola. Sua customização/adaptação, quando realizada com rigor técnico e em conformidade com a legislação vigente, assegura segurança jurídica à gestão, confere legitimidade aos atos administrativos e promove clareza, transparência e previsibilidade para toda a comunidade escolar.

# Sumário

<b>TÍTULO I</b>	<b>10</b>
DA ESTRUTURA E DO PROCESSO DE GESTÃO	
<b>Capítulo I</b>	<b>10</b>
Das Disposições Preliminares (Art. 1º e 2º)	
<b>Capítulo II</b>	<b>10</b>
Do Sistema de Ensino do Espírito Santo (Art. 3º a 5º)	
<b>Capítulo III</b>	<b>11</b>
Da Estrutura Escolar Art. 6º a 10)	
<b>Capítulo IV</b>	<b>12</b>
Da Organização da Educação Brasileira (Art. 11 e 12)	
<b>Capítulo V</b>	<b>12</b>
Da Educação Básica (Art. 13 e 14)	
<b>Capítulo VI</b>	<b>13</b>
Dos Objetivos da Educação Básica (Art. 15 e 16)	
<b>TÍTULO II</b>	<b>14</b>
DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM	
<b>Capítulo I</b>	<b>14</b>
Das Etapas e Modalidades de Ensino da Educação Básica (Art. 17 e 18)	
<b>Capítulo II</b>	<b>15</b>
Das Etapas de Ensino	
- Seção I: Do Ensino Fundamental (Art. 19 a 22)	
- Seção II: Do Ensino Médio (Art. 23 a 26)	
<b>Capítulo III</b>	<b>17</b>
Das Modalidades de Ensino (Art. 27)	
- Seção I: Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Tecnológica (Art. 28 a 30)	
- Seção II: Da Educação de Jovens e Adultos (Art. 31 a 34)	
- Seção III: Da Educação do Campo (Art. 35 a 38)	
- Seção IV: Da Educação Escolar Indígena.(Art. 39 a 42)	
- Seção V: Da Educação Escolar Quilombola (Art. 43 a 47)	
- Seção VI: Da Educação Especial (Art. 48 a 55)	
<b>Capítulo IV</b>	<b>24</b>
Das Formas de Oferta de Ensino (Art. 56 a 58)	
- Seção I: Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Tecnológica (Art. 59 a 64)	
- Seção II: Da Educação de Jovens e Adultos (Art. 65 a 76)	
- Seção III: Da Educação de Tempo Integral (Art. 77 a 81)	
- Seção IV: Da Educação do Campo, Indígena e Quilombola (Art. 82 a 87)	
- Seção V: Da Educação Escolar na Socioeducação (Art. 88 a 95)	
- Seção VI: Da Educação Escolar nas Prisões (Art. 96 a 104)	
<b>Capítulo V</b>	<b>34</b>
Do Currículo (Art. 105 a 114)	
<b>Capítulo VI</b>	<b>36</b>
Da Organização Curricular (Art. 115 a 119)	

<b>Capítulo VII</b>	<b>37</b>
Do Processo de Avaliação (Art. 120)	
- Seção I: Do Rendimento Escolar do Estudante (Art. 121 e 122)	
- Seção II: Da Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem (Art. 123 a 125)	
- Seção III: Da Recuperação de Estudos. (Art. 126)	
- Seção IV: Do Registro dos Resultados da Avaliação (Art. 127 a 133)	
<b>Capítulo VIII</b>	<b>41</b>
Dos Ajustes Pedagógicos (Art. 134)	
- Seção I: Da Classificação (Art. 135)	
- Seção II: Da Reclassificação (Art. 136 e 137)	
- Seção III: Do Avanço Escolar (Art. 138 a 140)	
<b>Capítulo IX</b>	<b>44</b>
Do Atendimento Educacional em Regime Hospitalar (Art. 141 e 142)	
<b>Capítulo X</b>	<b>44</b>
Do Atendimento Educacional em Regime Domiciliar (Art. 143 a 147)	
<b>Capítulo XI</b>	<b>45</b>
Do Aproveitamento de Estudos (Art. 148 a 150)	
<b>Capítulo XII</b>	<b>46</b>
Da Complementação Curricular (Art. 151 a 153)	
<b>Capítulo XIII</b>	<b>47</b>
Do Desempenho da Equipe Técnico-Pedagógica (Art. 154 a 162)	
<b>Capítulo XIV</b>	<b>49</b>
Da Avaliação Institucional (Art. 163 a 167)	
<b>TÍTULO III</b>	<b>51</b>
DAS RELAÇÕES ENTRE OS PARTICIPANTES DO PROCESSO	
<b>Capítulo I</b>	<b>51</b>
Da Estrutura Organizacional Administrativa, Técnica e Pedagógica (Art. 168 a 173)	
<b>Capítulo II</b>	<b>54</b>
Dos Órgãos Colegiados (Art. 174 a 176)	
- Seção I: Do Conselho de Escola (Art. 177 a 180)	
- Seção II: Do Grêmio Estudantil (Art. 181 a 184)	
- Seção III: Do Conselho de Líderes (Art. 185 a 187)	
- Seção IV: Do Conselho de Classe (Art. 188 a 192)	
<b>Capítulo III</b>	<b>61</b>
Das Atribuições dos Profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica (Art. 193 a 195)	
- Seção I: Do Diretor Escolar (Art. 196 a 199)	
- Seção II: Do Coordenador Pedagógico - CP (Art. 200 e 201)	
- Seção III: Do Coordenador Administrativo de Secretaria e Financeiro - CASF (Art. 202 e 203)	
- Seção IV: Do Pedagogo (Art. 204 e 205)	
- Seção V: Do Coordenador Escolar (Art. 206 a 208)	
- Seção VI: Do Professor Regente de Classe (Art. 209 e 210)	
- Seção VII: Do Professor Coordenador de Área - PCA (Art. 211 a 215)	
- Seção VIII: Do Professor Coordenador de Curso Técnico - PCCT (Art. 216 a 219)	
- Seção IX: Do Agente de Suporte Educacional (Art. 220 a 222)	
- Seção X: Do Assistente Administrativo (Art. 223 e 224)	
- Seção XI: Do Técnico da Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar - APOIE (Art. 225 a 229)	
- Seção XII: Dos Profissionais envolvidos com Programas e Projetos Educacionais (Art. 230 a 232)	
- Subseção I: Do Professor Articulador do Programa Sucesso Escolar (Art. 233 a 235)	
- Subseção II: Do Coordenador e dos Professores de Língua Portuguesa e de Matemática do Programa de Fortalecimento da Aprendizagem (Art. 236 a 241)	

- Subseção III: Do Professor Coordenador de Inovação do Programa Escola do Futuro. (Art. 242 a 246)
- Subseção IV: Do Professor Coordenador de Estratégias para Equidade Racial nas Escolas Prioritárias (Art. 247 a 250)

#### **Capítulo IV**

**72**

Dos Direitos e Deveres dos Profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica (Art. 251 a 254)

- Seção I: Dos Direitos dos Profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica (Art. 255)
- Seção II: Dos Deveres dos Profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica (Art. 256)
- Seção III: Das Proibições dos Profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica (Art. 257 e 258)
- Seção IV: Do Regime Disciplinar Aplicado aos Profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica (Art. 259)

#### **Capítulo V**

**86**

Do Corpo Discente (Art. 260 a 262)

- Seção I: Dos Direitos do Corpo Discente (Art. 263)
- Seção II: Dos Deveres do Corpo Discente (Art. 264)
- Seção III: Do Regime Disciplinar Aplicado ao Corpo Discente (Art. 265)
- Seção IV: Dos Atos Indisciplináveis (Art. 266 e 267)
- Seção V: Dos Atos Indisciplináveis Leves (Art. 268 e 269)
- Seção VI: Das Medidas Educativas Disciplináveis dos Atos Indisciplináveis Leves (Art. 270 e 271)
- Seção VII: Dos Procedimentos dos Atos Indisciplináveis Leves (Art. 272 e 273)
- Seção VIII: Dos Atos Indisciplináveis Graves (Art. 274 a 276)
- Seção IX: Das Medidas Educativas Disciplináveis dos Atos Indisciplináveis Graves (Art. 277)
- Seção X: Dos Procedimentos dos Atos Indisciplináveis Graves (Art. 278)
- Seção XI: Da diferença entre um Ato Indisciplinar e um Ato Infracional (Art. 279)
- Seção XII: Dos Atos Infracionais (Art. 280 e 281)
- Seção XIII: Das Medidas Educativas Disciplináveis dos Atos Infracionais (Art. 282)
- Seção XIV: Dos Procedimentos dos Atos Infracionais (Art. 283 a 288)

#### **Capítulo VI**

**110**

Do Fluxo de Combate a Ameaças de Atentado (Art. 289 e 290)

- Seção I: Das Responsabilidades do Diretor Escolar (Art. 291 a 293)
- Seção II: Das Responsabilidades da SRE (Art. 294)
- Seção III: Das Responsabilidades da SEDU Central (Art. 295)

#### **Capítulo VII**

**115**

Dos Direitos e Deveres da Família e/ou Representante Legal do estudante (Art. 296)

- Seção I: Dos Direitos da Família e/ou Representante Legal do Estudante (Art. 297)
- Seção II: Dos Deveres da Família e/ou Representante Legal do Estudante (Art. 298)
- Seção III: Das Proibições da Família e/ou Representante Legal do Estudante. (Art. 299)
- Seção IV: Da Responsabilização da Família e/ou Representante Legal do Estudante (Art. 300)

### **TÍTULO IV**

**120**

DA ORGANIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR

#### **Capítulo I**

**120**

Do Regime de Funcionamento da Unidade Escolar (Art. 301 a 305)

#### **Capítulo II**

**122**

Da Chamada Escolar Anual (Art. 306 a 310)

#### **Capítulo III**

**123**

Do Ano Letivo (Art. 311)

- Seção I: Do Calendário Escolar Anual (Art. 312 e 313)	
- Seção II: Da Frequência (Art. 314 e 315)	
- Subseção I: Dos Casos de Infrequência Amparados por Lei (Art. 316 a 318)	
- Subseção II: Do Tratamento Especial para os Casos de Infrequência Amparados por Lei (Art. 319 a 321)	
- Subseção III: Da Ausência do Estudante em Regime Hospitalar (Art. 322)	
- Subseção IV: Da Ausência do Estudante em Regime Domiciliar (Art. 323)	
- Subseção V: Da Ausência do Estudante Trabalhador (Art. 324 e 325)	
- Subseção VI: Da Ausência do Estudante com Direito à Guarda Religiosa (Art. 326)	
<b>Capítulo IV</b>	<b>128</b>
Da Transferência (Art. 327)	
<b>Capítulo V</b>	<b>128</b>
Da Correção de Fluxo da Distorção Idade-Ano/Série (Art. 328 a 334)	
<b>Capítulo VI</b>	<b>130</b>
Da Equivalência e da Revalidação de Estudos (Art. 335 a 341)	
<b>Capítulo VII</b>	<b>131</b>
Da Regulação da Vida Escolar (Art. 342 a 344)	
<b>Capítulo VIII</b>	<b>132</b>
Da Escrituração e Documentação Escolar (Art. 345 A 350)	
<b>TÍTULO V</b>	<b>133</b>
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	
<b>Capítulo I</b>	
Das Vedações Gerais da Unidade Escolar (Art. 351)	
<b>Capítulo II</b>	<b>133</b>
Da Cantina Escolar (Art. 352 a 356)	
<b>Capítulo III</b>	<b>135</b>
Da Cessão e do Uso de Espaços Públicos (Art. 357 e 358)	
<b>Capítulo IV</b>	<b>136</b>
Da Doação de Livros Didáticos e Materiais Bibliográficos (Art. 359 a 361)	
<b>Capítulo V</b>	<b>137</b>
Dos Inservíveis (Art. 362 a 364)	
<b>Capítulo VI</b>	<b>138</b>
Do Transporte Escolar (Art. 365 a 369)	
<b>Capítulo VII</b>	<b>140</b>
Da Gestão Documental (Art. 370 a 375)	
<b>Capítulo VIII</b>	<b>142</b>
Das Recomendações Finais (Art. 376 a 384)	
<b>Referências Legislativas</b>	<b>143</b>
<b>Portaria SEDU nº 001-R/2026</b>	<b>170</b>



## TÍTULO I DA ESTRUTURA E DO PROCESSO DE GESTÃO

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** Esta Diretriz Regimental Comum, nos termos do §1º do art. 53 da Resolução CEE-ES nº 3.777/2014, suas alterações ou a que vier a substituí-la, deverá ser adotada pelas unidades escolares públicas estaduais na elaboração de seu Regimento Escolar específico.

**§ 1º** A Diretriz Regimental Comum da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo, como diretriz referencial, tem por objetivo principal estabelecer normas para a organização e o funcionamento da educação estadual, garantindo a igualdade de acesso e permanência para os estudantes, promovendo a gestão democrática e assegurando a qualidade do ensino em todas as unidades escolares públicas estaduais.

**§ 2º** A Diretriz Regimental Comum, em conformidade com a Portaria SEDU nº 363-R, de 26 de dezembro de 2024, é resultado de uma construção coletiva e dialógica, realizada por meio da criação de um Grupo de Trabalho síncrono e de Escutas Ativas assíncronas, refletindo a gestão democrática da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo - SEDU/ES.

**Art. 2º** Cada unidade escolar pública estadual elaborará seu Regimento Específico tendo como base o estabelecido nesta Diretriz Regimental Comum.

**Parágrafo único.** As orientações de elaboração, aprovação e revisão do Regimento Específico de cada unidade escolar pública estadual será realizada conforme especificado nos dispositivos da Portaria que institui esta Diretriz Regimental Comum.

### CAPÍTULO II DO SISTEMA DE ENSINO DO ESPÍRITO SANTO

**Art. 3º** O Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo é composto pelas escolas da rede pública estadual de ensino, das redes públicas municipais de ensino que não têm sistema de ensino constituído e, por fim, pelas escolas da rede privada.

**Parágrafo único.** Nos termos da Lei Ordinária Estadual nº 2.277, de 30 de janeiro de 1967, em vigor, no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo, a educação tem como finalidades:

I - promover o desenvolvimento integral da pessoa humana, na compreensão de sua dignidade, de seus direitos e deveres, visando à sua participação na obra do bem comum;

II - formar física, intelectual, moral, religiosa e civicamente o indivíduo, para que responda adequadamente à missão que deve cumprir na família, na comunidade e na sociedade em geral;

**III** - preparar o indivíduo e a sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades de vencer as dificuldades do meio;

**IV** - preservar e expandir o patrimônio cultural para o desenvolvimento da região e o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional; e

**V** - incrementar o conhecimento e aproveitamento dos recursos regionais para a integração estadual no desenvolvimento do país.

**Art. 4º** Em conformidade com a Lei Complementar Estadual nº 401, de 12 de julho de 2007, suas alterações ou a que vier a substituí-la, o Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo - CEE/ES, dentre suas funções, assessora o Secretário de Estado da Educação nas questões que lhe são pertinentes, bem como fixa normas de interesse para o melhor funcionamento do ensino no sistema estadual, objetivando a universalização e a melhoria da educação.

**Art. 5º** O funcionamento das escolas públicas estaduais, no tocante à sua criação, aprovação para credenciamento e renovação do credenciamento, bem como à criação, aprovação e renovação da aprovação dos cursos, etapas e/ou modalidades de ensino a serem por elas ofertados, está condicionado à aprovação do CEE/ES.

### CAPÍTULO III DA ESTRUTURA ESCOLAR

**Art. 6º** As unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo são vinculadas técnica e administrativamente à Secretaria de Estado da Educação, sediada na Avenida César Hilal, nº 1.111, Santa Lúcia, Vitória/ES, CNPJ 27.080.563/0001-93, tendo como mantenedor o Governo do Estado do Espírito Santo.

**Art. 7º** Os bens móveis e imóveis adquiridos ou incorporados à unidade escolar integram o acervo patrimonial do mantenedor.

**Art. 8º** Os recursos financeiros destinados à unidade escolar são aqueles provenientes de verbas públicas federais e/ou estaduais.

**Parágrafo único.** Os recursos adicionais oriundos de prêmios, doações e de outras fontes serão revertidos como benefícios para a unidade escolar, condicionados à prévia consulta, manifestação e aprovação do Conselho de Escola.

**Art. 9º** As unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo deverão incluir, tanto no Projeto Político-Pedagógico - PPP quanto no seu Regimento Específico, a respectiva identificação institucional.

**Parágrafo único.** A identificação da unidade escolar contemplará:

**I** - denominação da unidade escolar, conforme ato oficial mais recente;

**II** - nome do mantenedor;



III - número de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ do Conselho de Escola;

IV - Estatuto do Conselho de Escola;

V - número do código da escola no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP;

VI - endereços físico e eletrônico completos.

**Art. 10.** Nos termos da legislação vigente, a unidade escolar pública estadual deverá identificar em seu Regimento Específico, seus atos legais vigentes e os atos referentes aos cursos, etapas e/ou modalidade de ensino ofertados.

**§ 1º** Entendem-se por atos legais da unidade escolar:

I - criação;

II - aprovação para credenciamento; e

III - renovação do credenciamento da escola.

**§ 2º** Entendem-se por atos legais dos cursos, etapas e/ou modalidades de ensino ofertados pela unidade escolar:

I - criação;

II - aprovação; e

III - renovação da aprovação.

#### CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

**Art. 11.** Em conformidade com a legislação vigente, a educação brasileira, como direito subjetivo e social de cada indivíduo, é organizada em níveis de ensino.

**Parágrafo único.** Entende-se *por nível de ensino* a organização da educação escolar em faixas etárias e objetos de conhecimentos voltados para a formação integral do estudante, indispensável para o exercício da cidadania.

**Art. 12.** Os níveis de ensino da educação brasileira são:

I - a educação básica; e

II - o ensino superior.

#### CAPÍTULO V DA EDUCAÇÃO BÁSICA

**Art. 13.** A educação básica é o nível de ensino composto pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio, podendo ser desenvolvida por meio das modalidades de ensino previstas na legislação vigente.

**Parágrafo único.** A educação básica da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo compreende as etapas ensino fundamental e ensino, bem como as suas respectivas modalidades de ensino.

**Art. 14.** As unidades escolares públicas estaduais, inspiradas nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, têm por finalidade assegurar o direito à educação integral do estudante por meio do acesso, da permanência e da aprendizagem com sucesso escolar, inclusão e equidade.

**Parágrafo único.** O ensino nas unidades escolares da Rede Pública Estadual é ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade e equidade de condições para acesso e permanência na unidade escolar;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade, à diversidade e apreço à tolerância;
- V - gestão democrática e participativa;
- VI - valorização do profissional da educação escolar;
- VII - garantia do padrão de qualidade;
- VIII - valorização da experiência extraescolar;
- IX - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- X - reconhecimento e respeito às culturas da comunidade local; e
- XI - reconhecimento e valorização das múltiplas inteligências.

## CAPÍTULO VI DOS OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

**Art. 15.** A educação básica, em conformidade com a Lei Federal nº 9.394/1996, a Resolução CNE-CEP nº 4/2010 e as Diretrizes Pedagógicas da SEDU, tem como objetivo geral promover o desenvolvimento do estudante, assegurando-lhe a formação integral, indispensável ao exercício da cidadania e oferecendo condições para sua progressão no trabalho e em estudos posteriores.

**Art. 16.** Os objetivos específicos da educação básica podem ser sintetizados da seguinte forma:

- I - promover, por meio de políticas públicas, a equidade e a inclusão para mitigar as desigualdades educacionais;

II - implementar práticas e metodologias inovadoras, em todas as etapas e modalidades de ensino da educação básica, para recompor a aprendizagem;

III - fomentar a cultura digital, por meio de acesso às tecnologias e aos recursos educacionais inovadores, vislumbrando à inclusão social; e

IV - possibilitar o desenvolvimento dos estudantes em suas dimensões intelectual, social, emocional, física, cultural e política, fortalecendo a educação integral, por meio da cultura de paz.

## TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

### CAPÍTULO I DAS ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

**Art. 17.** As etapas de ensino são níveis sequenciais da educação básica, que abrangem a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

**Parágrafo único.** Na legislação educacional vigente, cada uma dessas etapas possui finalidades, objetivos, princípios norteadores, organização da oferta e avaliação que lhes são peculiares.

**Art. 18.** A unidade escolar da rede pública estadual do Espírito Santo, em conformidade com a legislação vigente, poderá ofertar etapas e modalidades de ensino.

**§ 1º** As etapas de ensino são:

I - ensino fundamental; e

II - ensino médio.

**§ 2º** As modalidades de ensino são:

I - educação profissional técnica de nível médio e tecnológica;

II - educação de jovens e adultos;

III - educação do campo;

IV - educação escolar indígena;

V - educação escolar quilombola;

VI - educação especial;

## CAPÍTULO II DAS ETAPAS DE ENSINO

### Seção I Do Ensino Fundamental

**Art. 19.** O ensino fundamental, como um dos direitos públicos subjetivos de cada indivíduo, é dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade, sendo todos corresponsáveis por garantir sua oferta a todos os estudantes.

**Art. 20.** O ensino fundamental é obrigatório, gratuito e presencial, com duração de 09 (nove) anos.

**Parágrafo único.** A unidade escolar da rede pública estadual poderá ofertar o ensino fundamental:

I - anos iniciais, que correspondem do 1º ao 5º ano;

II - anos finais, que correspondem do 6º ao 9º ano.

**Art. 21.** A carga horária mínima anual do ensino fundamental corresponde a 800 (oitocentas) horas, distribuídas em, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos de efetivo trabalho escolar.

**Art. 22.** O ensino fundamental tem como objetivo principal a formação integral do estudante, abrangendo:

I - o desenvolvimento da cognição, tendo como meio básico o pleno domínio da leitura, da escrita e do raciocínio lógico;

II - a compreensão do ambiente natural e sociocultural, dos espaços e das relações socioeconômicas e políticas, da tecnologia e seus usos, das artes, do esporte, do lazer e dos princípios em que se fundamenta a sociedade;

III - a educação digital, com foco no letramento digital e no ensino de computação, programação, robótica e outras competências digitais;

IV - o fortalecimento do vínculo com a família, da humanização das relações e das competências socioemocionais que alicerçam a vida social;

V - a valorização da cultura local e/ou regional, do território e das múltiplas relações com o contexto estadual, nacional e/ou global;

VI - o respeito à diversidade étnica, cultural e socioeconômica sem preconceito de origem, raça, cor, sexo, credo, idade ou quaisquer outras formas de discriminação; e

VII - o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes como processo contínuo de formação e transformação do estudante.

## Seção II Do Ensino Médio

**Art. 23.** O ensino médio, como um dos direitos públicos subjetivos de cada indivíduo, é dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade, sendo todos corresponsáveis por assegurar o pleno exercício desse direito.

**Art. 24.** O ensino médio da rede pública estadual, em consonância com as legislações vigentes, é obrigatório e gratuito, com duração de 03 (três) anos, sendo composto de formação geral básica e itinerário formativo.

**Parágrafo único.** O ensino médio é composto por três séries anuais.

**Art. 25.** A oferta do ensino médio, conforme a Lei Federal nº 14.945/2024, terá carga horária mínima anual de 1.000 (mil) horas, distribuídas em, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos de efetivo trabalho escolar.

**Parágrafo único.** A carga horária mínima anual de que trata o *caput* deste artigo será ampliada, de forma progressiva, para 1.400 (mil e quatrocentas) horas, com base nos prazos e nas metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação - PNE (Lei Federal nº 13.005/2014 e Lei Federal nº 14.945/2024).

**Art. 26.** O ensino médio, de modo geral, tem como finalidades:

I - o fortalecimento e o aprofundamento dos saberes adquiridos no ensino fundamental, possibilitando a continuidade dos estudos;

II - a formação integral e integrada do estudante para a cidadania e para o trabalho, promovendo a adaptação às novas oportunidades no mercado de trabalho ou aperfeiçoamentos futuros;

III - o aprimoramento do estudante como cidadão consciente, abrangendo a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos princípios científico-tecnológicos dos processos de produção, unindo teoria e prática, no ensino e aplicação de cada componente curricular;

V - a mobilização de conhecimentos e habilidades cognitivas e socioemocionais;

VI - a resolução de demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho, por meio de atitudes e valores individuais e coletivos;

VII - o projeto de vida como meio de reflexão sobre o percurso escolar na efetivação das dimensões pessoal, cívica e profissional;

VIII - a pesquisa como prática pedagógica para inovação, geração e construção de novos saberes;

**IX** - a compreensão da diversidade e realidade dos indivíduos e suas culturas, de suas formas e métodos de produção e de trabalho;

**X** - a diversificação da oferta, de forma a possibilitar múltiplas escolhas por parte dos estudantes;

**XI** - a articulação dos saberes com o contexto histórico, econômico, social, científico, ambiental, cultural local e do mundo do trabalho; e

**XII** - a inseparabilidade entre educação e prática social, levando em conta a historicidade dos saberes e os principais aspectos do processo de ensino e aprendizagem.

### CAPÍTULO III DAS MODALIDADES DE ENSINO

**Art. 27.** As modalidades de ensino na educação básica são tipos de organização do processo educativo, alinhadas às necessidades e interesses do estudante.

**Parágrafo único.** As modalidades de ensino podem variar conforme a idade, a escolaridade, as necessidades educacionais especiais e as exigências sociais e culturais de cada contexto em que o estudante estiver inserido.

#### Seção I Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Tecnológica

**Art. 28.** A Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Tecnológica - EPT é a modalidade de ensino que perpassa os níveis da educação nacional e está integrada às demais modalidades de ensino e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia.

**Parágrafo único.** A EPT é organizada por eixos tecnológicos, em conformidade com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento, respeitadas as leis e normativas vigentes.

**Art. 29.** A EPT possui as seguintes formas de articulação do ensino técnico com o ensino médio:

**I** - integrada, uma única matrícula para o ensino médio e técnico na mesma escola;

**II** - concomitante, matrículas distintas para o ensino médio e técnico na mesma escola ou em instituições diferentes; e

**III** - subsequente, matrícula após a conclusão do ensino médio.

**§ 1º** Na Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo, a EPT é ofertada nas formas integrada e concomitante ao ensino médio.

**§ 2º** A oferta de curso de educação profissional técnica de nível médio nas unidades escolares estaduais, em quaisquer das formas, deve ser precedida da aprovação do Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo - CEE/ES.

**Art. 30.** A EPT, além do disposto no art. 3º da Lei Federal nº 9.394/1996, suas alterações ou a que vier a substituí-la, tem como princípios norteadores:

- I - independência e articulação com o ensino médio;
- II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos;
- III - desenvolvimento de competências para a laboralidade e para o desenvolvimento integral do sujeito;
- IV - identidade de perfil profissional de conclusão de curso;
- V - atualização permanente dos cursos e currículos;
- VI - autonomia da unidade escolar no seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e seu Plano de Autoavaliação Institucional - PAI.

## Seção II Da Educação de Jovens e Adultos

**Art. 31.** A Educação de Jovens e Adultos - EJA, conforme legislação vigente, é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria, constituindo-se em instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida desses sujeitos.

**Parágrafo único.** A EJA, modalidade de ensino da educação básica, tem como finalidade, de modo geral, integrar a escola às vivências dos sujeitos e às suas leituras de mundo, histórias, memórias, práticas culturais, formas de trabalho e territorialidades, entre outros aspectos que constituem os processos de formação humana.

**Art. 32.** Os objetivos da EJA, além dos dispostos nas Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos - DCEJAs, aprovadas pela Resolução CEE-ES nº 7.948/2024, suas alterações ou a que vier a substituí-la, são:

- I - assegurar o direito à escolarização àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudo na idade própria;
- II - garantir a igualdade de condição para o acesso e a permanência na unidade escolar;
- III - ofertar educação igualitária e de qualidade, numa perspectiva processual e formativa;
- IV - assegurar oportunidade educacional apropriada, considerando as características do estudante, seu interesse, condição de vida e de trabalho; e

V - respeitar o ritmo próprio de cada estudante no processo ensino-aprendizagem.

**Art. 33.** A oferta e funcionamento da EJA na Rede Pública Estadual de Ensino dependem da aprovação prévia do Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo - CEE/ES.

**Art. 34.** Para ingressar na modalidade EJA, o estudante deve ter completos:

I - 15 (quinze) anos de idade para o ingresso no ensino fundamental; e

II - 18 (dezoito) anos de idade para o ingresso no ensino médio.

**Parágrafo único.** Quando o estudante concluir o ensino fundamental na modalidade EJA com 17 (dezessete) anos de idade ao final do primeiro semestre do ano letivo, será garantido, excepcionalmente, seu ingresso no ensino médio na modalidade EJA.

### Seção III Da Educação do Campo

**Art. 35.** A educação do campo constitui modalidade de ensino da educação básica voltada aos povos do campo, das águas e das florestas, com o objetivo de assegurar o direito à ampliação e à qualidade do acesso, permanência e sucesso escolar.

**Parágrafo único.** Os povos do campo, das águas e das florestas citados no *caput* deste artigo compreendem agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais, trabalhadores assalariados rurais e demais grupos que produzem suas condições materiais de existência por meio do trabalho no meio rural.

**Art. 36.** A escola do campo, conforme legislação educacional vigente, caracteriza-se por estar situada em área rural, conforme estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou situada em área urbana, desde que atenda predominantemente às populações do campo, das águas e das florestas.

**Art. 37.** No Estado do Espírito Santo, as escolas públicas estaduais do campo ofertam as seguintes modalidades de ensino:

I - educação de jovens e adultos;

II - educação profissional técnica de nível médio e tecnológica;

III - educação em tempo integral; e

IV - educação especial.



**Art. 38.** A educação do campo tem como objetivos gerais:

- I - a valorização da cultura campesina em sua relação dialética com o contexto nacional e/ou global;
- II - a afirmação da realidade e dos saberes campesinos;
- III - a compreensão da organicidade dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade;
- IV - o fortalecimento de uma relação dialógica entre escola e comunidade; e
- V - a oferta de uma educação voltada para a emancipação dos sujeitos e para a transformação social.

#### Seção IV Da Educação Escolar Indígena

**Art. 39.** A educação escolar indígena, em conformidade com as legislações específicas vigentes, é intercultural e diferenciada, amparada pelo território etnoeducacional.

**Parágrafo único.** O território etnoeducacional configura-se como uma política educacional indígena voltada à efetivação de uma educação escolar de qualidade que atenda às necessidades socioculturais e às especificidades de cada povo indígena.

**Art. 40.** A educação escolar indígena, como uma das modalidades de ensino da educação básica, deve constituir-se em um espaço de construção de relações interétnicas.

**Parágrafo único.** Essas relações interétnicas deverão ser trabalhadas na perspectiva da manutenção da pluralidade cultural, do reconhecimento de diferentes concepções pedagógicas e da afirmação dos povos indígenas como sujeitos de direitos.

**Art. 41.** Como modalidade de ensino, a educação escolar indígena, no ensino fundamental, necessita:

- I - constituir-se em tempo e espaço de formação para a cidadania indígena plena, articulada ao direito à diferença e à igualdade;
- II - aliar, na formação escolar, os conhecimentos científicos, tradicionais e as práticas culturais próprias, assegurando aos estudantes indígenas condições favoráveis ao bem viver de suas comunidades;
- III - estar voltada para a promoção de acesso aos códigos da leitura e da escrita, aos conhecimentos ligados às ciências humanas, da natureza, matemáticas e linguagens;

**IV** - promover o desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas necessárias ao convívio sociocultural da pessoa indígena com sua comunidade de pertença e com outras sociedades;

**V** - garantir o vínculo das práticas educativas com as práticas do cuidar, visando o atendimento das necessidades dos estudantes indígenas em seus diferentes momentos de vida: infâncias, juventudes e fase adulta; e

**VI** - promover a universalização dessa etapa da educação básica nas comunidades indígenas que a requerem.

**Art. 42.** Como modalidade de ensino, a educação escolar indígena, no ensino médio, necessita:

**I** - fortalecer os laços de pertencimento identitário dos estudantes com seus grupos sociais de origem, favorecendo a continuidade sociocultural dos grupos comunitários em seus territórios;

**II** - promover o protagonismo dos estudantes indígenas;

**III** - ofertar uma formação escolar ampla que oportunize o desenvolvimento da análise, tomada de decisões, resolução de problemas, flexibilidade e diversos conhecimentos necessários às interações com o grupo de pertencimento e com outras sociedades indígenas e não indígenas; e

**IV** - aliar, na formação escolar, os conhecimentos científicos, tradicionais e as práticas culturais próprias, assegurando aos estudantes indígenas condições favoráveis ao bem viver de suas comunidades, por meio de um processo educativo dialógico e transformador.

## Seção V Da Educação Escolar Quilombola

**Art. 43.** A educação escolar quilombola é uma modalidade de ensino da educação básica voltada para o atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas, em suas mais diversas formas de produção cultural, social, política e econômica.

**Parágrafo único.** O objetivo principal é garantir aos estudantes o direito à apropriação dos conhecimentos tradicionais, seus modos de produção e suas práticas culturais, contribuindo para a preservação dos territórios e da dignidade dessas populações.

**Art. 44.** A educação escolar quilombola abrange:

**I** - escolas quilombolas;

**II** - escolas que atendem estudantes provenientes de territórios quilombolas.

**Parágrafo único.** A escola quilombola é aquela localizada em território quilombola.

**Art. 45.** De modo geral, a educação escolar quilombola deve constituir-se em tempo e espaço articulados ao direito à identidade étnico-racial, à valorização da diversidade e à igualdade dos estudantes.

**Art. 46.** Como modalidade de ensino, a educação escolar quilombola, no ensino fundamental, necessita assegurar essencialmente:

I - o vínculo entre as práticas educativas e as do cuidar, buscando o pleno desenvolvimento da formação humana dos estudantes em seus diferentes ciclos da vida;

II - a articulação entre os conhecimentos científicos, tradicionais e as práticas socioculturais próprias das comunidades quilombolas, num processo educativo dialógico e emancipatório;

III - um projeto educativo coerente, articulado e integrado, de acordo com os modos de ser e de se desenvolver dos estudantes quilombolas nos mais variados contextos sociais.

**Art. 47.** Como modalidade de ensino, a educação escolar quilombola, no ensino médio, deve propiciar basicamente:

I - a participação dos estudantes em atividades pedagógicas e projetos interdisciplinares que visem ao conhecimento das dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura próprios das comunidades quilombolas, bem como de toda a sociedade; e

II - uma formação que oportunize o desenvolvimento de capacidades analíticas, problematizadoras, resolutivas, flexíveis e de valorização dos conhecimentos tradicionais provenientes de suas comunidades, além de possibilitar o aprofundamento das suas interações com seu grupo de pertencimento.

## Seção VI Da Educação Especial

**Art. 48.** A modalidade da educação especial será oferecida de maneira transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, com vistas a assegurar recursos e serviços educacionais para apoiar, complementar e suplementar o processo de escolarização.

**§ 1º** Essa modalidade de ensino efetiva-se por meio de ações planejadas e desenvolvidas pelas escolas públicas e privadas, com vistas à aprendizagem dos estudantes na sala de aula regular e por meio de Atendimento Educacional Especializado - AEE.

**§ 2º** Entende-se como AEE a atividade pedagógica de caráter complementar à escolarização de pessoas com deficiência e Transtorno do espectro autista, e suplementar à escolarização de pessoas com altas habilidades ou superdotação, de acordo com o disposto nos art. 27 e art. 28 da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.

**§ 3º** A educação especial inclusiva ofertada pela SEDU visa garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes que são o público da educação especial nas salas de aulas comuns.

**Art. 49.** A educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, ofertada pela Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo, tem por objetivos:

**I** - assegurar a inclusão escolar de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação nas unidades escolares estaduais;

**II** - orientar as unidades escolares para garantir o acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino;

**III** - ofertar atendimento educacional especializado aos estudantes que são o público da educação especial;

**IV** - estimular a participação da família e da comunidade nos assuntos referentes à educação especial;

**V** - implementar políticas públicas intersetorialmente articuladas em prol da educação inclusiva.

**Art. 50.** Os estudantes, público dessa modalidade de ensino, são identificados por meio:

**I** - da deficiência - aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial;

**II** - do transtorno do espectro autista - aqueles que apresentam um quadro de alterações no neurodesenvolvimento caracterizado por déficits persistentes e clinicamente significativos, que causa alterações nas interações sociais recíprocas e na comunicação verbal e não verbal, ausência de reciprocidade social e dificuldade de manter relações apropriadas ao nível de desenvolvimento da pessoa;

**III** - das altas habilidades/superdotação - aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas - intelectual, de liderança, psicomotora, artística e de criatividade.

**Art. 51.** Aos estudantes que são o público da Educação Especial deverão ser garantidos, nos termos da legislação vigente, os recursos, serviços especializados e estratégias de acessibilidade necessários à eliminação de barreiras, assegurando-lhes condições de acesso, permanência, participação, aprendizagem e continuidade do percurso escolar em igualdade de oportunidades.

**Art. 52.** Os princípios norteadores da educação especial ofertada pela Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo estão dispostos no art. 2º do Decreto Federal nº 12.686/2025, no art. 289 da Resolução CEE-ES nº 3.777/2014, bem como na Resolução CEE-ES nº 5.077/2018, suas alterações ou a que vier a substituí-los.

**Art. 53.** A SEDU, dentre outras ações, na perspectiva de assegurar o direito à educação integral por meio de uma educação especial inclusiva, criou os Núcleos Estaduais de Apoio Pedagógico à Inclusão Escolar - NEAPIEs.

**Art. 54.** Os NEAPIEs são estruturas de apoio à implementação de políticas de educação inclusiva, que atuam como parceiros no trabalho pedagógico desenvolvido nas unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo e estão localizados em todas as Superintendências Regionais de Educação - SREs, conforme normatiza a Portaria SEDU nº 148-R/2021, suas alterações ou a que vier a substituí-la.

**Art. 55.** O Atendimento Educacional em Regime Hospitalar e o Atendimento Educacional em Regime Domiciliar são ações pedagógicas indissociáveis da educação especial na perspectiva inclusiva.

#### CAPÍTULO IV DAS FORMAS DE OFERTA DE ENSINO

**Art. 56.** A forma de oferta é compreendida como a configuração atribuída às etapas ou modalidades de ensino, com o objetivo de atender às necessidades, peculiaridades, pluralidades e realidades dos sujeitos que constituem o público-alvo das políticas públicas educacionais.

**Art. 57.** Na Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo, as modalidades de ensino, conforme o contexto pedagógico, assumem a função de formas de ofertas de ensino.

**Art. 58.** As formas de ofertas das modalidades de ensino, na Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo, apresentam-se notadamente diversificadas.

#### Seção I Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Tecnológica

**Art. 59.** Na Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Tecnológica - EPT é ofertada nas seguintes formas:

I - integrada, por meio do Itinerário de Formação Técnica e Profissional - IFTP;

II - concomitante, por meio de cursos técnicos sob 02 (duas) matrículas distintas do estudante do ensino médio.

**Art. 60.** O Itinerário de Formação Técnica e Profissional - IFTP é a forma integrada de oferta da EPT.

**§ 1º** O IFTP constitui-se como uma formação em que todos os componentes curriculares cumprem duas finalidades complementares de forma simultânea e integrada, desde o início até a conclusão do curso.

**§ 2º** O IFTP, na forma integrada, permite ao estudante cursar os componentes curriculares voltados para a habilitação profissional do curso técnico, articulados com os componentes curriculares da Formação Geral Básica - FGB.

**§ 3º** Para matrícula no IFTP, um dos pré-requisitos, é ter concluído o ensino fundamental.

**§ 4º** O ingresso no IFTP ocorre na 1ª série do ensino médio, por meio do processo da Chamada Pública Escolar, em conformidade com as normativas de matrícula da Secretaria de Estado da Educação.

**Art. 61.** Os cursos técnicos, como forma de oferta concomitante, são destinados aos estudantes do ensino médio, sob 02 (duas) matrículas distintas.

**Parágrafo único.** As matrículas nos cursos técnicos de que trata o *caput* deste artigo, podem ocorrer:

- I - na mesma escola, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- II - em escolas distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- III - em escolas distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

**Art. 62.** Na educação básica, em consonância com a Resolução CEE-ES nº 3.777/2014, o Plano de Curso - PC da educação profissional deverá conter, obrigatoriamente:

- I - identificação do curso;
- II - justificativa e objetivos;
- III - requisitos e formas de acesso;
- IV - perfil do egresso;
- V - organização curricular com ementas, bibliografia básica e complementar de cada componente curricular, práticas de interdisciplinaridade, atividades complementares e atividades de integração do currículo;
- VI - metodologia a ser adotada;
- VII - critérios e procedimentos de avaliação;
- VIII - critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores;
- IX - prática profissional intrínseca ao currículo, desenvolvida nos ambientes de aprendizagem;
- X - estágio profissional supervisionado, em termos de prática profissional em situação real de trabalho, assumido como ato educativo da instituição de ensino, quando previsto;
- XI - infraestrutura destinada ao curso;
- XII - pessoal docente e administrativo; e
- XIII - certificados e diplomas a serem emitidos.

**Art. 63.** Na organização curricular do curso devem ser observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e demais legislações pertinentes.

**Art. 64.** O curso deverá ser organizado em etapas ou módulos, com ou sem terminalidade específica, possibilitando a certificação e/ou diplomação e histórico escolar, de acordo com a característica do curso ofertado.

## Seção II Da Educação de Jovens e Adultos

**Art. 65.** A EJA da rede pública de ensino do estado do Espírito Santo apresenta as seguintes formas de oferta:

- I - presencial;
- II - integrada à educação profissional;
- III - educação escolar nas prisões;
- IV - educação escolar na socioeducação;
- V - educação do campo, indígena e quilombola;
- VI - interface com a educação especial na perspectiva da educação inclusiva; e
- VII - ciclos de aprendizagem.

**Art. 66.** A EJA presencial, como forma de oferta nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, é diurna e noturna, para atender às necessidades de seu público-alvo.

**Art. 67.** A EJA presencial, como forma de oferta de ensino, compreende também os Centros de Educação de Jovens e Adultos - CEEJAs e os Núcleos de Educação de Jovens e Adultos - NEEJAs.

**§ 1º** Os CEEJAs e NEEJAs dispõem de um ambiente virtual de aprendizagem, onde o estudante tem acesso aos fascículos e ao material didático complementar para desenvolver seus estudos.

**§ 2º** Nos CEEJAs e NEEJAs, cada estudante recebe orientações dos professores, de forma presencial e/ou por meio da plataforma.

**§ 3º** Os estudantes que não possuem acesso à internet ou habilidades com tecnologia recebem dos CEEJAs e NEEJAs o material impresso.

**Art. 68.** A EJA integrada à educação profissional, como forma de oferta de ensino, tem o objetivo de garantir a possibilidade da formação integrada, visando contemplar o direito de jovens e adultos trabalhadores ao acesso a uma educação integral.

**§ 1º** A forma de oferta que trata o *caput* deste artigo possui, basicamente, dois tipos de organização:

I - EJA ensino fundamental integrada à qualificação profissional; e

II - EJA ensino médio integrada a cursos técnicos e à qualificação profissional.

**§ 2º** As formas de oferta de ensino apresentadas no parágrafo anterior têm, em sua carga horária, etapas e número de aulas específicos definidos em seus respectivos Planos de Curso - PC.

**Art. 69.** A EJA educação do campo, indígena e quilombola, como forma de oferta de ensino, deve, respectivamente:

I - considerar as especificidades das comunidades, vinculando-se às suas realidades socioculturais e aos seus desejos e perspectivas de vida;

II - ser pautada no respeito aos direitos coletivos e individuais dos povos originários (indígenas), reconhecendo sua autonomia e validando suas identidades culturais;

III - abordar a força da herança africana e o legado dos quilombos, promovendo a construção de uma identidade positiva para o fortalecimento das relações étnico-raciais, bem como uma educação inclusiva, antirracista e voltada para o reconhecimento da diversidade e para a luta por respeito e sobrevivência dos saberes e práticas quilombolas.

**Art. 70.** Nas modalidades de educação do campo, indígena e quilombola, de forma geral, a EJA deve considerar a realidade sociocultural e as implicações históricas que tornam esses grupos diferenciados, promovendo uma educação intercultural e bilíngue quando necessário.

**Art. 71.** A EJA, na interface com a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, como forma de oferta de ensino, deve ser interpretada como um processo que visa garantir a participação plena e igualitária de todas as pessoas, independentemente de suas características individuais ou necessidades educacionais específicas.

**Parágrafo único.** A interface tratada no *caput* deste artigo ocorre por meio de ações pedagógicas que valorizam ambientes heterogêneos e promotores da aprendizagem, visando à ampliação da escolaridade, à formação para inserção no mundo do trabalho e à participação social efetiva dos jovens, adultos e idosos com deficiência.

**Art. 72.** A organização da EJA em ciclos de aprendizagem é instituída pela Portaria SEDU nº 135-R/2025, suas alterações ou a que vier a substituí-la.

**Parágrafo único.** Os ciclos de aprendizagem consistem na promoção do desenvolvimento integral do adolescente, jovem e adulto, por meio de processos contínuos de ensino e aprendizagem.



**Art. 73.** A organização da EJA em ciclos de aprendizagem está pautada no currículo integrado, cujo objetivo é a formação integral dos sujeitos, para que possam atuar de forma consciente em sua vida social.

**Parágrafo único.** A proposição dessa organização busca estabelecer relação entre os componentes curriculares, mantendo sua diversidade e, ao mesmo tempo, promovendo maior unidade entre o que se ensina e o que se aprende, por meio da interdisciplinaridade.

**Art. 74.** A organização da EJA em ciclos de aprendizagem pressupõe o *continuum curricular*, na medida em que o professor e o estudante terão mais tempo para desenvolver o processo de ensino e aprendizagem.

**Art. 75.** A EJA, em sua forma de oferta de ensino integrada à educação profissional, será igualmente organizada sob a forma de ciclos de aprendizagem.

**Parágrafo único.** Os processos contínuos de ensino e aprendizagem, bem como a avaliação processual e formativa, também serão aplicados aos componentes curriculares referentes à qualificação profissional.

**Art. 76.** A equivalência entre ensino fundamental, ensino médio e os ciclos de aprendizagem da EJA, bem como a movimentação progressiva do estudante nessa forma de oferta de ensino, estão descritas, respectivamente, nos Anexos II e III da Portaria SEDU nº 135-R/2025.

### Seção III Da Educação de Tempo Integral

**Art. 77.** A educação em tempo integral, consolidada na educação básica da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo, tem como objetivo principal promover a formação integral e autônoma dos estudantes, por meio do desenvolvimento do pensamento crítico e de seu envolvimento ativo no processo de aprendizagem.

**Art. 78.** A unidade escolar que ofertar a educação em tempo integral poderá ter como carga horária diária:

I - 07 horas;

II - 09 horas e 30 minutos.

**Art. 79.** A organização curricular da educação em tempo integral é composta por:

I - Formação Geral Básica, na Base Nacional Comum - BNC;

II - Itinerários Formativos e os Componentes Integradores, na Parte Diversificada.

**Parágrafo único.** A articulação entre a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada tem por finalidade promover o aprendizado acadêmico e o desenvolvimento socioemocional dos estudantes.

**Art. 80.** A gestão da escola que ofertar a educação em tempo integral adotará práticas pedagógicas inovadoras, com ênfase no protagonismo, no projeto de vida dos estudantes e na corresponsabilização entre a equipe gestora, professores e demais membros da comunidade escolar, assegurando um ambiente de cooperação e de constante melhoria da aprendizagem.

**Art. 81.** A instituição de ensino alinha-se, ainda, à realidade das crianças, dos adolescentes e dos jovens, preparando-os para alcançar seus projetos de vida e se tornarem protagonistas de sua própria formação.

#### Seção IV Da Educação do Campo, Indígena e Quilombola

**Art. 82.** A educação do campo, a indígena e a quilombola, no contexto de forma de oferta de ensino, fazem interface com a educação especial, a EJA, a educação profissional técnica de nível médio e tecnológica.

**Art. 83.** A educação do campo, indígena e quilombola têm como objetivo promover a igualdade, a valorização das identidades das comunidades campesinas e tradicionais, dos povos originários e quilombolas e a construção de uma sociedade mais inclusiva.

**Art. 84.** Na Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo, a educação do campo, indígena e quilombola apresentam como formas de oferta de ensino a:

I - educação de jovens e adultos;

II - educação profissional técnica de nível médio e tecnológica; e

III - educação de tempo integral.

**Art. 85.** A EJA, na perspectiva da educação do campo, indígena e quilombola, deve atender às realidades e interesses das comunidades indígenas, quilombolas e campesinas, conectando-se às suas expectativas em relação ao presente e ao futuro.

**Parágrafo único.** Nesta perspectiva, a EJA necessita considerar a contextualização de sua proposta pedagógica, alinhada aos tempos e aos espaços humanos, às questões históricas, políticas, econômicas, socioculturais das comunidades e dos territórios indígenas, quilombolas e campesinos.

**Art. 86.** A educação profissional técnica de nível médio e tecnológica, no contexto da educação do campo, indígena e quilombola, deve articular os princípios da formação ampla, da sustentabilidade socioambiental e do respeito à diversidade dos estudantes, considerando as formas de organização das comunidades quilombolas, indígenas, campesinas, bem como suas diferenças sociais, políticas, econômicas e culturais, devendo:

**I** - contribuir na construção da gestão territorial autônoma, possibilitando a elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável e de produção alternativa para as comunidades do campo, quilombolas e indígenas, tendo em vista, em muitos casos, as situações de desassistência e falta de apoio para seus processos produtivos;

**II** - articular-se aos projetos comunitários, definidos a partir das demandas coletivas das comunidades camponesas, dos grupos indígenas, comunidades quilombolas, contribuindo para a reflexão e construção de alternativas de gestão autônoma de seus territórios, de sustentabilidade econômica, de segurança alimentar, de educação, de saúde e de atendimento às mais diversas necessidades cotidianas; e

**III** - proporcionar aos estudantes do campo, indígenas e quilombolas oportunidades de atuação em diferentes áreas do trabalho técnico, necessárias ao desenvolvimento de suas comunidades, como as de tecnologia da informação, saúde, gestão territorial e ambiental, magistério, entre outras.

**Art. 87.** A educação de tempo integral, no âmbito da educação do campo, indígena e quilombola, ao ampliar o tempo de permanência dos estudantes camponeses, indígenas e quilombolas, os espaços escolares e as oportunidades de aprendizado, fomenta a apropriação de suas respectivas identidades, culturas e histórias.

**Parágrafo único.** A educação de tempo integral, considerando o âmbito destacado no *caput* deste artigo, impulsiona os estudantes camponeses, indígenas e quilombolas para o exercício do protagonismo social.

## Seção V Da Educação Escolar na Socioeducação

**Art. 88.** A educação escolar na socioeducação, enquanto forma de oferta de ensino, é contemplada na educação básica do adolescente e do jovem em cumprimento de medidas socioeducativas.

**§ 1º** A educação escolar na socioeducação, de modo geral, consiste no conjunto de repertórios de conhecimentos e/ou saberes sistematizados pela escola somados à leitura de mundo desse adolescente e jovem em situação de vulnerabilidade.

**§ 2º** Essa junção entre escolarização e leitura de mundo deve oportunizar ao estudante em cumprimento de medidas socioeducativas a possibilidade de produzir outros significados e atuar criticamente na sociedade.

**Art. 89.** A educação escolar na socioeducação, além de ser um direito, é condição para um processo de socialização fundamentado no desenvolvimento integral dos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

**Parágrafo único.** Entende-se por desenvolvimento integral as dimensões físicas, afetivas, cognitivas, socioemocionais, culturais, políticas, históricas e sociais que constituem cada ser humano.

**Art. 90.** Segundo a Resolução CNE-CEB nº 3/2016, suas alterações ou a que vier a substituí-la, os princípios do atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas são:

- I - a prevalência da dimensão educativa sobre o regime disciplinar;
- II - a escolarização como estratégia de reinserção social plena, articulada à reconstrução de projetos de vida e à garantia de direitos;
- III - a progressão com qualidade, mediante o necessário investimento na ampliação de possibilidades educacionais;
- IV - o investimento em experiências de aprendizagem social e culturalmente relevantes, bem como no desenvolvimento progressivo de habilidades, saberes e competências;
- V - o desenvolvimento de estratégias pedagógicas adequadas às necessidades de aprendizagem de adolescentes e jovens, em sintonia com o tipo de medida aplicada;
- VI - a prioridade de adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo nas políticas educacionais;
- VII - o reconhecimento da singularidade e a valorização das identidades de adolescentes e jovens;
- VIII - o reconhecimento das diferenças e o enfrentamento a toda forma de discriminação e violência, com especial atenção às dimensões sociais, geracionais, raciais, étnicas e de gênero.

**Art. 91.** A educação escolar na socioeducação passa a ser potencializada quando estruturada de forma intersetorial, cooperativa e articulada às políticas públicas de direitos humanos, assistência social, saúde, esporte, cultura, lazer, trabalho, justiça, dentre outras, em prol do estudante em cumprimento de medidas socioeducativas.

**Art. 92.** Os profissionais que atuam na educação escolar na socioeducação devem despir-se de preconceitos e julgamentos, acreditando na humanização e na capacidade de transformação do estudante em situação de cumprimento de medidas socioeducativas.

**§ 1º** Como uma das estratégias pedagógicas, esses profissionais participam da elaboração e acompanham o Plano Individual de Atendimento - PIA do estudante.

**§ 2º** Esse instrumento deve estar articulado com as ações desenvolvidas nas unidades escolares, com o projeto institucional e com o Projeto Político-Pedagógico da unidade socioeducativa.

**Art. 93.** Na Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo, a oferta da educação escolar na socioeducação, nas Unidades Socioeducativas de Internação e Unidades de Internação Provisória, está vinculada às escolas estaduais denominadas Escolas Referências pela SEDU.

**§ 1º** O atendimento educacional aos estudantes em medida cautelar de internação provisória será ofertado pela Escola Referência, mesmo que esses estudantes já estejam matriculados nas escolas do território.

**§ 2º** As Unidades Socioeducativas, durante o período letivo, poderão adotar formas diversas de organização de ensino desde que contemplem a todos os estudantes nos processos de aprendizagem e salvaguardem os princípios da educação escolar na socioeducação.

**Art. 94.** Na educação escolar na socioeducação, a educação profissional deve ser organizada a partir de interesses e demandas do estudante em atendimento socioeducativo, tendo em vista seu pleno desenvolvimento e sua preparação para o trabalho, sendo ainda integrada ao seu PIA.

**Parágrafo único.** Nesse contexto, a educação profissional não substitui a respectiva etapa de escolarização, ao contrário, ela amplia as possibilidades e oportunidades de inserção autônoma e qualificada desse estudante no mundo do trabalho.

**Art. 95.** Todas as atividades desenvolvidas, tanto pelas unidades escolares estaduais quanto pelas unidades socioeducativas, devem promover uma experiência positiva, de afirmação de suas potencialidades, na vida de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

**Parágrafo único.** Os profissionais da Educação/SEDU que atuam nas unidades socioeducativas devem manter alinhamento integral às normas e procedimentos estabelecidos pelas instituições, observando rigorosamente os protocolos de segurança e as condutas institucionais, de forma a garantir a integridade física e psicológica, bem como a finalidade das atividades socioeducativas.

## Seção VI Da Educação Escolar nas Prisões

**Art. 96.** A educação escolar nas prisões, enquanto forma de oferta de ensino por meio da modalidade EJA presencial, é contemplada na educação básica do jovem e adulto em situação de privação de liberdade.

**Art. 97.** Todas as ações de educação relacionadas ao contexto de privação de liberdade devem estar fundamentadas nas legislações e normativas vigentes no âmbito das políticas de direitos humanos e da Lei de Execução Penal no Brasil.

**Art. 98.** Segundo a Resolução CNE-CEB nº 2/2010, suas alterações ou a que vier a substituí-la, a oferta de educação profissional nas unidades prisionais deve seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, incluindo o estágio profissional supervisionado concebido como ato educativo.

**§ 1º** Em atendimento ao *caput* deste artigo, a Portaria Conjunta SEDU/SEJUS nº 001-R/2023, suas alterações ou a que vier substituí-la, assegura que poderão ser criadas turmas, preferencialmente presenciais, nas unidades prisionais onde houver demanda e infraestrutura com instalações adequadas à implantação de curso técnico da educação profissional integrada à EJA.

**§ 2º** Com o Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade do Espírito Santo - PEEP/ES (Processo E-Docs: 2025-SL7LR2), a inserção da educação profissional ao currículo da EJA no Sistema Prisional está ancorada na abordagem do trabalho humano em suas dimensões ontológica e histórica, como fonte de sobrevivência e cultura.

**§ 3º** No contexto do parágrafo anterior, evidencia-se que a educação escolar nas prisões está alicerçada na perspectiva crítica do conceito de trabalho e do mundo do trabalho.

**§ 4º** A partir da perspectiva apontada no § 3º deste artigo, aplica-se aos jovens e adultos em situação de privação de liberdade no Espírito Santo uma prática pedagógica fundamentada nas dimensões do trabalho, da ciência e da cultura.

**Art. 99.** De forma geral, as premissas da educação escolar nas prisões incluem:

I - garantia do direito à educação;

II - importância da educação para o desenvolvimento integral (abrangendo os aspectos cognitivos, morais, éticos, sociais, históricos, culturais e políticos) do jovem e do adulto em situação de privação de liberdade;

III - valorização do conhecimento e das experiências prévias desse jovem e adulto;

IV - promoção da cidadania e dos direitos humanos;

V - busca pela reinserção social;

VI - concepção da educação escolar nas prisões como uma estratégia pedagógica de transformação social do jovem e do adulto em situação de privação de liberdade e não apenas como cumprimento de pena.

**Art. 100.** Na Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo, a oferta da educação escolar nas prisões pode estar vinculada às escolas estaduais denominadas Escolas Referências pela SEDU ou Escolas Exclusivas para oferta da educação em prisões.

**§ 1º** As unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino, devidamente regularizadas e responsáveis em termos administrativos e pedagógicos pelas turmas descentralizadas às unidades prisionais, são denominadas *Escolas Referências*.

**§ 2º** As unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino, devidamente regularizadas e localizadas dentro de Complexos Penitenciários responsáveis pelo acompanhamento administrativo e pedagógico da escolarização nas unidades prisionais contempladas, são denominadas *Escolas Exclusivas*.

**Art. 101.** De acordo com Portaria Conjunta entre SEDU e a Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, as turmas da educação escolar nas prisões são criadas nos espaços disponíveis em cada unidade prisional, em consonância com a demanda apresentada pela SEJUS.

**Art. 102.** Para a criação de turmas, no contexto da educação escolar nas prisões, de modo a qualificar o processo de ensino e aprendizagem ofertado, devem-se considerar as situações, os perfis e as faixas etárias dos estudantes das unidades prisionais atendidas.

**Art. 103.** A educação escolar nas prisões pode ser ofertada nos 3 (três) turnos de funcionamento (matutino, vespertino e noturno) em conformidade com as peculiaridades de tempo, espaço e rotatividade da população carcerária.

**Parágrafo único.** O funcionamento citado no *caput* deste artigo será possível desde que haja condições adequadas de segurança para que os profissionais da educação realizem seu efetivo trabalho pedagógico.

**Art. 104.** A intersetorialidade marcada na parceria SEDU/SEJUS tem como objetivo geral, por meio do PEEP/ES, transformar a educação escolar nas prisões em uma ferramenta de ressocialização e desenvolvimento pessoal, promovendo tanto a educação formal quanto a profissional para os estudantes em situação de privação de liberdade.

**Parágrafo único.** Os profissionais da Educação/SEDU que atuam nas unidades prisionais devem manter alinhamento integral às normas e procedimentos estabelecidos pelas instituições, observando rigorosamente os protocolos de segurança e as condutas institucionais, de forma a garantir a integridade física, psicológica e finalidade das atividades educativas.

## CAPÍTULO V DO CURRÍCULO

**Art. 105.** De modo geral, em conformidade com as legislações educacionais como a Lei Federal nº 9.394/1996, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), a Resolução CNE-CP nº 2/2017, Base Nacional Comum Curricular - BNCC, o Plano Estadual de Educação (Lei Estadual nº 10.382/2015 e Lei Estadual nº 12.642/2025), as Resoluções nacionais, bem como estaduais e correlatas vigentes, o currículo abrange valores e práticas que favorecem a criação e o compartilhamento de significados, em tempo e espaços sociais diversos.



**Parágrafo único.** A partir do disposto no *caput* deste artigo, é importante evidenciar que o currículo desempenha papel significativo na formação das identidades socioculturais dos estudantes.

**Art. 106.** O Currículo do Espírito Santo está alicerçado:

- I - nos pilares universais da educação;
- II - nos princípios da educação básica e integral;
- III - nas competências estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular - BNCC;
- IV - nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação;
- V - no Plano Nacional de Educação - PNE; e
- VI - no Plano Estadual de Educação do Espírito Santo - PEE/ES.

**Art. 107.** A partir de sua fundamentação legal, o Currículo do Espírito Santo é um documento norteador, cuja singularidade está no arcabouço de pluralidades assumidas em benefício da formação integral dos estudantes capixabas.

**§ 1º** Isso implica dizer que, em cada etapa e modalidade de ensino da educação básica, o estudante, para além das suas características comuns, deve ter reconhecidas suas pluralidades de infâncias e juventudes.

**§ 2º** Essas pluralidades, como resultados de suas construções históricas, culturais, socioeconômicas, linguísticas, étnicas, políticas, religiosas, entre outras, incidem sobre sua forma de pensar, agir, interagir e transformar o mundo em que vive.

**Art. 108.** A singularidade apresentada no art. 100 evidencia também que o Currículo do Espírito Santo é um documento referencial para a elaboração coletiva de projetos pedagógicos interdisciplinares pelas e nas unidades escolares estaduais, respeitando suas especificidades e realidades.

**Art. 109.** O Currículo do Espírito Santo, no âmbito das pluralidades que lhe são peculiares, aponta para a universalidade, bem como para o reconhecimento, o respeito e a valorização dos sujeitos que são público-alvo das etapas, modalidades e formas de oferta de ensino da Rede Pública Estadual de Ensino.

**Art. 110.** O currículo de cada curso, etapa e/ou modalidade de ensino ofertado pela unidade escolar da Rede Pública Estadual de Ensino deve integrar no caso da:

- I - educação básica, o Projeto Político-Pedagógico - PPP; e
- II - educação profissional, o Plano de Curso - PC.

**Art. 111.** O currículo do curso de educação profissional técnica de nível médio é elaborado em conformidade com a construção de saberes que objetivam o desenvolvimento de competências e decorre da habilitação a ser ofertada.



**§ 1º** A prática profissional deve ser contemplada na proposta curricular, e sua carga horária incluída nos mínimos estabelecidos para o curso, conforme a legislação pertinente.

**§ 2º** Os estágios profissionais, quando constantes do Plano de Curso, devem ser explicitados na organização curricular e sua carga horária não se inclui nos mínimos exigidos para o curso.

**Art. 112.** São consideradas curriculares, configurando-se como ato educativo, as atividades de estágio, obrigatório ou não, desenvolvidas nos cursos de educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades EJA e educação especial.

**Parágrafo único.** Na definição do estágio de que trata o *caput* deste artigo, a unidade escolar da Rede Pública Estadual de Ensino deve observar a norma pertinente.

**Art. 113.** Em conformidade com as legislações e normativas vigentes, o estágio, obrigatório ou não, deve estar inserido no PPP da unidade escolar estadual.

**§ 1º** O *estágio obrigatório* é aquele definido no PC como requisito para aprovação e obtenção de diploma.

**§ 2º** O *estágio não obrigatório* é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso, conforme os critérios definidos no PPP da unidade escolar estadual.

**Art. 114.** O Currículo do Espírito Santo assume também a necessidade de que sejam propostas políticas públicas que desenvolvam uma educação de qualidade em relação à:

- I - formação de professores;
- II - organização de tempo e espaços escolares distintos;
- III - elaboração de estratégias articuladas para o enfrentamento dos desafios dos contextos diferenciados dos territórios;
- IV - elaboração diversificada de materiais didático-pedagógicos;
- V - infraestrutura das unidades escolares.

## CAPÍTULO VI DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

**Art. 115.** A organização curricular é compreendida como o planejamento complexo, estratégico e pedagógico dos pressupostos definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais de cada etapa e/ou modalidade de ensino da educação básica.

**Art. 116.** A organização curricular do ensino fundamental é dividida em 02 (duas) partes que se complementam:

I - a Base Nacional Comum - BNC; e

II - a Parte diversificada.

**Parágrafo único.** No caso do ensino médio, a organização curricular é composta por:

I - formação geral básica; e

II - itinerários formativos.

**Art. 117.** A BNC é formada por um conjunto de conhecimentos, saberes, valores e práticas materializados no percurso contínuo das aprendizagens do estudante da educação básica.

**§ 1º** Os componentes curriculares da BNC são organizados em áreas de conhecimento.

**§ 2º** Nas referidas áreas, os diferentes campos do conhecimento são desenvolvidos por meio de habilidades essenciais ao exercício da cidadania alinhadas às etapas da educação básica, que asseguram a formação integral do estudante.

**Art. 118.** A Parte Diversificada complementa e potencializa a BNC, contextualizando e articulando as aprendizagens, além de adequar os currículos às realidades, aos interesses, às necessidades da unidade escolar e da comunidade local, visando aos processos de formação da cidadania e de qualificação para o trabalho.

**Parágrafo único.** No ensino fundamental, a Parte Diversificada contempla os componentes integradores Projeto de Vida e Estudo Orientado.

**Art. 119.** No ensino médio, os Itinerários Formativos deverão articular a Parte Diversificada e terão a carga horária mínima de 600 (seiscentas) horas ressalvadas as especificidades da formação técnica e profissional e serão compostos de aprofundamento das áreas do conhecimento ou de formação técnica e profissional.

## CAPÍTULO VII DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

**Art. 120.** Na educação básica, a avaliação deve contemplar a perspectiva do estudante, do professor e da escola como um todo.

**Parágrafo único.** Essa perspectiva plural, no processo de avaliação, pressupõe os seguintes aspectos:

I - o rendimento escolar do estudante;

II - o desempenho da equipe técnico-pedagógica; e

III - a avaliação institucional.

## Seção I

### Do Rendimento Escolar do Estudante

**Art. 121.** Na avaliação do rendimento escolar do estudante, deverão ser considerados os aspectos qualitativos e quantitativos, em relação ao domínio cognitivo, afetivo e psicomotor, incluindo o desenvolvimento de hábitos, atitudes e valores que compõem a formação integral do indivíduo.

**Art. 122.** A Rede Pública Estadual de Ensino, por meio da Portaria SEDU nº 168-R/2020, suas alterações ou a que vier a substituí-la, estabelece normas e procedimentos complementares quanto às ações pedagógicas específicas:

- I - avaliação do processo ensino-aprendizagem;
- II - recuperação de estudos;
- III - ajustamentos pedagógicos;
- IV - atendimento educacional em regime hospitalar;
- V - atendimento educacional em regime domiciliar;
- VI - aproveitamento de estudos;
- VII - complementação curricular.

**Parágrafo único.** Tais normas e procedimentos são supervisionados e orientados pela Superintendência Regional de Educação - SRE à qual a unidade escolar pública estadual estiver jurisdicionada.

## Seção II

### Da Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

**Art. 123.** Em consonância com as concepções educacionais adotadas pela SEDU e expressas em suas Diretrizes Pedagógicas, a avaliação é ato processual contínuo, cumulativo e inter-relacionado com o Currículo capixaba, que possibilita o diagnóstico das habilidades e competências do estudante.

**§ 1º** A avaliação, no contexto do *caput* deste artigo, é também um instrumento essencial para a verificação da qualidade e do aprimoramento do processo de ensino e de aprendizagem ofertado pela Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo.

**§ 2º** Ainda sob esse contexto, a avaliação assume funções que se articulam, se integram e se complementam entre si:

- I - diagnóstica, identifica o ponto de partida de cada estudante, por meio de seus conhecimentos prévios, ritmos, vivências e aptidões, auxiliando o professor no planejamento de estratégias mais adequadas junto ao estudante;

II - formativa, acompanha a aprendizagem dos estudantes, ao longo do processo educativo, identificando se as aprendizagens estão conforme o esperado, bem como realizando ajustes nas atividades e abordagens escolhidas no planejamento inicial;

III - somativa, verifica a aprendizagem dos estudantes, no final do processo educacional, dando visibilidade à continuidade das aprendizagens a partir do percurso escolar realizado.

**Art. 124.** As avaliações externas em larga escala, de âmbito estadual, organizadas e coordenadas pela SEDU, são realizadas por meio do Sistema Capixaba de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo - SICAEB reestruturado na Portaria SEDU nº 003-R/2023.

§ 1º O SICAEB é composto pela Avaliação Diagnóstica, pela Avaliação da Fluência em Leitura, pelo Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo - PAEBES e pelo Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo - Alfabetização - PAEBES ALFA.

§ 2º Além dessas avaliações, vinculadas ao SICAEB, também é aplicada, trimestralmente, a Avaliação de Monitoramento da aprendizagem - AMA.

**Art. 125.** A unidade escolar deve utilizar diferentes estratégias de avaliação da aprendizagem ao longo do ano/semestre letivo.

### Seção III Da Recuperação de Estudos

**Art. 126.** A recuperação de estudos constitui um processo articulado à avaliação, que possibilita ao estudante, sob nova forma e em condições especiais, a construção de aprendizagens não alcançadas.

§ 1º A recuperação de que trata o *caput* deste artigo deverá ser mediada, preferencialmente, pelo próprio professor.

§ 2º Cabe ao professor a responsabilidade de declarar se os estudos realizados pelo estudante alcançaram o desempenho previsto.

§ 3º A recuperação de estudos é direito inalienável de todos os estudantes.

§ 4º A Rede Pública Estadual de Ensino oferta os seguintes processos de recuperação:

I - paralela;

II - trimestral/semestral;

III - final;

IV - Estudos Especiais de Recuperação - EER.

§ 5º Para o estudante que não conseguir participar de um dos processos de recuperação, não há impedimento para a participação nos demais processos de recuperação.

§ 6º A recuperação de estudos, nos cursos de educação profissional, nas formas subsequente e concomitante, devem ocorrer em conformidade com o Plano de Curso aprovado pelo Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo - CEE/ES.

#### Seção IV Do Registro dos Resultados da Avaliação

**Art. 127.** A avaliação da aprendizagem na educação básica, conforme normativas vigentes da SEDU, deve ser registrada por meio de uma escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

**Art. 128.** Para os anos/séries ofertados em regime anual e organizados em trimestres, a distribuição de pontos obedecerá à seguinte escala:

I - 1º trimestre: 30 pontos;

II - 2º trimestre: 30 pontos;

III - 3º trimestre: 40 pontos.

**Parágrafo único.** Os resultados da avaliação devem ser expressos em números inteiros, de acordo com a escala estabelecida para cada trimestre letivo.

**Art. 129.** Com base nas legislações educacionais vigentes, nos 1º e o 2º anos do ensino do fundamental, a avaliação é predominantemente descritiva, na medida em que a alfabetização por meio do letramento corresponde ao foco dos dois primeiros anos escolares.

**Parágrafo único.** Dada a particularidade da avaliação nos 1º e o 2º anos do ensino do fundamental, o desenvolvimento da aprendizagem, na Rede Pública Estadual de Ensino, é verificado a partir da Ficha Avaliativa Individual do Estudante.

**Art. 130.** Para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA, nos casos das etapas finais de cada ciclo, e para os Cursos Técnicos de Educação Profissional, concomitantes e subsequentes, ofertados em regime semestral, a pontuação total será de 100 (cem) pontos.

§ 1º O valor máximo atribuído a cada instrumento aplicado aos estudantes da EJA e dos cursos técnicos de que trata o *caput* deste artigo não poderá exceder a 40% (quarenta por cento) do total de pontos.

**§ 2º** Em se tratando da EJA ciclos de aprendizagem, a pontuação alcançada será o indicador determinante para aprovação ou reprovação do estudante apenas na etapa final de cada ciclo, a saber:

I - 4ª etapa do Ciclo 1;

II - 6ª etapa do Ciclo 2;

III - 8ª etapa do Ciclo 3; e

IV - 3ª etapa do ciclo 4.

**§ 3º** Entende-se como etapa intermediária todas aquelas em que não há finalização do ciclo de aprendizagem, conforme especificado na Portaria SEDU nº 135-R/2025.

**§ 4º** Ainda, em conformidade com a Portaria destacada no parágrafo anterior deste artigo, caso o estudante não obtenha resultado satisfatório ao final de cada ciclo de aprendizagem, terá o direito à realização da recuperação final e aos Estudos Especiais de Recuperação - EER.

**Art. 131.** O resultado anual/semestral corresponde ao cômputo das pontuações obtidas no decorrer do período, de acordo com a escala estabelecida.

**Art. 132.** Os resultados obtidos pelo estudante no decorrer do ano letivo são devidamente inseridos no Sistema Escolar, para fins de registro e expedição de documentação escolar.

**Parágrafo único.** Nos resultados da avaliação devem, também, ser consideradas as produções e potencialidades do estudante, suas buscas de aprendizado, facilidades para a resolução de problemas, suas inter-relações, contribuições para a organização da disciplina da escola dentre outros aspectos do processo de ensino e aprendizagem.

**Art. 133.** O resultado da avaliação deve gerar dados que permitam a reflexão sobre a ação pedagógica, contribuindo para que a unidade escolar possa reorganizar conteúdos, instrumentos e métodos de ensino.

**Parágrafo único.** Ao final de cada um dos ciclos de aprendizagem, o professor deverá preencher o Relatório Descritivo Individual do Aluno da EJA.

## CAPÍTULO VIII DOS AJUSTES PEDAGÓGICOS

**Art. 134.** Os ajustamentos pedagógicos, previstos nas legislações educacionais e nas normativas vigentes, são os processos avaliativos que a unidade escolar aplica junto ao estudante, de modo geral, para:

I - classificá-lo, posicionando-o no ano/série ou etapa de ensino, de acordo com o seu nível de conhecimento e de desempenho, nas situações amparadas na forma da lei;

II - reclassificá-lo, reposicionando-o, mediante situações específicas, no ano/série ou etapa de ensino, de acordo com o grau de conhecimento e experiências do estudante, independentemente dos registros contidos no seu histórico escolar;

III - avançá-lo, ingressando-o, a partir da aferição do nível de proficiência avançado das habilidades e competências, em tempo hábil, no ano/série ou etapa de ensino àquele em que se encontre matriculado, para prosseguimento natural de seus estudos.

**Parágrafo único.** Para a aplicação da Classificação, da Reclassificação ou do Avanço Escolar, na Rede Pública Estadual de Ensino, é obrigatório que a unidade escolar atenda rigorosamente aos procedimentos descritos na Portaria SEDU nº 168-R/2020.

### Seção I Da Classificação

**Art. 135.** A Classificação é o processo avaliativo realizado pela unidade escolar, abrangendo o ensino fundamental e o ensino médio, regular ou na EJA.

**§ 1º** Excetua-se da abrangência do *caput* deste artigo o 1º ano do ensino fundamental, regular ou na EJA.

**§ 2º** O estudante será classificado:

I - por promoção, quando cursar com êxito a série, ano ou etapa em que estiver devidamente matriculado na própria unidade escolar;

II - por transferência, no ato da matrícula da unidade escolar receptora, quando transferido de outra escola, desde que tenha o histórico escolar com a mesma forma de organização curricular e indicando a série, ano ou etapa de ensino cursada ou em curso;

III - independentemente de escolarização anterior, inclusive diretamente para o ensino médio, regular ou na EJA, em situações nas quais não haja comprovação de estudos por meio de documentação oficial da série, ano ou etapa em que estaria posicionado.

### Seção II Da Reclassificação

**Art. 136.** A Reclassificação é o processo avaliativo realizado pela unidade escolar, abrangendo o ensino regular ou seu equivalente na EJA.

**Parágrafo único.** A Reclassificação, de que trata o *caput* deste artigo, não se destina aos estudantes que estejam em conclusão de etapa da educação básica:

- I - 9º ano do ensino fundamental;
- II - 3ª série do ensino médio;
- III - 8ª etapa do 2º segmento do ensino fundamental EJA;
- IV - 3ª etapa do ensino médio EJA;
- V - última série do ensino médio integrado à educação profissional;
- VI - cursos da educação profissional, regular e EJA, na forma subsequente e concomitante.

**Art. 137.** O estudante será reclassificado:

- I - quando for aluno reprovado em até três componentes curriculares em unidade escolar da Rede Pública Estadual de Ensino e não ser retido por frequência inferior à 75% (setenta e cinco por cento), a mínima exigida por lei;
- II - quando for aluno transferido de outra instituição de ensino do Brasil que possua formas de organização diferentes daquelas adotadas nas unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo;
- III - quando for aluno transferido de instituição de ensino situada no exterior, mediante equivalência de estudos a partir dos documentos escolares apresentados.

### Seção III Do Avanço Escolar

**Art. 138.** O Avanço Escolar é o processo avaliativo realizado pela unidade escolar, abrangendo o ensino regular ou seu equivalente na EJA.

**Parágrafo único.** O Avanço Escolar, de que trata o *caput* deste artigo, não se destina aos estudantes que estiverem ou forem:

- I - do 9º ano do ensino fundamental para a 1ª série do ensino médio;
- II - na 3ª série do ensino médio;
- III - da 8ª etapa do 2º segmento do ensino fundamental EJA para a 1ª etapa do ensino médio EJA;
- IV - na 3ª etapa do ensino médio EJA;
- V - na última série do ensino médio integrado à educação profissional; e



**VI** - dos cursos da educação profissional, regular e EJA, na forma concomitante e subsequente.

**Art. 139.** Ao estudante da unidade escolar da Rede Pública Estadual de Ensino, é garantida a possibilidade de um único Avanço Escolar em um mesmo ano letivo, nos termos da Portaria SEDU nº 168-R/2020.

**Art. 140.** É vedada a participação do estudante no processo avaliativo de Avanço Escolar quando o objetivo for a correção de fluxo de distorção idade-ano/série.

## CAPÍTULO IX DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL EM REGIME HOSPITALAR

**Art. 141.** O atendimento educacional em regime hospitalar será ofertado aos estudantes da educação básica matriculados na Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo.

**§ 1º** O referido atendimento visa manter o vínculo do estudante hospitalizado com a escola, por meio de uma flexibilização curricular e/ou metodológica que favoreça seu reingresso e adequada reintegração à comunidade escolar, como parte do seu direito à atenção integral.

**§ 2º** Ao estudante é assegurado o atendimento educacional em regime hospitalar a partir da internação no hospital e enquanto estiver impossibilitado de frequentar o ambiente escolar.

**§ 3º** O estudante, até o 15º (décimo quinto) dia de internação hospitalar, ficará amparado pelo disposto no art. 109 da Resolução CEE-ES nº 3.777/2014 e na legislação nacional vigente, sendo-lhe assegurado estudos e atividades para execução fora do ambiente escolar.

**§ 4º** Durante o período de afastamento do estudante, cabe ao pedagogo em atuação no atendimento educacional hospitalar solicitar relatórios pedagógicos, bem como flexibilizar e/ou adaptar o currículo da Rede Pública Estadual de Ensino às necessidades específicas desse estudante.

**Art. 142.** Todos os procedimentos relacionados ao atendimento educacional em regime hospitalar estão descritos na Portaria SEDU nº 168-R/2020.

## CAPÍTULO X DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL EM REGIME DOMICILIAR

**Art. 143.** O atendimento educacional em regime domiciliar será ofertado aos estudantes da educação básica matriculados na Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo que se encontrem em tratamento médico, cuja condição de saúde exija seu afastamento temporário ou permanente das aulas diárias.

**§ 1º** Os estudantes de que trata o *caput* deste artigo, portando o Parecer Médico/Laudo Médico, que comprove a necessidade de impedimento de frequentar as aulas regulares, por um período mínimo de 6 (seis) meses, são aqueles que apresentam afecções:

- I - de natureza contínua ou de longa duração;
- II - descontínuas e intermitentes; e
- III - de caráter não repetitivo e as de cunho circunstancial.

**§ 2º** Para que esses estudantes tenham acesso ao atendimento educacional em regime domiciliar, é necessário que se enquadrem, no mínimo, em uma das seguintes situações:

- I - usar, constantemente, a respiração mecânica;
- II - apresentar doenças degenerativas em fase avançada; e
- III - estar acamado e impossibilitado de se deslocar até a unidade escolar.

**Art. 144.** O atendimento educacional em regime domiciliar visa garantir a escolarização desses estudantes, por meio de uma flexibilização curricular e/ou metodológica que favoreça seu reingresso e adequada reintegração à comunidade escolar, como parte de seu direito à atenção integral.

**Art. 145.** Nos casos de ausência inferior a 6 (seis) meses ininterruptos, ciente da condição do estudante, caberá à unidade escolar, conforme disposto no art. 109 da Resolução CEE-ES nº 3.777/2014 e na legislação vigente, assegurar o tratamento especial, proporcionando estudos e atividades para execução fora do ambiente escolar.

**Art. 146.** Aos estudantes da educação especial e que se encontrem em atendimento educacional em regime domiciliar será garantido o Atendimento Educacional Especializado - AEE, conforme legislação vigente.

**Art. 147.** Todos os procedimentos relacionados ao atendimento educacional em regime domiciliar estão detalhados na Portaria SEDU nº 144-R/2024, suas alterações ou a que vier a substituí-la.

## CAPÍTULO XI DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

**Art. 148.** O aproveitamento de estudos, conforme legislação educacional vigente, é uma ação pedagógica permitida a toda unidade escolar.

**§ 1º** Os estudos aproveitados serão aqueles em que o estudante obteve aprovação, bem como a constatação de equivalência desses estudos ao currículo adotado pela unidade escolar de destino.

**§ 2º** O aproveitamento de que trata o *caput* deste artigo será realizado mediante análise de documento comprobatório de estudos, quanto:

- I - aos componentes curriculares;
- II - aos conteúdos;
- III - à carga horária; e
- IV - às séries/anos, períodos, ciclos ou etapas de ensino.

**Art. 149.** O aproveitamento de estudos deverá ser requerido no ato da matrícula, antes do início do ano letivo, em tempo hábil para análise e deferimento ou indicação de uma provável adequação curricular, se for o caso, sendo aplicado ao estudante:

- I - transferido para unidade escolar estadual;
- II - que regressar à unidade escolar após interrupção de seus estudos; e
- III - que tenha sido submetido a exames da Educação de Jovens e Adultos - EJA e Exame Nacional para Certificação de Competência para Educação de Jovens e Adultos - Enceaja.

**Art. 150.** Todos os procedimentos relacionados ao aproveitamento de estudos estão descritos na Portaria SEDU nº 168-R/2020.

## CAPÍTULO XII DA COMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR

**Art. 151.** Trata-se de uma ação pedagógica adotada pela unidade escolar diante da constatação da necessidade de cumprimento curricular obrigatório ou de carga horária, de forma a atingir o mínimo exigido pela legislação educacional vigente.

**Art. 152.** As formas de complementação curricular serão definidas pela unidade escolar por meio da análise da documentação escolar apresentada pelo estudante transferido de escola sediada no Brasil ou no exterior (com ênfase, nos estudos da língua portuguesa).

**Parágrafo único.** Os estudos realizados anteriormente, embora diferentes, quando reconhecidos pela unidade escolar como de idêntico ou equivalente valor formativo, dispensam o estudante da complementação curricular.

**Art. 153.** O detalhamento dos procedimentos relacionados à complementação curricular está descrito na Portaria SEDU nº 168-R/2020.

### CAPÍTULO XIII

#### DO DESEMPENHO DA EQUIPE TÉCNICO-PEDAGÓGICA

**Art. 154.** Conforme legislação específica, a Avaliação de Desempenho Profissional do Espírito Santo é um processo avaliativo que visa analisar o desempenho e as competências do servidor público estadual.

**§ 1º** A Avaliação de Desempenho Profissional, de que trata o *caput* deste artigo, é organizada e coordenada pela Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER.

**§ 2º** A referida Avaliação tem como objetivos principais:

- I - garantir a qualidade dos serviços públicos;
- II - identificar áreas de desenvolvimento profissional; e
- III - promover a melhoria contínua dos serviços públicos prestados.

**§ 3º** Os profissionais da educação também compõem o quadro de servidores que são público-alvo desse processo avaliativo.

**Art. 155.** A avaliação da equipe técnico-pedagógica da unidade escolar pública estadual constitui-se em uma estratégia gerencial indispensável para reflexão e transformação da prática escolar.

**Parágrafo único.** O princípio central da avaliação tratada no *caput* deste artigo é o aprimoramento contínuo da qualidade do ensino e da gestão educacional.

**Art. 156.** A avaliação interna do desempenho da equipe técnico-pedagógica é um processo sistemático e contínuo, com o objetivo de acompanhar:

- I - o processo de ensino-aprendizagem e a gestão dos processos escolares, de acordo com os objetivos e metas propostas pela Rede Pública Estadual de Ensino;
- II - o desempenho da equipe técnico-pedagógica nas diferentes dimensões de suas atribuições, estabelecidas também em normativas específicas;
- III - as dimensões da avaliação individual constituídas pelo Formulário de Acompanhamento de Desempenho de Atividades - FADA Anual e pelo Formulário de Avaliação de Desempenho Individual - FADI.

**Parágrafo único.** O processo disposto no *caput* deste artigo, subsidiado por procedimentos de observações e registros, é organizado pela unidade escolar e pela SEDU.

**Art. 157.** Na avaliação do desempenho da equipe técnico-pedagógica da unidade escolar pública estadual, devem ser considerados, dentre outros, os seguintes aspectos:

- I - postura profissional;
- II - trabalho em equipe;
- III - aplicação de normas e procedimentos internos, da SRE e da SEDU;
- IV - iniciativa e capacidade de lidar com situações novas e inusitadas;
- V - conhecimento técnico;
- VI - qualidade de trabalho;
- VII - produtividade e resultados do trabalho; e
- VIII - aproveitamento em programas de capacitação.

**Parágrafo único.** Todos os aspectos, dos incisos I ao VIII, destacados neste artigo fazem parte do processo avaliativo de desempenho por meio do FADA Anual e do FADI.

**Art. 158.** Os resultados da avaliação de desempenho, FADA e FADI, serão comunicados pela equipe de gestão escolar de forma clara e construtiva, fornecendo *feedback* para o desenvolvimento profissional.

**Parágrafo único.** O servidor que discordar do resultado de sua avaliação poderá apresentar recurso fundamentado à Direção Escolar, via Sistema de Gestão Arquivística de Documentos e Processos Administrativos do Estado do Espírito Santo - E-Docs, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a coleta do *feedback*.

**Art. 159.** As informações de avaliação de desempenho, FADA e FADI, serão consideradas exclusivamente para fins de desenvolvimento profissional e melhoria institucional, sendo vedado seu uso para fins discriminatórios ou punitivos.

**Art. 160.** No processo avaliativo interno de cada unidade escolar pública estadual, os instrumentos aplicados, a partir do alinhamento com os critérios do FADA, do FADI e do Manual de Gestão Escolar da SEDU, para melhoria contínua do desenvolvimento profissional, devem contemplar outros aspectos, como:

- I - atuação no processo ensino-aprendizagem;
- II - integração e inter-relação com a unidade escolar, a família e a comunidade local;
- III - cumprimento das atribuições do cargo que exerce;
- IV - participação na elaboração do PPP, no planejamento de atividades e programas, nas reuniões, nos Conselhos, entre outras ações desenvolvidas pela e na unidade escolar;

**V** - assiduidade do profissional;

**VI** - participação em estudos e encontros pedagógicos que propiciem a formação continuada; e

**VII** - abertura e envolvimento em relação às inovações na área pedagógica.

**Art. 161.** Em se tratando do Assistente Administrativo, esse profissional é avaliado institucionalmente pela empresa terceirizada responsável por sua contratação.

**Art. 162.** No caso do Técnico da Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar – APOIE, esse profissional, em conformidade com a normativa específica, é acompanhado pela Gerência de Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar – G-APOIE, pela equipe APOIE das SREs e pela Direção da unidade escolar, sendo também avaliado institucionalmente pela empresa terceirizada responsável por sua contratação.

## CAPÍTULO XIV DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

**Art. 163.** A Avaliação Institucional, em conformidade com os arts. 30 e 51 da Resolução CEE/ES nº 3.777/2014, é um mecanismo sistemático, contínuo de análise e acompanhamento:

**I** - das estratégias e metodologias pedagógicas, bem como dos objetos de conhecimento que perpassam as competências e habilidades definidas ao longo do processo de ensino e aprendizagem;

**II** - da estrutura organizacional, dos processos de tomada de decisão e do funcionamento da unidade escolar;

**III** - dos recursos humanos quanto ao clima escolar, à qualificação, à formação e ao desenvolvimento dos profissionais que atuam na unidade escolar;

**IV** - da gestão e salvaguarda de toda documentação gerada, emitida e recebida pela unidade escolar;

**V** - dos processos avaliativos e de formação continuada; e

**VI** - das condições adequadas de toda a infraestrutura, como instalações, equipamentos e recursos tecnológicos e de comunicação necessários ao processo de ensino e de aprendizagem desenvolvido pela unidade escolar.

**Parágrafo único.** A avaliação de que trata o *caput* deste artigo visa ao aperfeiçoamento da gestão educacional, bem como à melhoria da eficiência e eficácia institucionais.

**Art. 164.** O processo de avaliação institucional deve incidir sobre os seguintes aspectos:

- I - cumprimento da legislação educacional vigente;
- II - desempenho dos estudantes e os indicadores de produtividade da unidade escolar;
- III - eficácia do planejamento e da execução do processo de ensino e aprendizagem;
- IV - qualificação, desempenho e desenvolvimento profissional dos dirigentes, professores e demais funcionários;
- V - qualidade e adequação, às suas respectivas finalidades, dos espaços físicos, instalações, equipamentos e materiais de ensino;
- VI - eficiência, pertinência e atualização dos currículos;
- VII - organização e gestão da escrituração e do arquivo escolar;
- VIII - articulação com as famílias e a comunidade externa;
- IX - clima organizacional e relações interpessoais no ambiente escolar;
- X - efetividade das políticas de inclusão e diversidade; e
- XI - gestão democrática e participativa.

**Art. 165.** A Avaliação Institucional deve ser conduzida por uma comissão interna, composta por representantes dos diversos segmentos da comunidade escolar, assegurando a participação:

- I - da equipe gestora;
- II - do corpo docente;
- III - do corpo discente;
- IV - dos funcionários administrativos;
- V - da família e/ou representante legal do estudante; e
- VI - dos representantes da comunidade local.

**§ 1º** No contexto da escola, para a Direção Escolar, o responsável pelo estudante menor de 18 (dezoito) anos de idade, será aquele que:

- a) no ato de confirmação da matrícula, assina a Ficha de Matrícula; ou

b) nos casos de impedimento momentâneo, guarda legal não instituída ou guarda legal em tramitação, preenche o Termo de Compromisso, conforme procedimentos estabelecidos no Manual da Chamada Escolar.

**§ 2º** O termo representante legal refere-se àquele que detém o poder familiar sobre o estudante, geralmente, os seus pais ou, na ausência desses, o tutor nomeado pela justiça, em conformidade com a Lei Federal nº 12.010/2009, suas alterações ou a que vier a substituí-la.

**Art. 166.** Os resultados da avaliação institucional devem ser:

**I** - consolidados em relatórios abrangentes e objetivos, a serem posteriormente apreciados pela comunidade escolar;

**II** - amplamente divulgados e discutidos com a comunidade escolar, por meio do Conselho de Escola;

**III** - utilizados como subsídio para a revisão e atualização do PPP da unidade escolar;

**IV** - considerados no planejamento estratégico e operacional da unidade escolar;

**V** - utilizados para orientar ações de formação continuada e desenvolvimento profissional da equipe técnico-pedagógica da unidade escolar; e

**VI** - incorporados ao Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e ao Plano Anual de Autoavaliação Institucional - PAI.

**Art. 167.** Para além dos relatórios pertinentes aos resultados da avaliação institucional, a unidade escolar, conforme estabelecido em Resolução do CEE/ES, deve elaborar seu Plano Anual de Autoavaliação Institucional - PAI.

**§ 1º** O PAI deve considerar as especificidades, bem como abranger as dimensões do PPP, do PDI e outros aspectos relevantes para a comunidade escolar.

**§ 2º** Para elaborar corretamente o PAI, a partir da orientação da SRE, a unidade escolar atenderá aos arts. 48 a 51 da Resolução CEE-ES nº 3.777/2014.

### TÍTULO III DAS RELAÇÕES ENTRE OS PARTICIPANTES DO PROCESSO

#### CAPÍTULO I DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA, TÉCNICA E PEDAGÓGICA

**Art. 168.** A organização das unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo deve:

**I** - observar as normas da Lei Federal nº 9.394/1996, assegurando o direito à educação de qualidade;



- II** - considerar as especificidades territoriais locais, respeitando as características regionais, sociais e culturais da comunidade escolar;
- III** - assegurar a gestão democrática, por meio da participação da comunidade escolar nas tomadas de decisão e em seus órgãos colegiados;
- IV** - promover a equidade e inclusão, atendendo adequadamente estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação;
- V** - garantir a oferta das etapas e das modalidades de ensino dispostas nesta Diretriz Regimental Comum em conformidade com a realidade em que a unidade escolar estiver inserida;
- VI** - cumprir, observando a legislação vigente, critérios administrativos, como a carga horária mínima anual, a composição da equipe técnico-pedagógica e o limite máximo de estudantes por turma, em conformidade com a metragem de cada sala de aula;
- VII** - dispor de recursos materiais e humanos para atendimento a diferentes faixas etárias, níveis, etapas, modalidades de ensino e cursos ofertados;
- VIII** - apresentar estrutura física adequada, com instalações, construção e equipamentos que garantam segurança, higiene, acessibilidade à comunidade escolar;
- IX** - atender às necessidades socioeducacionais dos estudantes;
- X** - buscar, junto à entidade mantenedora, a setores intersetoriais e parceiros, recursos, serviços e estratégias de acessibilidade, para que se promova a inclusão escolar dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- XI** - considerar a contextualização do seu PPP, alinhando-o aos tempos e aos espaços humanos, às questões históricas, políticas, econômicas, socioculturais das comunidades e dos territórios indígenas, quilombolas e camponeses;
- XII** - assegurar, por meio da intersectorialidade, a escolarização como estratégia de reinserção social plena, articulada à reconstrução de projetos de vida e à garantia de direitos dos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas; e
- XIII** - fomentar, por meio da intersectorialidade, a importância da educação para o desenvolvimento integral do jovem e adulto em situação de privação de liberdade.

**Art. 169.** O espaço físico da unidade escolar deve atender aos preceitos higiênicos, pedagógicos e de segurança, em conformidade com:

I - o seu Projeto Político-Pedagógico - PPP e Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI;

II - a condição que favoreça o acesso do estudante com necessidades educacionais especiais;

III - o favorecimento à plena execução dos programas e projetos educativos;

IV - a adequação do mobiliário ao nível de desenvolvimento físico do estudante; e

V - as condições satisfatórias de localização.

**Art. 170.** A duração da hora/aula depende do curso, da etapa e/ou da modalidade de ensino ofertada, em consonância com o Guia de Organizações Curriculares instituído por Portaria específica.

**Art. 171.** Os horários de funcionamento de cada turno são estabelecidos pela unidade escolar pública estadual, por meio de Calendário Escolar Anual.

**§ 1º** O Calendário Escolar Anual, elaborado pela unidade escolar, a partir das orientações contidas em Portaria anual específica, deve ser analisado e aprovado pela SRE à qual a unidade escolar pública estadual estiver jurisdicionada.

**§ 2º** Os horários relacionados aos recreios serão definidos pela Direção Escolar.

**§ 3º** O alimento adequado a cada tipo de refeição, respeitados o hábito e a cultura alimentar, serão definidos pelo responsável técnico da alimentação escolar em consonância com a Direção Escolar.

**Art. 172.** Na organização administrativa, técnica e pedagógica, a unidade escolar preserva a flexibilidade necessária para seu bom funcionamento e garante a participação de toda a comunidade escolar na tomada de decisão, no acompanhamento e na avaliação do processo ensino-aprendizagem.

**Parágrafo único.** Para tanto, a equipe gestora da unidade escolar é responsável pela organização da Jornada de Planejamento Pedagógico - JPP, orientada pela SEDU, como um momento em que os profissionais da educação se reúnem para planejar o ano/semestre letivo.

**Art. 173.** A organização administrativa, técnica e pedagógica da unidade escolar da Rede Pública Estadual de Ensino abrange:

I - órgãos colegiados; e

II - profissionais da equipe técnico-pedagógica.

**§ 1º** A unidade escolar possui serviço de apoio operacional terceirizado, cuja função principal é dar suporte ao conjunto de atividades complementares de natureza administrativa da escola.

**§ 2º** O serviço de apoio operacional terceirizado é exercido por merendeiras, vigilantes e auxiliares de serviço geral.

## CAPÍTULO II DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

**Art. 174.** Os órgãos colegiados são espaços legítimos, compostos por representantes de diferentes segmentos públicos e pela sociedade civil.

**§ 1º** Os referidos órgãos são constituídos para tratar coletivamente de assuntos específicos, na perspectiva de uma visão mais ampla e democrática dos temas dialogados.

**§ 2º** Os órgãos colegiados, dependendo de sua função, podem ser:

I - consultivos;

II - deliberativos;

III - participativos;

IV - fiscalizadores;

V - mobilizadores; e

VI - pedagógicos.

**Art. 175.** Os órgãos colegiados relacionados à comunidade escolar também são legalmente instituídos por estatuto, regimento e/ou normativas emanadas da SEDU.

**Art. 176.** À unidade escolar da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo é assegurada a organização dos seguintes órgãos colegiados:

I - Conselho de Escola;

II - Grêmio Estudantil;

III - Conselho de Líderes; e

IV - Conselho de Classe.

### Seção I Do Conselho de Escola

**Art. 177.** O Conselho de Escola, articulado com a gestão escolar e fundamentado nos princípios legais que regulamentam a gestão democrática da educação, constitui-se em colegiado de natureza consultiva, deliberativa, participativa, fiscalizadora, mobilizadora e pedagógica.

**§ 1º** A gestão democrática da educação básica, bem como a organização dos Conselhos de Escola das unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo mencionadas no *caput* deste artigo são normatizadas pela Lei Federal nº 14.644/2023, pela Lei Ordinária Estadual nº 12.006/2023 e pela Portaria SEDU nº 019-R/2024, por conseguinte, de suas respectivas alterações ou as que vierem a substituí-las.

**§ 2º** De acordo com a legislação e normativa específicas vigentes citadas no §1º deste artigo, o Conselho de Escola é formado por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar e comunidade local.

**§ 3º** Entende-se por segmentos da comunidade escolar e local:

I - os estudantes matriculados regularmente na unidade escolar;

II - os profissionais do magistério em exercício na unidade escolar;

III - os servidores administrativos, efetivos, contratados temporários ou efetivos em localização provisória em exercício na unidade escolar;

IV - os pais e/ou responsáveis legais pelos estudantes da unidade escolar; e

V - os representantes de entidades comunitárias legalmente constituídas e/ou os demais moradores das comunidades onde a unidade escolar estiver localizada.

**§ 4º** Os responsáveis legais pelos estudantes são as pessoas cadastradas e identificadas comprobatariamente na unidade escolar como sendo os referidos responsáveis.

**Art. 178.** A escolha dos representantes dos diferentes grupos que compõem a comunidade escolar e local, sejam titulares ou suplentes, será feita por meio de processo eleitoral realizado em cada uma das unidades escolares públicas estaduais.

**Parágrafo único.** Nos Conselhos de Escola, por ser representante nato, o Diretor Escolar não participa do referido processo eletivo.

**Art. 179.** O Conselho de Escola deverá elaborar seu regimento e seu estatuto, em conformidade com os princípios e diretrizes da política educacional do governo estadual, do PPP da unidade escolar e das legislações vigentes, zelando pelo seu efetivo cumprimento.

**Parágrafo único.** As atribuições do Conselho de Escola estão dispostas tanto na Lei nº Ordinária Estadual 12.006/2023 quanto na Portaria SEDU nº 019-R/2024, suas alterações ou a que vier a substituí-la.

**Art. 180.** O Conselho de Escola será constituído por um período indeterminado, e sua dissolução se dará por interesse do próprio Conselho, em assembleia geral, ou por decisão da autoridade competente da SEDU.

## Seção II

### Do Grêmio Estudantil

**Art. 181.** O Grêmio Estudantil é um colegiado autônomo, formado por estudantes da educação básica, que tem como objetivo representar os interesses da comunidade escolar e defender os direitos desses estudantes.

**§ 1º** De modo geral, esse colegiado é uma oportunidade para os estudantes participarem ativamente da vida escolar e contribuírem para a melhoria da escola, por ser um instrumento de cidadania e desenvolvimento pessoal.

**§ 2º** A iniciativa e organização do Grêmio Estudantil dependem do estudante, cabendo à equipe técnico-pedagógica da unidade escolar oferecer todo o subsídio de conhecimento para que a implantação desse colegiado ocorra de forma democrática e representativa.

**§ 3º** A equipe gestora da unidade escolar viabilizará a infraestrutura e disponibilizará espaços para as reuniões do Grêmio Estudantil, de forma a garantir o seu pleno funcionamento.

**Art. 182.** A Lei Federal nº 7.398/1985 e a Lei Estadual nº 10.333/2015, e suas respectivas alterações ou as que vierem a substituí-las, dispõem sobre a organização e atuação dos Grêmios Estudantis nas unidades escolares públicas estaduais.

**Art. 183.** O Grêmio Estudantil deverá ter um estatuto que estabeleça as normas de funcionamento, as regras para as eleições, a composição da diretoria dentre outros aspectos relevantes do referido colegiado.

**Parágrafo único.** O estatuto do Grêmio Estudantil deverá ser aprovado em assembleia geral dos estudantes.

**Art. 184.** Cada unidade escolar da Rede Pública Estadual de Ensino, em conformidade com a legislação vigente, deve assegurar a organização e a efetivação do Grêmio Estudantil.

## Seção III

### Do Conselho de Líderes

**Art. 185.** O Conselho de Líderes de Turma é uma instância de representação estudantil, constituída pelos líderes e vice-líderes de turma de cada unidade escolar da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo.

**§ 1º** De acordo com a normativa vigente, o líder e vice-líder de turma devem ser comprometidos com os estudos, ter um perfil capaz de incentivar positivamente a turma e apresentar características como:

I - bom relacionamento com a comunidade escolar;

II - responsabilidade;

III - presteza;

IV - tolerância;

V - organização;

VI - boa capacidade de comunicação;

VII - imparcialidade; e

VIII - proatividade.

§ 2º De modo geral, o líder e vice-líder de turma devem desenvolver ações de cooperação e protagonismo no ambiente escolar.

§ 3º Esse colegiado consiste em um espaço de escuta ativa e participação dos estudantes, sendo orientado pelo Diretor Escolar.

**Art. 186.** A Portaria SEDU nº 026-R/2025, suas alterações ou a que vier a substituí-la, além de atualizar as diretrizes para a organização do Conselho de Líderes de Turma, implementa os comitês de líderes de turma tanto no nível regional quanto no nível estadual.

**Parágrafo único.** As atribuições dos comitês regional e estadual estão definidas na Portaria mencionada no *caput* deste artigo.

**Art. 187.** O Conselho de Líderes de Turma, dada a sua natureza específica descrita em Portaria própria, não substituirá o Grêmio Estudantil de forma alguma.

**Parágrafo único.** A gestão democrática na educação básica pressupõe a coexistência e a importância de ambos os colegiados para a efetivação do protagonismo e do exercício de cidadania dos estudantes nas unidades escolares.

#### Seção IV Do Conselho de Classe

**Art. 188.** Em conformidade com as Diretrizes Pedagógicas da SEDU, o Conselho de Classe é um momento coletivo de reflexão, avaliação e encaminhamento de decisões, visando à adoção de ações adequadas ao desenvolvimento e à aprendizagem dos estudantes.

**Parágrafo único.** O objetivo geral do Conselho de Classe é analisar o desenvolvimento do estudante, as práticas pedagógicas realizadas em cada trimestre/semestre letivo e propor alternativas de superação para a melhoria da aprendizagem com equidade.

**Art. 189.** A organização dos Conselhos de Classe deve estar de acordo com as legislações, bem como com as normativas educacionais vigentes e orientações internas, como as Circulares emanadas da SEDU.

**§ 1º** Conforme Portaria Anual de Calendário Escolar oriunda da SEDU, a organização dos Conselhos de Classe da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo está vinculada ao curso, à etapa e/ou à modalidade de ensino e às formas de ofertas de ensino contempladas pela unidade escolar.

**§ 2º** Em alinhamento com o disposto no parágrafo anterior deste artigo, os Conselhos são organizados considerando o curso, a etapa e/ou a modalidade de ensino e as formas de ofertas de ensino:

**I - no Ensino Regular;**

- a) Conselho de Líderes de Turma de Estudantes;
- b) Conselho de Classe por Áreas de Conhecimento;
- c) Conselho de Classe Trimestrais; e
- d) Conselho de Classe Final.

**II - na Educação de Jovens e Adultos - EJA; na EJA na Socioeducação e na EJA nas Prisões;**

- a) Conselho de Classe Semestrais; e
- b) Conselho de Classe Final.

**III - na Educação Escolar na Socioeducação;**

- a) Conselho de Classe por Áreas de Conhecimento;
- b) Conselho de Classe Trimestrais; e
- c) Conselho de Classe Final.

**IV - nos Cursos Técnicos Concomitantes;**

- a) Conselho de Classe Semestrais; e
- b) Conselho de Classe Final.

**§ 3º** Os Conselhos de que trata o §2º deste artigo serão presididos pelo Diretor Escolar, podendo o Coordenador Pedagógico assumir a presidência, em caso de necessidade excepcional e comprovada, a pedido desse gestor.

**§ 4º** Os Conselhos de Classe Trimestrais e Conselho de Classe Final serão mantidos, mesmo que unidade escolar não possua Diretor Escolar ou em situação de ausência temporária desse profissional, cabendo à presidência desses Conselhos ao Superintendente ou outro profissional que ele indique, assessorado pelo Coordenador Pedagógico da escola.

**§ 5º** Os dias de Conselho de Classe das turmas em funcionamento nas unidades Socioeducativas e do Sistema Prisional que coincidirem com os da Escola-Referência poderão ser alterados, caso haja viabilidade, para que o Diretor Escolar possa estar presente.

**Art. 190.** Os Conselhos de Classe são constituídos por:

- I - Diretor Escolar;
- II - Coordenador Pedagógico;
- III - Pedagogo;
- IV - Coordenador Escolar;
- V - Professor Regente de Classe;
- VI - Professor Coordenador de Área;
- VII - Professor Coordenador de Curso Técnico; e
- VIII - Coordenador Administrativo de Secretaria e Financeiro.

**§ 1º** Os Conselhos de Classe das unidades escolares contempladas com Programas e Projetos Educacionais da SEDU poderão contar também com a participação dos seguintes profissionais:

- I - Professor Articulador do Programa Sucesso Escolar - PSE;
- II - Coordenador do Programa de Fortalecimento da Aprendizagem - PFA;
- III - Professores de Língua Portuguesa e de Matemática do PFA;
- IV - Professor Coordenador de Inovação do Programa Escola do Futuro; e
- V - Professor Coordenador de Estratégias para Equidade Racial nas Escolas Prioritárias.

**§ 2º** Nos Conselhos de Classe Trimestrais e Conselho de Classe Final, a Direção Escolar poderá contar também com as contribuições do Professor de Educação Especial.



**§ 3º** Os Conselhos de Classe Trimestrais e Conselho de Classe Final, excetuando os da educação escolar na socioeducação e da educação escolar nas prisões, são, também, constituídos pela representatividade do Conselho de Líderes.

**§ 4º** Os profissionais da educação que constituem os Conselhos de Classe participarão desse momento coletivo reflexivo-pedagógico no dia, horário e turno de sua jornada de trabalho habitual.

**§ 5º** Qualquer excepcionalidade necessária quanto à participação dos profissionais citados nos incisos V, VI e VII deste artigo, deverá considerar a disponibilidade do profissional, bem como o compromisso do Diretor Escolar em reorganizar a jornada de trabalho desse servidor, conforme acordado e registrado em Ata de Reunião Prévia.

**Art. 191.** Aos Conselhos de Classe competem:

**I** - dialogar sobre o desempenho da unidade escolar, analisando as causas de baixo e alto rendimento;

**II** - decidir pela aplicação, repetição ou anulação do mecanismo de avaliação do desempenho do estudante, no qual ocorra irregularidade ou dúvida quanto ao resultado alcançado;

**III** - estabelecer mecanismos de recuperação de estudos, concomitantes ao processo de ensino-aprendizagem, que atendam à real necessidade do estudante, em consonância com o PPP da unidade escolar;

**IV** - decidir sobre a aprovação, inclusive sobre a aprovação por área de conhecimento, a reprovação e a recuperação do estudante, quando o resultado final de aproveitamento apresentar dúvida;

**V** - discutir ações que possam aprimorar o comportamento individual e coletivo do estudante;

**VI** - definir ações que visem à adequação dos métodos e técnicas de ensino e ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Currículo do Espírito Santo, quando houver dificuldade nas práticas educativas;

**VII** - propor procedimentos e formas diferenciadas de ensino e estudos para a melhoria do processo ensino-aprendizagem; e

**VIII** - enfatizar a recuperação paralela como processo contínuo, qualitativo e quantitativo de direito do estudante.

**Art. 192.** As Atas de cada Conselho, em decorrência da Lei Geral de Proteção Dados - LGPD, deverão ser inseridas pelo Coordenador Administrativo de Secretaria e Financeiro - CASF ou pelo Diretor Escolar no E-Docs em nível de acesso sigiloso no fundamento legal para a restrição da informação pessoal.

§ 1º As Atas de que trata o *caput* deste artigo devem ser assinadas por todos os participantes de cada Conselho realizado.

§ 2º As Atas, após assinaturas dos participantes, devem ser encaminhadas pelo CASF ou Diretor Escolar para o destinatário (nome da escola - secretaria escolar) localizada no menu “grupo e comissões” no E-Docs.

§ 3º As referidas Atas deverão ser arquivadas no Microsoft OneDrive da escola de domínio “@sedu” e/ou no Google Drive de domínio “@edu” da escola.

### CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA EQUIPE TÉCNICO-PEDAGÓGICA

**Art. 193.** Na estrutura organizacional, administrativa, técnica e pedagógica da unidade escolar pública estadual deve-se:

- I - preservar a flexibilidade necessária para o seu bom funcionamento; e
- II - assegurar a participação de toda a comunidade escolar na tomada de decisões, no acompanhamento e na avaliação do processo ensino-aprendizagem.

**Art. 194.** Entende-se por atribuições as responsabilidades inerentes a um cargo, função ou tarefa, em consonância com a formação profissional e/ou habilitação obtida em cursos regulares do sistema oficial de ensino, do servidor público estadual do Espírito Santo.

**Art. 195.** De acordo com a Portaria SEDU nº 034-R/2025, suas alterações ou a que vier a substituí-la, bem como com as legislações e normativas específicas vigentes, a equipe técnico-pedagógica das unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo é composta por:

- I - Diretor Escolar;
- II - Coordenador Pedagógico - CP;
- III - Coordenador Administrativo de Secretaria e Financeiro - CASF;
- IV - Pedagogo;
- V - Coordenador Escolar;
- VI - Professor Regente de Classe;
- VII - Professor Coordenador de Área - PCA;
- VIII - Professor Coordenador de Curso Técnico - PCCT;
- IX - Agente de Suporte Educacional;

**X** - Técnico da Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar - APOIE;

**XI** - Profissionais envolvidos com os Programas e Projetos Educacionais, quando for o caso; e

**XII** - Professor de Educação Especial, quando a unidade escolar for contemplada com esse profissional.

**Parágrafo único.** A equipe gestora das unidades escolares públicas estaduais, geralmente, é formada pelo Diretor Escolar, Coordenador Pedagógico e Coordenador Administrativo de Secretaria e Financeiro.

### Seção I Do Diretor Escolar

**Art. 196.** O Diretor Escolar é o profissional ocupante dos cargos MAPP, MAPA e MAPB do quadro efetivo do magistério público estadual que, por meio de processo seletivo da SEDU, foi selecionado para exercer essa função gratificada.

**Parágrafo único.** É imprescindível que esse profissional tenha o perfil que está descrito na Portaria citada no *caput* do art. 195 desta Diretriz Regimental Comum.

**Art. 197.** Para além da competência de desenvolver os processos de gestão, de acordo com os princípios constitucionais dos arts. 205 e 206 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, suas alterações, cabe ao Diretor Escolar cumprir com suas responsabilidades definidas no art. 5º da Portaria SEDU nº 034-R/2025 e outras que lhe forem conferidas no âmbito de sua competência.

**Art. 198.** As responsabilidades do Diretor Escolar abrangem os âmbitos da gestão pedagógica, da gestão de pessoas e do relacionamento com a comunidade escolar e da gestão administrativa e financeira.

**Art. 199.** A avaliação de desempenho da função de Diretor Escolar está fundamentada nos objetivos estratégicos da SEDU, no perfil de competências para o cargo e nos âmbitos da gestão escolar.

### Seção II Do Coordenador Pedagógico

**Art. 200.** O Coordenador Pedagógico - CP é o profissional ocupante dos cargos MAPP, MAPA e MAPB do quadro efetivo do magistério público estadual que, por meio de processo seletivo da SEDU, foi selecionado para exercer essa função gratificada.

**Parágrafo único.** A coordenação pedagógica compreende o planejamento, a coordenação, o desenvolvimento, o acompanhamento e a avaliação das atividades relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem.

**Art. 201.** Cabe ao CP cumprir com suas responsabilidades definidas na Lei Complementar Estadual nº 1.003/2022, suas alterações ou a que vier a substituí-la, no art. 7º da Portaria SEDU nº 034-R/2025 e outras que lhe forem conferidas no âmbito de sua competência.

### Seção III Do Coordenador Administrativo de Secretaria e Financeiro

**Art. 202.** O Coordenador Administrativo de Secretaria e Financeiro - CASF é o profissional ocupante do quadro efetivo da carreira de Agente de Suporte Educacional, ou por cargo efetivo compatível com as atribuições, desde que vinculado à SEDU, que, por meio de processo seletivo da SEDU, foi selecionado para exercer essa função gratificada.

**Art. 203.** Cabe ao CASF cumprir com suas responsabilidades definidas na Lei Complementar Estadual nº 1.003/2022, no art. 9º da Portaria SEDU nº 034-R/2025 e outras que lhe forem conferidas no âmbito de sua competência.

### Seção IV Do Pedagogo

**Art. 204.** O Pedagogo é o profissional ocupante do cargo MAPP do quadro do magistério público estadual, efetivo ou em regime de designação temporária.

**Art. 205.** Cabe ao Pedagogo cumprir com suas responsabilidades definidas nas legislações educacionais vigentes, no art. 11 da Portaria SEDU nº 034-R/2025 e outras que lhe forem conferidas no âmbito de sua competência.

### Seção V Do Coordenador Escolar

**Art. 206.** O Coordenador Escolar é o profissional ocupante dos cargos MAPA e MAPB do quadro do magistério público estadual.

**§ 1º** O Coordenador de que trata o *caput* deste artigo poderá ser efetivo, caso tenha cumprido estágio probatório, ou estar em designação temporária.

**§ 2º** Sendo efetivo, o Coordenador Escolar, a unidade escolar deverá observar e atender aos critérios e à ordem de prioridades estabelecidos nos incisos I e II do § 1º do art. 14 da Portaria SEDU nº 034-R/2025.

**§ 3º** Em designação temporária, o Coordenador Escolar será selecionado por meio de processo seletivo na forma da lei e das normativas da SEDU, conforme descrito na Portaria SEDU nº 034-R/2025.

**Art. 207.** Em sentido mais amplo, o Coordenador Escolar desenvolve também atividades correspondentes à organização e ao funcionamento da unidade escolar pública estadual, ao relacionamento entre escola, família e comunidade local, na perspectiva da instaurar uma convivência pacífica, dialógica e participativa no decorrer do processo ensino-aprendizagem.

**Art. 208.** Cabe ao Coordenador Escolar cumprir com suas responsabilidades definidas nas legislações vigentes, incluindo no Decreto Regulamentar Estadual nº 2.177/2008, suas alterações, ou a que vier a substituí-lo, no art. 15 da Portaria SEDU nº 034-R/2025 e outras que lhe forem conferidas no âmbito de sua competência, em articulação com o Diretor Escolar e Coordenador Pedagógico.

## Seção VI Do Professor Regente de Classe

**Art. 209.** O Professor Regente de Classe é o profissional da educação básica ocupante do quadro do magistério, na função de docência e/ou regência de classe, podendo ser efetivo ou designado temporário, conforme legislação vigente.

**Parágrafo único.** O Professor de Educação Profissional e Tecnológica, conforme a Lei Ordinária Estadual nº 10.039/2013, suas alterações ou a que vier a substituí-la, está incluído na definição apresentada no *caput* deste artigo.

**Art. 210.** Cabe ao Professor Regente de Classe cumprir com suas responsabilidades definidas na Lei Ordinária Estadual nº 5.580/1998, suas alterações ou a que vier a substituí-la, no art. 20 da Portaria SEDU nº 034-R/2025 e outras que lhe forem conferidas no âmbito de sua competência.

## Seção VII Do Professor Coordenador de Área

**Art. 211.** O Professor Coordenador de Área - PCA é o professor regente de classe, efetivo ou designado temporário, indicado por seus pares com registro em Ata de Reunião.

**§ 1º** A indicação de que trata o *caput* deste artigo é realizada em articulação com o Coordenador Pedagógico e o Pedagogo e validada pelo Diretor Escolar a partir da assinatura da Ata de Reunião.

**§ 2º** O PCA é o articulador das ações de docência dos professores dos componentes curriculares vinculados à sua área de conhecimento.

**§ 3º** O PCA atuará na área de conhecimento correspondente ao componente curricular que ministra em sala de aula.

**§ 4º** O PCA atenderá exclusivamente as unidades escolares públicas estaduais que ofertam ensino fundamental anos finais e/ou ensino médio no turno diurno.

**Art. 212.** Para exercer a função de PCA, são requisitos:

I - estar em efetiva regência de classe no turno em que atua como PCA na unidade escolar;

II - atuar, obrigatoriamente, como PCA todos os dias da semana no turno em que for designado;

**III** - contar, no mínimo, com 3 (três) anos de experiência como docente da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo;

**IV** - atuar na unidade escolar pública estadual sem ter qualquer tipo de afastamento ou licença relacionado aos motivos previstos na Lei Complementar Estadual nº 46/1994 e na Lei Complementar Estadual nº 115/1998 com suas respectivas alterações ou as que vierem a substituí-las.

**Art. 213.** A permanência do professor regente de classe como PCA está condicionada à sua avaliação de desempenho, que será:

**I** - realizada pelo Diretor Escolar, pelo Coordenador Pedagógico e pelo Pedagogo; e

**II** - registrada em instrumento pautado nos pressupostos estabelecidos na Portaria SEDU nº 034-R/2025 e disponibilizado pela Gerência de Gestão de Pessoas - GEGEP da SEDU.

**Art. 214.** Cabe ao PCA cumprir com suas responsabilidades definidas no art. 13 da Portaria SEDU nº 034-R/2025 e outras que lhe forem conferidas no âmbito de sua competência, em articulação com os professores de sua área de conhecimento.

**Art. 215.** O Fórum de Professores Coordenadores de Área é instituído pela Portaria SEDU nº 084-R/2021, suas alterações, ou a que vier a substituí-la.

## Seção VIII Do Professor Coordenador de Curso Técnico

**Art. 216.** O Professor Coordenador de Curso Técnico - PCCT é o profissional articulador entre os docentes e os estudantes dos cursos da educação profissional, impreterivelmente, escolhido pelo Diretor da unidade escolar, nos termos da Lei Ordinária Estadual nº 9.971/2012 e da Lei Ordinária Estadual nº 10.039/2013 com suas respectivas alterações ou as que vierem a substituí-las.

**Parágrafo único.** Para a escolha de que trata o *caput* deste artigo, devem-se considerar ainda os seguintes critérios:

**I** - ser professor de componente curricular específico do curso que irá coordenar;

**II** - possuir formação em curso superior na área específica do curso que irá coordenar, conforme previsto na Resolução CEE-ES nº 3.777/2014;

**III** - ministrar até 03 (três) componentes curriculares no curso em que exercerá coordenação, quando se tratar da modalidade integrada ao ensino médio.

**Art. 217.** Para que a condição de PCCT seja efetivada, é obrigatório:

**I** - a assinatura do Termo de Compromisso para a função, respaldado na Lei Ordinária Estadual nº 9.971/2012 e na Lei Ordinária Estadual nº 10.039/2013; e

II - o cumprimento da carga horária semanal de 15 (quinze) horas, distribuída por todos os dias da semana, no exercício da coordenação do curso.

**Art. 218.** O PCCT atuará em conformidade com o Eixo Tecnológico do curso técnico em que atua como professor, atentando-se para:

I - as legislações e normativas educacionais vigentes;

II - o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT em vigência; e

III - o edital do processo seletivo simplificado da SEDU referente à sua contratação como professor do curso técnico.

**Art. 219.** Cabe ao PCCT cumprir com suas responsabilidades definidas na Lei Ordinária Estadual nº 9.971/2012, na Lei Ordinária Estadual nº 10.039/2013, nas normativas vigentes, no art. 18 da Portaria SEDU nº 034-R/2025 e outras que lhe forem conferidas no âmbito de sua competência, em articulação com o Diretor Escolar, o Coordenador Pedagógico e o Pedagogo.

### Seção IX Do Agente de Suporte Educacional

**Art. 220.** O Agente de Suporte Educacional é o profissional ocupante do quadro efetivo, responsável pela Secretaria da unidade escolar pública estadual.

**Parágrafo único.** O profissional de que trata o *caput* deste artigo tem como foco a escrituração e expedição dos documentos escolares, bem como o arquivamento dos referidos documentos, em conformidade com a legislação vigente.

**Art. 221.** A criação e a reorganização do cargo e da respectiva carreira de Agente de Suporte Educacional, vinculado à SEDU, estão estabelecidas na Lei Complementar Estadual nº 507/2009 e na Lei Complementar Estadual nº 725/2013, com suas respectivas alterações ou as que vierem a substituí-las.

**Art. 222.** Cabe ao Agente de Suporte Educacional cumprir com suas responsabilidades definidas no art. 22 da Portaria SEDU nº 034-R/2025 e outras que lhe forem conferidas no âmbito de sua competência.

### Seção X Do Assistente Administrativo

**Art. 223.** O Assistente Administrativo é o profissional contratado por empresa terceirizada de natureza privada para oferecer suporte e organização às rotinas de escritório, de recursos humanos, de atendimento e ações afins da Secretaria da unidade escolar.

**§ 1º** As ações laborais do profissional que trata o *caput* deste artigo são fidelizadas pela empresa contratante, com o acompanhamento e validação do fiscal de contrato que, neste caso, é o Diretor Escolar.



**§ 2º** A SEDU substituiu o Auxiliar de Secretaria Escolar - ASE, contratado por designação temporária por meio de Editais, pelos Assistentes Administrativos, para atender à legislação vigente.

**Art. 224.** Na unidade escolar pública estadual contemplada com CASF, de acordo com sua tipologia, os Agentes de Suporte serão coordenados por ele.

**Parágrafo único.** O CASF exerce, no âmbito de sua competência, atribuições determinadas pela Direção Escolar.

## Seção XI

### Do Técnico da Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar

**Art. 225.** A Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar - APOIE contribui para o desenvolvimento intelectual, emocional e social dos estudantes da educação básica da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo.

**Parágrafo único.** A APOIE, no contexto da contribuição de que trata o *caput* deste artigo, fomenta, junto à escola, estratégias voltadas para as temáticas transversais da educação, nos aspectos psicossociais dos estudantes e da comunidade escolar, colaborando para o bem-estar de todos.

**Art. 226.** As ações da APOIE são, exclusivamente, de responsabilidade dos profissionais com formação em Psicologia e Serviço Social.

**Parágrafo único.** As ações do Psicólogo e do Assistente Social da APOIE têm caráter psicossocial, sendo realizadas na perspectiva multiprofissional e interdisciplinar.

**Art. 227.** As atribuições dos profissionais da APOIE não contemplam:

- I - atuação na perspectiva da área clínica ou com foco em tratamento de saúde;
- II - avaliação psicológica para fins de elaboração de psicodiagnóstico, laudo ou atestado psicológico;
- III - avaliação psicopedagógica;
- IV - atuação em processos de gestão de pessoas, em substituição às atribuições dos gestores das regionais e unidades escolares públicas estaduais;
- V - apuração de demandas para fins administrativos e/ou judiciais;
- VI - concessão de benefícios que extrapolem a competência de atuação na política de educação;
- VII - elaboração de laudos e/ou pareceres sociais; e
- VIII - realização de estudos socioeconômicos com a comunidade escolar para fins de concessão de benefícios.



**Art. 228.** A APOIE estrutura-se em diferentes níveis de execução programática por meio das equipes G-APOIE, APOIE-SRE e APOIE-ESCOLA, que estão organizadas de acordo com a sua localização institucional.

**Art. 229.** As competências das equipes APOIE-ESCOLA, dentre outras atividades correlatas e complementares à sua área de atuação, designadas pela APOIE-SRE e pela G-APOIE, estão estabelecidas na Portaria SEDU nº 234-R/2024, suas alterações ou a que vier a substituí-la e no art. 27 da Portaria SEDU nº 034-R/2025.

**§ 1º** As equipes APOIE-ESCOLA poderão proporcionar, sob orientação do Diretor Escolar, no ambiente escolar, como ação colaborativa, assertiva e afirmativa, momentos de escuta e de acolhimento, por meio de rodas de conversa ou outras metodologias coletivas alinhadas ao que determina as ações da APOIE, para estudantes ou servidores que estejam em sofrimento psíquico e mental decorrentes do uso imoderado de telas e de nomofobia.

**§ 2º** Entende-se por nomofobia o medo irracional de ficar sem o seu celular ou ser impedido de usá-lo por algum motivo, como ausência de conexão à internet ou bateria fraca, causador de ansiedade, angústia, insônia e desatenção.

## Seção XII

### Dos Profissionais envolvidos com Programas e Projetos Educacionais

**Art. 230.** Programas e Projetos Educacionais são estratégias pedagógicas que a SEDU, enquanto órgão responsável pela formulação e implementação de políticas públicas educacionais estaduais, fomenta para potencializar a educação de qualidade ofertada.

**Parágrafo único.** As referidas estratégias contribuem significativamente para assegurar o direito à educação integral do estudante por meio do acesso, da permanência e da aprendizagem com sucesso escolar, inclusão e equidade.

**Art. 231.** Para que se alcancem os resultados esperados, alguns Programas e Projetos Educacionais são articulados e coordenados por professores pertencentes ao quadro docente da unidade escolar pública estadual que os ofertam.

**Art. 232.** As unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo que forem contempladas, por exemplo, com o Programa Sucesso Escolar - PSE, Programa de Fortalecimento da Aprendizagem - PFA, Programa Escola do Futuro e o Programa de Educação para Relações Étnico-Raciais - ProERER, contam, respectivamente, com:

I - Professor Articulador;

II - Coordenador e Professores de Língua Portuguesa e de Matemática;

III - Professor Coordenador de Inovação; e

**IV** - Professor Coordenador de Estratégias para Equidade Racial nas escolas prioritárias.

**§ 1º** Cada um dos Programas mencionados no *caput* deste artigo é regulamentado por Portarias específicas.

**§ 2º** As atribuições dos profissionais relacionados a Programas e Projetos não incluídos neste artigo serão orientadas por diretrizes próprias elaboradas pela SEDU.

### Subseção I Do Professor Articulador do Programa Sucesso Escolar

**Art. 233.** O Programa Sucesso Escolar - PSE é uma proposta construída de forma coletiva e intersetorial, voltada para o enfrentamento da situação de distorção idade-ano/série constatada no ensino fundamental anos finais da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo.

**§ 1º** O objetivo geral do PSE é assegurar aos estudantes do ensino fundamental anos finais em situação de distorção idade-ano/série a progressão da aprendizagem e a continuidade dos estudos com sucesso escolar, a fim de garantir a equidade no processo ensino-aprendizagem ofertado.

**§ 2º** Para ser contemplada pelo Programa, a unidade escolar pública estadual precisa atender aos critérios definidos na Portaria específica do PSE.

**Art. 234.** O Professor Articulador, pertencente ao quadro docente da unidade escolar pública estadual, é o facilitador e/ou articulador de todas as ações referente ao PSE.

**Parágrafo único.** Para exercer suas responsabilidades estabelecidas por meio da Portaria específica do PSE, o Professor Articulador possui uma carga horária de 10 (dez) horas em sua jornada de trabalho docente para articular as ações exclusivas do Programa.

**Art. 235.** Cabe ao Professor Articulador do PSE, no âmbito de sua competência, cumprir suas responsabilidades definidas na Portaria específica do referido Programa.

### Subseção II Do Coordenador e dos Professores de Língua Portuguesa e de Matemática do Programa de Fortalecimento da Aprendizagem

**Art. 236.** O Programa de Fortalecimento da Aprendizagem - PFA é uma ação de intervenção pedagógica relacionada ao reforço e à recuperação da aprendizagem de estudantes do ensino fundamental e médio da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo.

**§ 1º** O PFA visa mitigar as desigualdades e dificuldades de aprendizagem desses estudantes, apresentadas nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, bem como melhorar, de forma contínua, os indicadores educacionais.

**§ 2º** Os indicadores educacionais mencionados no parágrafo anterior deste artigo são o Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica do Espírito Santo - IDEBES e o Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

**Art. 237.** As SREs, considerando os critérios estabelecidos na Portaria específica do Programa, definirão as unidades escolares públicas estaduais que, prioritariamente, ofertarão o PFA.

**Art. 238.** O Coordenador do PFA, será, preferencialmente, um professor de Língua Portuguesa ou de Matemática do quadro docente da unidade escolar pública estadual, com carga horária de 10 (dez) horas semanais por turno para coordenar as ações exclusivas do Programa.

**Art. 239.** A permanência na coordenação do PFA está condicionada à avaliação de desempenho do profissional, considerando:

I - ter liderança, lisura e proatividade;

II - saber trabalhar em equipe;

III - ser flexível e resiliente;

IV - ser reconhecido pelo corpo docente de sua escola por sua experiência exitosa em sala de aula e pelo hábito de planejar suas atividades;

V - possuir capacidade de orientar e articular os professores quanto ao estabelecimento de metas e ao desenvolvimento de ações que visem à melhoria do ensino; e

VI - ter conhecimento de práticas pedagógicas inovadoras.

**Art. 240.** Os professores de Língua Portuguesa e de Matemática do PFA, que podem ser, de acordo com as especificidades de cada etapa de ensino, Professor A (MAPA) e Professor B (MAPB) de Língua Portuguesa e de Matemática, serão selecionados em conformidade com proposta dos Planos de Intervenção Pedagógica das unidades escolares públicas estaduais.

**Art. 241.** Cabe ao Coordenador e aos Professores de Língua Portuguesa e de Matemática do PFA, no âmbito de suas respectivas competências, cumprir suas responsabilidades definidas na Portaria específica do referido Programa.

### Subseção III

#### Do Professor Coordenador de Inovação do Programa Escola do Futuro

**Art. 242.** O Programa Escola do Futuro, fomentado pela SEDU, propõe o desenvolvimento da cultura digital a partir do uso de metodologias pedagógicas inovadoras e de tecnologias educacionais no cotidiano escolar.

**§ 1º** Com esse Programa, a SEDU evidencia o objetivo de implementar políticas públicas de inclusão e de fomento à cultura digital, por meio de acesso às tecnologias e aos recursos educacionais inovadores.

**§ 2º** No Programa Escola do Futuro, o ensino e a aprendizagem ocorrem de forma híbrida, em um ambiente estendido que engloba tanto o mundo físico quanto o mundo digital.

**Art. 243.** O Professor Coordenador de Inovação - PCI, a partir do quadro docente, é uma indicação do Diretor Escolar.

**Parágrafo único.** O professor MAPB, indicado e deferido para atuar como PCI, em relação às 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, terá:

I - sua carga horária estendida (CHE), quando for efetivo;

II - alteração de carga horária, quando estiver em designação temporária.

**Art. 244.** O Professor Coordenador de Inovação - PCI, no contexto do Programa Escola do Futuro, de modo geral, tem a função de promover a integração da tecnologia, das metodologias inovadoras e das práticas educacionais no cotidiano escolar.

**Art. 245.** Ao PCI não é permitido o vínculo empregatício com outra rede de ensino, seja ela municipal ou de iniciativa privada.

**Art. 246.** Cabe ao PCI, no âmbito de sua competência, cumprir suas responsabilidades definidas na Portaria específica do referido Programa.

### Subseção IV

#### Do Professor Coordenador de Estratégias para Equidade Racial nas Escolas Prioritárias

**Art. 247.** O Programa de Educação das Relações Étnico-raciais - ProERER é um programa institucional que visa promover a educação antirracista e a equidade racial nas unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo.

**Art. 248.** O Professor Coordenador de Estratégias para Equidade Racial - PCER, conforme Portaria específica, tem como função principal fortalecer e desenvolver políticas voltadas à promoção da equidade e da inclusão, com foco em raça e gênero, mitigando as desigualdades educacionais nas escolas prioritárias.

**Parágrafo único.** Entende-se por *escolas prioritárias* as unidades escolares públicas estaduais que apresentam maiores desafios entre as escolas da Rede Pública Estadual de Ensino, considerando os critérios definidos em orientações institucionais internas, e que, por isso, demandam maior apoio e suporte da SEDU e da SRE.

**Art. 249.** O PCER, a partir do quadro docente, é selecionado pelo Diretor Escolar, tendo como prerrogativas o perfil e os requisitos estabelecidos em Portaria específica.

**§ 1º** O PCER possui uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, distribuídas entre todos os turnos de funcionamento da unidade escolar pública estadual.

**§ 2º** A distribuição da carga horária de que trata o parágrafo anterior deste artigo deve considerar como prioridade a análise dos desafios de cada turno, de modo a priorizar a melhoria dos resultados de aprendizagem dos estudantes indígenas e negros (pardos e pretos) da unidade escolar pública estadual.

**Art. 250.** Cabe ao PCER, no âmbito de sua competência, cumprir suas responsabilidades definidas na Portaria específica do referido Programa.

#### CAPÍTULO IV

#### DOS DIREITOS E DEVERES DOS PROFISSIONAIS DA EQUIPE TÉCNICO-PEDAGÓGICA

**Art. 251.** O *direito* é um conjunto de regras reconhecidas e protegidas por lei, que confere ao cidadão, individual ou coletivamente, a possibilidade de exercer uma determinada conduta ou de exigir algo de terceiros ou do próprio Estado.

**Art. 252.** O *dever* é um conjunto de obrigações que se deve cumprir por lei, moral, ética ou pela própria consciência. É, também, um comportamento ou ação que a lei exige de uma pessoa, seja um cidadão comum, uma empresa ou o próprio Estado.

**Art. 253.** O servidor público, conforme legislações vigentes, é a pessoa legalmente investida em cargo público.

**Parágrafo único.** Entende-se por *cargo público* o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas em estrutura organizacional, que tem como características essenciais a criação, geralmente por lei, com denominação própria, atribuições definidas e pagamento pelos cofres do Estado.

**Art. 254.** A equipe técnico-pedagógica da unidade escolar da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo, constituída por servidores, sob o regime estatutário, em designação temporária ou regime jurídico único, é regida pelas legislações nacionais, estaduais e congêneres que versam sobre a educação e prestação de serviço público.

**Parágrafo único.** Da equipe citada no *caput* deste artigo, excetua-se o Assistente Administrativo, Auxiliar de Serviços Gerais e o Vigilante Patrimonial, que são regidos pelas normativas da empresa terceirizada que os contrata, à luz das prerrogativas da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com acompanhamento pelo Fiscal de Contrato, o Diretor Escolar.

### Seção I

#### Dos Direitos dos Profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica

**Art. 255.** A equipe técnico-pedagógica da unidade escolar da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo, em consonância com as legislações educacionais e congêneres vigentes, tem como direitos:

- I - ser respeitada no exercício de sua função ou em razão dela;
- II - ser tratada com isonomia, sem distinção de qualquer natureza, na vida e no trabalho;
- III - dispor dos dispositivos constitucionais e das legislações específicas vigentes;
- IV - ter piso salarial profissional definido em lei;
- V - ter vencimentos, vantagens e proventos pagos até o último dia útil do mês de trabalho;
- VI - ter direitos automáticos a vantagens relativas ao tempo de serviço, na forma da legislação aplicável aos servidores em geral;
- VII - participar da elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar;
- VIII - participar da elaboração e implementação do Regimento Específico da unidade escolar;
- IX - propor ações que tenham por finalidade o aprimoramento dos procedimentos de avaliação, do processo de ensino-aprendizagem, da administração, da disciplina e da relação de trabalho na unidade escolar;
- X - ter acesso às orientações e normas emanadas da SEDU;
- XI - escolher e aplicar os processos didáticos e as formas de avaliação da aprendizagem, observadas as diretrizes do Sistema Estadual de Ensino e da SEDU;
- XII - dispor de instalação e materiais didáticos suficientes e adequados na unidade escolar;
- XIII - utilizar-se das dependências e dos recursos materiais e humanos da unidade escolar para o desenvolvimento de atividades pedagógicas diversas;

**XIV** - participar, com os estudantes, de momentos de escuta e de acolhimento, por meio de “rodas de conversas”, promovidos pela escola, em alinhamento com equipe APOIE-ESCOLA, em articulação com a equipe APOIE-SRE, quanto ao possível sofrimento psíquico e mental decorrente do uso imoderado dos aparelhos eletrônicos portáteis pessoais e smartphones;

**XV** - instaurar contrato pedagógico, nos termos da Resolução CEE-ES nº 8.650/2025, suas alterações ou a que vier a substituí-la, como instrumento democrático de pactuação entre os integrantes da comunidade escolar, visando ao estabelecimento de normas e práticas alinhadas aos princípios legais e educacionais, especialmente no contexto do uso de dispositivos digitais;

**XVI** - ter 2/3 (dois terços) da carga horária semanal de trabalho destinada ao desenvolvimento das horas-aula, no caso específico dos professores regentes de classe;

**XVII** - ter 1/3 (um terço) da carga horária semanal destinada ao cumprimento das horas-atividade;

**XVIII** - ter assegurada a proteção de seus dados pessoais, observada a legislação aplicável, em especial a Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) e a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), com suas respectivas alterações ou as que vierem a substituí-las, garantindo-se o equilíbrio entre o interesse público e o seu direito à privacidade;

**XIX** - receber suporte e orientação técnica da unidade escolar, da SRE e da SEDU para o correto tratamento de dados pessoais de estudantes, familiares, servidores e terceiros, incluindo o acesso a políticas, normas, protocolos e canais seguros para a comunicação com o Encarregado Interno pelo Tratamento de Dados Pessoais da SEDU;

**XX** - solicitar, a qualquer momento e mediante requerimento formal, o acesso às informações relacionadas ao tratamento de seus dados pessoais, no âmbito da unidade escolar, da SRE e da SEDU, conforme previsto nos incisos I, II, VII e VIII, do art. 18 da Lei Federal nº 13.709/2018 - LGPD;

**XXI** - solicitar, a qualquer momento e mediante requerimento formal, as providências relacionadas ao tratamento de seus dados pessoais, no âmbito da unidade escolar, da SRE e da SEDU, conforme previsto nos incisos III, IV, V, VI e IX do art. 18 e no art.20 da LGPD;

**XXII** - exercer a fé pública quanto à autenticação de documentos escolares do estudante da unidade escolar, desburocratizando e otimizando a emissão dos referidos documentos;

**XXIII** - participar de grupos de estudo, encontros, cursos, seminários, programas e projetos educacionais, reuniões, conselhos, comissões e outros ofertados pela SEDU e pela própria unidade escolar, tendo em vista o constante aperfeiçoamento profissional;



**XXIV** - participar de fóruns que tratem dos seus interesses profissionais, quando reconhecidos ou autorizados pela SEDU, mediante comunicação prévia à chefia imediata ou a quem estiver oficialmente respondendo, observados os prazos estabelecidos na Lei Complementar Estadual nº 46/1994;

**XXV** - participar do processo de formação continuada oferecido pela SEDU;

**XXVI** - participar da avaliação institucional, conforme orientação da SEDU;

**XXVII** - receber da gestão escolar *feedback* de suas avaliações individual e institucional para a melhoria contínua da educação pública de qualidade ofertada;

**XXVIII** - buscar autoconhecimento por meio da aplicação do conceito CHA (Conhecimento, Habilidade e Atitude), identificando suas potencialidades de desenvolvimento pessoal e profissional, no sentido de contribuir mais e melhor para o aumento da produtividade e do engajamento na unidade escolar;

**XXIX** - sindicalizar-se, assegurada sua liberação do exercício do cargo, se eleito para cargo de direção de entidade de classe e sindicato, observadas as disposições constantes da Lei Complementar nº 46/1994;

**XXX** - congregar-se em associações e/ou agremiações afins;

**XXXI** - ter, em se tratando de servidor efetivo, concessão de regime especial de trabalho mediante filho, cônjuge ou dependente com deficiência, independentemente de compensação de horas, na forma e condições previstas em legislação específica;

**XXXII** - dispor de licenças e afastamentos previstos em lei;

**XXXIII** - ter 45 (quarenta e cinco) dias de férias, sendo desses, 30 (trinta) dias consecutivos, no caso de professores regentes de classe;

**XXXIV** - ter 30 (trinta) dias consecutivos de férias por ano, no caso dos demais profissionais da unidade escolar;

**XXXV** - usufruir, no caso dos profissionais do quadro do magistério da unidade escolar, do feriado correspondente ao dia 15 de outubro, “Dia dos Professores”;

**XXXVI** - usufruir das férias-prêmio, no caso do profissional efetivo;

**XXXVII** - ter o tempo de serviço computado para fins legais, conforme necessário;

**XXXVIII** - usufruir dos direitos e da aposentadoria nos termos do art. 57 da Lei Complementar nº 115/1998, bem como da promoção e da mudança de nível, ainda quando ocupante de cargo em comissão em órgãos da SEDU ou outros, cujas funções sejam compatíveis com a área educacional; e

**XXXIX** - conhecer as disposições desta Diretriz Regimental Comum.



**§ 1º** Entende-se por CHA o conjunto de competências relacionado:

I - ao *conhecimento*, que abrange saberes, informações e conhecimentos técnicos sobre a área de atuação, adquiridos por meio de estudos, formação e experiência;

II - à *habilidade*, no tocante à capacidade de aplicar o conhecimento na prática, utilizando ferramentas, técnicas e procedimentos para realizar tarefas com eficiência e eficácia;

III - à *atitude*, que engloba postura, comportamento e comprometimento com a profissão, demonstrando motivação, ética e responsabilidade.

**§ 2º** Entende-se por *horas-aula* os períodos de tempo dos professores regentes de classe dedicados à aula efetivamente dada.

**§ 3º** Entende-se por *horas-atividade* os períodos dedicados pelos professores regentes de classe ao planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional, conforme previsto em legislação específica.

**§ 4º** Entende-se por *aula efetivamente dada* o conjunto de atividades desenvolvidas, presencialmente ou a distância, em sala de aula ou em outros espaços pedagógicos, desde que:

a) haja mediação do professor regente de classe do componente curricular ou de seu substituto legítimo, quando estiver ausente;

b) haja frequência controlada e registrada dos estudantes nas atividades desenvolvidas;

c) os conteúdos ministrados tenham relação direta com o Plano de Ensino de cada professor;

d) assegure o cumprimento da carga horária diária prevista nas organizações curriculares vigentes.

**§ 5º** Entende-se por *espaços pedagógicos* os ambientes (cinemas, praças, parques, museus, galerias de arte, monumentos históricos e outros similares) utilizados como recursos pedagógicos, previstos no planejamento e validados pela equipe pedagógica, pelo Diretor Escolar e pela SRE.

**§ 6º** Entende-se por *substituto legítimo*, conforme Portaria SEDU nº 163-R/2025, suas alterações ou a que vier a substituí-la, o educador apto a substituir o docente titular do componente curricular que tenha relação de trabalho formal estabelecida com a SEDU no ano/semestre letivo em curso e com potencial carga horária disponível para assumir as aulas nas turmas em que o professor regente estiver ausente.

**§ 7º** Todos os profissionais, docentes ou não, que atuam na unidade escolar pública estadual, usufruirão do feriado do “Dia dos Professores”, 15 de outubro, por não se tratar de dia letivo.

**§ 8º** O exercício dos direitos dos profissionais da equipe técnico-pedagógica, enquanto titulares de dados pessoais, será atendido nos limites das obrigações legais e regulatórias da administração pública, observando-se as competências de outros órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

**§ 9º** Os requerimentos relacionados ao exercício desses direitos deverão ser realizados por meio dos canais apropriados, disponibilizados no site institucional da SEDU.

**§ 10.** Ao receber o requerimento, o Encarregado Interno pelo Tratamento de Dados Pessoais da SEDU coordenará a comunicação com os setores e órgãos competentes para o tratamento da demanda, observada a legislação vigente e aplicável.

## Seção II

### Dos Deveres dos Profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica

**Art. 256.** Além das responsabilidades definidas na Portaria SEDU nº 034-R/2025, enquanto servidores públicos, a equipe técnico-pedagógica da unidade escolar da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo, em consonância com as legislações educacionais e congêneres vigentes, tem também como deveres:

**I** - conhecer e cumprir os dispositivos constitucionais, as legislações e normativas específicas vigentes;

**II** - exercer, com zelo e dedicação, as atribuições e/ou responsabilidades do cargo ou função;

**III** - agir com honestidade e integridade no trato dos interesses do Estado;

**IV** - tratar com cortesia, urbanidade e atenção os demais servidores públicos e os usuários do serviço público;

**V** - manter organizado o arquivo pessoal de todos os atos oficiais e registros da experiência profissional que lhe dizem respeito;

**VI** - trabalhar de forma cooperativa e harmoniosa para a preservação do clima escolar entre todos os pares da unidade escolar;

**VII** - ser assíduo e pontual à unidade escolar;

**VIII** - comunicar, com antecedência, eventuais atrasos e faltas para conhecimento e organização da unidade escolar;

**IX** - entregar o Atestado Médico à chefia imediata (Diretor Escolar) da escola, conforme Decreto Regulamentar Estadual nº 2297-R/2009, suas alterações ou a que vier a substituí-lo;

**X** - guardar sigilo sobre informações e assuntos estratégicos, disciplinares e de gestão interna da unidade escolar, observando-se os normativos internos e a legislação vigente e aplicável;

**XI** - guardar sigilo acerca das informações referentes aos aspectos psicossociais relacionados aos estudantes, zelando pela privacidade e pela confidencialidade das informações;

**XII** - zelar pela proteção e pela confidencialidade dos dados pessoais de estudantes, seus familiares, outros servidores e terceiros, tratando-os estritamente para as finalidades legítimas e explícitas que fundamentaram sua coleta, no exercício das competências e atribuições da unidade escolar e em estrita observância à legislação aplicável;

**XIII** - garantir que o tratamento de dados pessoais, incluindo o compartilhamento com outros setores ou com órgãos externos, ocorra apenas por meio de canais institucionais seguros e conforme ao menos uma das hipóteses de tratamento previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), registrando-se o ato conforme orientado em normativos internos e na legislação vigente e aplicável;

**XIV** - solicitar o consentimento livre, informado e esclarecido sempre que o tratamento de dados pessoais ultrapassar as funções públicas da unidade escolar, nos termos do parágrafo único do art. 6º do Decreto Regulamentar Estadual nº 4922-R/2021 (Política Estadual de Proteção dos Dados Pessoais e da Privacidade - PEPDP):

a) da própria pessoa titular dos dados, quando esta for maior de idade; e

b) de pelo menos um dos pais ou representante legais, em conformidade com o art. 14 da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), sem prejuízo da aplicação das demais hipóteses de tratamento previstas na legislação vigente, quando a pessoa titular for criança ou adolescente.

**XV** - assegurar à pessoa titular, ou a seus pais ou representantes legais, o direito de revogar o consentimento para o tratamento de dados pessoais, a qualquer tempo e mediante requisição formal, de forma gratuita e facilitada, sem prejuízo da validade do tratamento realizado até a data da revogação;

**XVI** - comunicar imediatamente à equipe gestora da unidade escolar, à SRE ou ao Encarregado Interno pelo Tratamento de Dados Pessoais da SEDU sobre a ocorrência de incidentes de segurança da informação que possam acarretar risco ou dano relevante às pessoas titulares de dados, em conformidade com os procedimentos internos da SEDU e da legislação vigente;

**XVII** - fornecer, quando requerido e autorizado por lei, informações precisas, corretas e atualizadas, observadas as disposições da Lei Federal nº 12.527/2011 (LAI) e da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD);

**XVIII** - atender com presteza e correção:

a) às famílias e/ou representantes legais dos estudantes, prestando as informações requeridas, em conformidade com o disposto na LAI, na LGPD e nas demais legislações aplicáveis;

b) à expedição dos documentos escolares dos estudantes da unidade escolar em que atua em conformidade com seu cargo ou função.

**XIX** - levar ao conhecimento da autoridade as irregularidades de que tiver ciência, em razão do cargo ou função;

**XX** - utilizar os recursos do Estado para atender ao interesse público, respeitando as leis e regulamentos pertinentes;

**XXI** - manter conduta compatível com a moralidade pública, de forma a valorizar a imagem e a reputação da unidade escolar;

**XXII** - informar sobre qualquer conflito de interesse, real ou aparente, relacionado com seu cargo ou função e tomar medidas para evitá-los;

**XXIII** - ser preciso, objetivo e claro em suas manifestações verbais, escritas ou por qualquer outro meio, pois elas devem representar o seu entendimento da questão, e não atender a interesses de superiores ou de outra parte interessada;

**XXIV** - obedecer às ordens superiores, exceto quando legitimamente ilegais;

**XXV** - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;

**XXVI** - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder de que tenha tomado conhecimento, indicando elementos de prova para efeito de apuração em processo apropriado;

**XXVII** - utilizar em sala de aula, a partir da elaboração do Plano de Ensino, dispositivos digitais (computadores, celulares, *notebooks*, *tablets*, relógio, anéis, pulseiras, óculos inteligentes, smartphones, kits de robótica, kits de audiovisual, que incluem câmeras digitais e outros recursos de suporte de vídeo e áudio, *e-readers* (livros digitais), dentre outros) como recursos pedagógicos importantes para melhoria contínua do processo de ensino e aprendizagem;

**XXVIII** - mapear os estudantes que necessitam usar dispositivos digitais como tecnologias assistivas ou para atendimento a condições de saúde, garantindo que haja suporte adequado;

**XXIX** - desenvolver estratégias educacionais formativas com e para comunidade escolar sobre os riscos, os sinais e a prevenção do sofrimento psíquico e o uso imoderado dos aparelhos eletrônicos portáteis pessoais e smartphones, dentro e fora da escola;

**XXX** - participar de cursos formativos sobre a Lei Federal nº 15.100/2025 e seus efeitos na comunidade escolar, promovidos pelo Centro de Formação dos Profissionais da Educação do Espírito Santo - CEFOPE/SEDU;

**XXXI** - desenvolver projetos interdisciplinares que considerem tanto os aspectos socioemocionais quanto os cognitivos para a formação integral dos estudantes;

**XXXII** - promover uma educação antirracista na unidade escolar;

**XXXIII** - cumprir na unidade escolar, atendendo ao 1/3 (um terço) da carga horária semanal de horas-atividade, o dia de estudo e planejamento coletivo por área de conhecimento, conforme organização abaixo:

a) terça-feira: área de Ciências Humanas, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e 4º e 5º anos do ensino fundamental;

b) quarta-feira: área de Ciências, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Matemática, Matemática e suas tecnologias e 1º ao 3º ano do ensino fundamental; e

c) quinta-feira: área de Linguagens, Linguagens e suas tecnologias.

**XXXIV** - fomentar e promover projetos educativos interdisciplinares sobre os princípios da sustentabilidade, dos cuidados com o meio ambiente local e territorial (como o uso racional dos materiais escolares, o não desperdício de alimentação escolar, dentre outros), bem como dos demais temas transversais do Currículo do Espírito Santo;

**XXXV** - manter a família e/ou representante legal e os estudantes informados sobre o sistema de avaliação da unidade escolar, de acordo com sua área de atuação;

**XXXVI** - estabelecer estratégias e intervenções de recuperação de estudos, conforme a Portaria SEDU nº 168-R/2020, no decorrer do ano/semestre letivo, visando à melhoria do aproveitamento escolar;

**XXXVII** - receber e analisar pedido de revisão de avaliações dos estudantes, no sentido de contribuir para a melhoria do processo ensino-aprendizagem;

**XXXVIII** - submeter a documentação solicitada à apreciação, análise e deferimento da SRE com o apoio da Gerência de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - GEEPEI/SEDU, para a devida formalização e concessão do atendimento educacional em regime domiciliar ao estudante regularmente matriculado na Rede Pública Estadual de Ensino, em conformidade com os termos da Portaria SEDU nº 144-R/2024;

**XXXIX** - elaborar o planejamento das aulas e, no caso de estudantes da educação básica público da educação especial, o Plano de Atendimento Educacional Especializado, em conformidade com os dispositivos da Portaria SEDU nº 144-R/2024;

**XL** - providenciar, semanalmente, o Registro de Acompanhamento do Atendimento Educacional em Regime Domiciliar, nos termos da Portaria SEDU nº 144-R/2024;

**XLI** - mobilizar a família e/ou representante legal do estudante, bem como o próprio estudante, quanto à importância e à necessidade de manter o cartão de vacinação em dia, no que diz respeito à preservação da saúde, evitando doenças e promovendo uma vida saudável;

**XLII** - envolver a família e/ou representante legal do estudante nas decisões relacionadas à contínua melhoria do processo ensino-aprendizagem;

**XLIII** - fomentar a participação da família e/ou representante legal nas intervenções pedagógicas voltadas para o desempenho do estudante;

**XLIV** - promover reuniões periódicas com a família e/ou representante legal, no dia e horário que estiver em efetivo exercício na unidade escolar, para dialogar sobre ações coletivas que possam contribuir para o sucesso escolar do estudante, fomentando a corresponsabilização;

**XLV** - estabelecer um canal de comunicação frequente entre a unidade escolar e a família e/ou representante legal;

**XLVI** - informar à família e/ou representante legal, bem como aos estudantes, a frequência e os resultados da aprendizagem obtidos no decorrer do ano letivo;

**XLVII** - comunicar aos órgãos competentes sobre a frequência dos estudantes, para a adoção das medidas cabíveis previstas em lei;

**XLVIII** - comparecer nas reuniões (JPP, Conselhos de Classe, formações e outras) da unidade escolar, no dia e horário em que estiver no efetivo exercício da função docente;

**XLIX** - contribuir para um ambiente escolar acolhedor, onde os estudantes se sintam seguros e motivados a participar das atividades escolares;

**L** - acolher o estudante que retorna após o processo de Busca Ativa Escolar, zelando para que seja reestabelecido o vínculo entre a unidade escolar e esse estudante;

**LI** - atuar como observador atento, identificando mudanças no comportamento do estudante que possam resultar em infrequência, abandono ou evasão escolar, na perspectiva de enfrentamento à realidade identificada na unidade escolar;

**LII** - assegurar estratégias pedagógicas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou à dependência de drogas ilícitas;

**LIII** - comunicar ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais, em conformidade com os protocolos de Busca Ativa Escolar dispostos na Portaria SEDU nº 024-R/2025, os casos de maus-tratos e de elevados níveis de repetência envolvendo os estudantes da unidade escolar;

**LIV** - notificar, nos termos da Lei Federal nº 15.231/2025 e em estrita conformidade com a Lei Federal nº 12.527/2011 e a Lei Federal nº 13.709/2018, ao Conselho Tutelar do Município:

a) a relação dos estudantes que apresentem quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei; e

b) as ocorrências e os dados relativos a casos de violência que envolvam seus estudantes, especialmente automutilações, tentativas de suicídio e suicídios consumados.

**LV** - elaborar e cumprir as normas do Regimento Escolar, que devem estar alinhadas aos dispositivos desta Diretriz Regimental Comum.

**§ 1º** Consideram-se atividades que exigem o consentimento para o tratamento de dados pessoais, entre outras:

**I** - a inscrição em programas, projetos, competições ou eventos opcionais, não obrigatórios no currículo regular, promovidos pela unidade escolar ou por parceiros;

**II** - o uso de imagem ou voz do estudante em campanhas de divulgação, redes sociais, materiais de imprensa ou qualquer peça de comunicação externa da unidade escolar, da SRE, da SEDU ou do Governo do Estado do Espírito Santo;

**III** - o compartilhamento de dados com entidades privadas ou do terceiro setor para finalidades que não sejam o cumprimento de uma obrigação legal ou regulatória; e

**IV** - a aplicação de pesquisas, questionários ou estudos de terceiros que não façam parte das avaliações sistêmicas obrigatórias da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo.

**§ 2º** O consentimento para o tratamento de dados pessoais deverá ser obtido por meio de Termo de Consentimento redigido em linguagem simples, clara e acessível, informando de maneira inequívoca a finalidade da coleta, os dados que serão utilizados, o período de tratamento e com quem serão compartilhados, em observância ao disposto na LGPD.

**§ 3º** Tanto a autorização quanto a revogação de consentimento para o tratamento de dados pessoais deverão ser providenciadas com antecedência, sendo registradas e formalizadas por meio de canais institucionais legítimos.



### Seção III

#### Das Proibições dos Profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica

**Art. 257.** A equipe técnico-pedagógica da unidade escolar da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo, em consonância com as legislações educacionais e congêneres vigentes, está proibida de:

**I** - entrar e permanecer nas dependências da unidade escolar com trajes inadequados às repartições públicas ou ao local de trabalho;

**II** - entrar alcoolizado ou sob efeito do uso de substâncias psicoativas nas dependências da unidade escolar;

**III** - tomar decisões individuais que venham a prejudicar o processo pedagógico e o andamento geral da unidade escolar;

**IV** - retirar e utilizar qualquer documento, material ou equipamento pertencentes à unidade escolar sem a devida permissão do Diretor Escolar;

**V** - realizar qualquer atividade de tratamento de dados pessoais de estudantes, familiares, servidores ou terceiros para fins particulares, político-partidários, eleitorais, comerciais, venda de qualquer natureza ou outros meios incompatíveis com o exercício de suas funções e/ou que não estejam relacionados ao interesse público e à finalidade pública da unidade escolar;

**VI** - realizar qualquer atividade de tratamento de dados pessoais de estudantes, familiares, servidores ou terceiros sem fundamento em ao menos uma das hipóteses de tratamento previstas na LGPD;

**VII** - realizar qualquer atividade de tratamento de dados pessoais para finalidades diversas daquelas inicialmente informadas às pessoas titulares, sem o devido amparo legal ou, quando exigível, sem a obtenção de consentimento explícito, informado e esclarecido;

**VIII** - coletar dados pessoais que sejam manifestamente desnecessários ou excessivos para a finalidade informada, em desconformidade com os princípios da finalidade, da adequação e da necessidade previstos no art. 6º da LGPD;

**IX** - tratar dados pessoais de crianças e adolescentes em desconformidade com o princípio do seu melhor interesse, previsto no art. 14 da LGPD e nas demais legislações vigentes e aplicáveis;

**X** - solicitar o consentimento para o tratamento de dados pessoais quando este não for a hipótese legal aplicável, de modo a não impor exigências desnecessárias às pessoas titulares e não transferir responsabilidades que competem ao poder público;



- XI** - compartilhar arquivos, documentos, planilhas ou listas contendo dados pessoais, especialmente dados pessoais sensíveis, por meios ou canais de comunicação não institucionais, salvo em situações emergenciais devidamente justificadas e registradas, com a autorização explícita da Direção Escolar;
- XII** - expor, publicar ou divulgar dados pessoais, especialmente informações de saúde, avaliações, histórico disciplinar ou socioeconômico de estudantes e servidores, em meios digitais ou impressos, sem fundamento legal ou consentimento válido da pessoa titular ou de seu responsável legal, quando exigido e aplicável;
- XIII** - manter dados pessoais sob guarda em local desprotegido, permitindo acessos indevidos, perda, extravio, modificação ou uso não autorizado, em descumprimento às orientações de segurança da informação e de proteção de dados emanadas pela SEDU;
- XIV** - armazenar dados pessoais por prazo superior ao necessário ou ao determinado pelos normativos internos da SEDU e pela legislação vigente e aplicável, salvo quando anonimizados para fins estatísticos, pedagógicos ou de pesquisa científica, nos termos da legislação aplicável;
- XV** - descartar ou eliminar de forma insegura, documentos físicos ou digitais que contenham dados pessoais, sem garantir a destruição completa, irrecuperável ou inutilizável das informações sigilosas neles contidos;
- XVI** - praticar qualquer tipo de violência (simbólica, física ou verbal) no exercício do cargo/função ou a pretexto de exercê-lo;
- XVII** - ocupar-se, durante o período de trabalho, de atividades não vinculadas ao seu cargo/função;
- XVIII** - usar o telefone celular e/ou outros dispositivos digitais sem fins pedagógicos ou administrativos durante o horário de aula;
- XIX** - utilizar o horário de planejamento para acessar sites estranhos à sua função (redes sociais, sites de relacionamento e outros);
- XX** - ausentar-se da unidade escolar durante o seu horário de trabalho sem autorização prévia do Diretor Escolar ou, na sua ausência, do profissional que estiver respondendo pela unidade escolar;
- XXI** - receber pessoas estranhas ao funcionamento da unidade escolar durante o período de trabalho sem autorização prévia do Diretor Escolar ou, na sua ausência, do profissional que estiver respondendo pela unidade escolar;
- XXII** - fumar cigarros, charutos, cachimbos, narguilés e outros produtos derivados do tabaco e/ou usar dispositivos eletrônicos (como cigarros eletrônicos, vape, vape pens, dab pens, mods, pod-mods, produtos híbridos) nas dependências da unidade escolar;

**XXIII** - fazer uso de bebidas alcóolicas ou de substâncias psicoativas nas dependências da unidade escolar;

**XXIV** - afixar cartazes, panfletos e mensagens nas dependências da unidade escolar sem autorização da equipe gestora (Diretor Escolar, Coordenador Pedagógico e CASF);

**XXV** - divulgar assuntos que envolvam direta ou indiretamente o nome da unidade escolar por qualquer meio de publicidade sem autorização da SEDU;

**XXVI** - praticar assédio moral, por meio de atos ou de expressões reiteradas que tenham por objetivo atingir a dignidade ou criar condições de trabalho humilhantes ou degradantes, abusando de autoridade conferida pela posição hierárquica;

**XXVII** - transferir para outro servidor as atribuições ou responsabilidades do cargo/função que lhe foi confiado.

**§ 1º** Entendem-se por *trajes inadequados* as roupas incompatíveis com o decoro e a formalidade de um ambiente de trabalho público.

**§ 2º** Em se tratando do professor de Educação Física, quando das aulas realizadas na quadra de esportes da unidade escolar, esse profissional, excepcionalmente, poderá usar bermuda na altura do joelho.

**§ 3º** Em situações que excetuem a excepcionalidade citada no § 2º deste artigo, o professor de Educação Física, assim como os demais servidores, deverá trajar-se com roupas compatíveis com o decoro e com a finalidade inerentes ao ambiente de trabalho público, observando o uso dos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs adequados a cada atividade e risco específicos durante o exercício de sua função.

**§ 4º** Entende-se por *EPIs*, no contexto das aulas de Educação Física, dispositivos e/ou acessórios (calçados fechados e antiderrapantes, joelheiras, luvas, protetores auriculares, capacetes, óculos de proteção, viseiras, mangotes, dentre outros) que visam proteger estudantes e professores de riscos e lesões inerentes às atividades desenvolvidas, como jogos, exercícios e atividades em ambientes externos.

**§ 5º** Entendem-se por meios ou canais de comunicação não institucionais os aplicativos de mensagens instantâneas de uso pessoal, os e-mails particulares, as redes sociais abertas, dentre outros meios que não garantam a segurança e a rastreabilidade da informação.

**Art. 258.** Os fatos ocorridos em não conformidade com o disposto nesta Diretriz Regimental Comum serão apurados, ouvindo-se os envolvidos e fazendo o registro em Ata de Reunião, com as respectivas assinaturas no nível organizacional sigiloso do Sistema de Gestão Arquivística de Documentos e Processos Administrativos do Estado do Espírito Santo - E-Docs.

**Parágrafo único.** Na apuração de fatos descrita no *caput* deste artigo, o tratamento dos dados pessoais dos envolvidos deverá ser realizado em estrita conformidade com a LAI e a LGPD, garantindo-se a confidencialidade das informações e o acesso restrito apenas aos profissionais autorizados para a condução do processo.

#### Seção IV

#### Do Regime Disciplinar Aplicado aos Profissionais da Equipe Técnico-Pedagógica

**Art. 259.** À equipe técnico-pedagógica da unidade escolar da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo, no caso da infração às suas atribuições ou responsabilidades, deveres e proibições, aplicam-se, em consonância com legislações e normativas específicas vigentes, as seguintes penalidades disciplinares:

- I - advertência verbal ou escrita;
- II - suspensão;
- III - demissão;
- IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade; e
- V - destituição de função de confiança ou de cargo em comissão.

#### CAPÍTULO V DO CORPO DISCENTE

**Art. 260.** De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, com o Estatuto da Juventude, com as demais legislações nacionais e com as normativas internacionais, pode-se definir criança, adolescente e jovem a partir da idade de cada um deles, respectivamente:

- I - criança é a pessoa com até 12 (doze) anos de idade incompletos;
- II - adolescente é a pessoa com idade entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos; e
- III - jovem é a pessoa com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte) anos.

**§ 1º** O adulto é a pessoa com idade entre 30 (trinta) e 59 (cinquenta e nove) anos.

**§ 2º** O idoso é a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

**Art. 261.** A Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo é constituída por crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos regularmente matriculados.

**Parágrafo único.** O conjunto das pessoas mencionadas no *caput* deste artigo forma o corpo discente de uma unidade escolar.

**Art. 262.** Os conceitos de direito e de dever estão descritos nos arts. 251 e 252 desta Diretriz Regimental Comum.

**Parágrafo único.** Os direitos e os deveres do corpo discente da unidade escolar visam garantir o desenvolvimento integral e a proteção deste grupo, assegurando-lhe uma vida digna e a possibilidade de exercer a cidadania em todos os espaços da sociedade, sobretudo no ambiente escolar.

### Seção I Dos Direitos do Corpo Discente

**Art. 263.** O corpo discente da unidade escolar da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo possui os seguintes direitos:

- I - ter efetivados, no ambiente escolar, os seus direitos já garantidos em legislações educacionais e congêneres vigentes;
- II - receber formação educacional sistêmica, intencional e institucionalizada alicerçada nas diretrizes pedagógicas da SEDU e no PPP da unidade escolar;
- III - ser respeitado e ouvido por sua família e/ou representante legal, por todos que compõem a comunidade escolar e pela equipe terceirizada da escola;
- IV - ser tratado com isonomia, sem preconceitos, discriminações ou distinção de qualquer natureza, por toda a comunidade escolar e pela equipe terceirizada da escola, em observância à garantia de direitos da pessoa com deficiência, da diversidade cultural e religiosa, diversidade étnico-racial, diversidade sexual e de gênero, entre outras formas discriminatórias e violências, conforme legislações vigentes;
- V - ser acolhido pela equipe técnico-pedagógica, para que se sinta seguro e motivado a participar das atividades promovidas pela e na unidade escolar;
- VI - participar de associações e/ou organizar agremiações afins;
- VII - participar da elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar;

- VIII** - participar das atividades escolares de caráter recreativo, esportivo, artístico, cultural e religioso desenvolvidas em sala de aula ou em outros espaços pedagógicos, destinadas à sua formação integral;
- IX** - ter respeitado o seu ritmo próprio no transcorrer do processo de ensino e aprendizagem;
- X** - ser atendido na sala de recursos da educação especial, em virtude de suas necessidades educacionais especiais, cumprindo-se os dispositivos e protocolos estabelecidos nas legislações vigentes;
- XI** - receber uma educação antirracista promovida pela e na unidade escolar;
- XII** - ter assegurada a sua escolarização por não ter tido acesso ou continuidade de estudo na idade própria;
- XIII** - ter a valorização da cultura campesina em uma relação dialética com o contexto nacional e/ou global;
- XIV** - desenvolver suas capacidades individuais e coletivas necessárias ao convívio sociocultural da pessoa indígena com sua comunidade de pertença e com outras sociedades;
- XV** - participar de atividades pedagógicas e projetos interdisciplinares que visem ao conhecimento das dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura próprios das comunidades quilombolas, bem como de toda a sociedade;
- XVI** - reunir-se com seus pares para organização de campanhas de cunho educativo, em conformidade com o Plano de Ação Anual da unidade escolar;
- XVII** - ter reposição das aulas quando da ausência do professor regente de classe responsável por lecionar o componente curricular específico;
- XVIII** - participar de programa institucionalizado voltado para o enfrentamento à distorção idade-ano/série em busca de seu sucesso escolar;
- XIX** - ter acesso aos recursos didático-pedagógicos e materiais disponibilizados pela unidade escolar;
- XX** - ter a implementação de política interna sobre o uso dos dispositivos digitais, por meio de um processo participativo e contextualizado, que garanta equilíbrio entre os benefícios pedagógicos das tecnologias e promova um ambiente escolar sadio e inclusivo;

**XXI** - usar os dispositivos digitais [computadores, celulares, *notebooks*, *tablets*, relógios, anéis, pulseiras, óculos inteligentes, *smartphones*, kits de robótica, kits de audiovisual, que incluem câmeras digitais e outros recursos de suporte de vídeo e áudio, *e-readers* (livros digitais), dentre outros] com fins, exclusivamente pedagógicos, para melhoria contínua de seu processo de aprendizagem;

**XXII** - ter assegurado o atendimento educacional hospitalar (classe hospitalar), por meio de tratamento especial, com a oferta de estudos e atividades para realização fora da escola, enquanto estiver impossibilitado de frequentar o ambiente escolar;

**XXIII** - estar amparado, até o 15º (décimo quinto) dia de internação hospitalar, nos dispositivos do art. 109 da Resolução CEE-ES nº 3.777/2014 e das legislações vigentes;

**XXIV** - ter assegurado o atendimento educacional em regime domiciliar, por meio de tratamento especial com a oferta de estudos e atividades para realização fora da escola, por um período mínimo de 6 (seis) meses de afastamento da escola, em decorrência de afecções comprovadas por Parecer Médico/Laudo Médico, conforme descrito na Portaria SEDU nº 144-R/2024;

**XXV** - ter o atendimento educacional em regime domiciliar, nos casos de ausência inferior a 6 (seis) meses ininterruptos, amparado nos dispositivos do art. 109 da Resolução CEE-ES nº 3.777/2014 e das legislações vigentes;

**XXVI** - ter garantido o atendimento educacional em regime domiciliar, por meio do Atendimento Educacional Especializado - AEE, em conformidade com a legislação vigente, quando for estudante da educação especial;

**XXVII** - receber continuamente informações sobre o seu aproveitamento escolar e sua frequência às aulas, quando solicitadas;

**XXVIII** - participar de todos os processos avaliativos internos e externos, por meio de metodologias diferenciadas que possibilitem e potencializem sua aprendizagem;

**XXIX** - ter assegurados os processos de recuperação paralela, trimestral/semestral, final e dos estudos especiais de recuperação no decorrer do ano/semestre letivo;

**XXX** - contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

**XXXI** - participar da avaliação institucional aplicada pela unidade escolar;

**XXXII** - receber da gestão escolar *feedback* de suas avaliações individual e institucional, visando à melhoria contínua da educação pública de qualidade ofertada;

**XXXIII** - participar dos processos avaliativos de ajustes pedagógicos (Classificação, Reclassificação e Avanço Escolar) quando for o caso;

**XXXIV** - ter a regularização da vida escolar mediante constatação de qualquer tipo de irregularidade decorrente da unidade escolar;

**XXXV** - receber, conforme normativas vigentes, o Histórico Escolar, Certificação e Diploma em tempo determinado pela unidade escolar para que possa prosseguir com seus estudos;

**XXXVI** - ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja proibida a realização dessas atividades, desde que apresente à equipe pedagógica o Requerimento e a Declaração de Guarda Religiosa, comprometendo-se a cumprir a prestação alternativa ofertada pela unidade escolar;

**XXXVII** - recusar-se a ser submetido a todo tipo de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão, sendo punido, de acordo com a lei, qualquer violação, por ação ou omissão, de seus direitos fundamentais enquanto criança e adolescente;

**XXXVIII** - ter efetivado, no ambiente escolar, o fluxo de prevenção e enfrentamento às ameaças ativas na unidade escolar pública estadual;

**XXXIX** - ter acesso e preencher a Ficha de Notificação/Investigação Individual, se houver a autoidentificação como vítima de violência doméstica, sexual e/ou violências interpessoais;

**XL** - ter prioridade quanto à proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

**XLI** - requerer transferência ou cancelamento de matrícula por si, quando maior de 18 (dezoito) anos de idade ou por intermédio de sua família e/ou representante legal, caso seja menor de idade;

**XLII** - ter seus dados pessoais e escolares tratados em conformidade com o disposto na legislação vigente e aplicável, em especial na Lei Federal nº 13.709/2018 e no Decreto Regulamentar Estadual nº 4.922-R/2021;

**XLIII** - solicitar, a qualquer momento e mediante requerimento formal, o acesso às informações relacionadas ao tratamento de seus dados pessoais, no âmbito da unidade escolar, da SRE e da SEDU, conforme previsto nos incisos I, II, VII e VIII, do art. 18 da LGPD;

**XLIV** - solicitar, a qualquer momento e mediante requerimento formal, as providências relacionadas ao tratamento de seus dados pessoais, no âmbito da unidade escolar, da SRE e da SEDU, conforme previsto nos incisos III, IV, V, VI e IX do art. 18 e no art. 20 da LGPD; e

**XLV** - ter conhecimento do Regimento Específico da unidade escolar no início do ano/semestre letivo.

**§ 1º** A *guarda religiosa* refere-se ao direito de uma pessoa ausentar-se de determinadas atividades, como aulas ou provas, em função de dias relacionados à observância de uma prática religiosa.

**§ 2º** A *prestação alternativa* refere-se à aplicação de atividades substitutivas previstas em um Plano de Estudo individual, como forma de compensar as atividades realizadas e a ausência decorrente da guarda religiosa, assinado pela equipe pedagógica da escola e pelo estudante maior de 18 (dezoito) anos de idade ou por sua família e/ou representante legal, caso seja estudante menor de idade.

## Seção II Dos Deveres do Corpo Discente

**Art. 264.** O corpo discente da unidade escolar da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo tem os seguintes deveres:

- I** - conhecer e obedecer ao Regimento Escolar desde o início do ano/semestre letivo;
- II** - respeitar e ouvir a sua família e/ou representante legal, a equipe técnico-pedagógica, a equipe terceirizada e os colegas da unidade escolar, mantendo uma relação cordial, harmoniosa e de diálogo com toda a comunidade escolar;
- III** - atentar para os períodos e procedimentos relacionados à Chamada Escolar Anual coordenada e supervisionada pela SEDU;
- IV** - manter o cartão de vacinação em dia, conforme recomendado pelas autoridades sanitárias;
- V** - comparecer à unidade escolar ou a outros espaços pedagógicos, obrigatoriamente, uniformizado, incluindo calçado fechado e/ou tênis, para sua devida identificação e proteção contínuas;
- VI** - ser pontual e assíduo às aulas e outras atividades educativas ofertadas pela unidade escolar, em prol de sua formação integral para a vida e para o trabalho;
- VII** - permanecer em sala de aula durante o horário das aulas, mantendo-se atento, bem como compartilhando conhecimentos com os colegas e com o professor regente de classe;



**VIII** - cumprir os critérios definidos na organização do horário semanal de aulas, deslocando-se no prazo estabelecido pela coordenação escolar para as atividades e locais indicados;

**IX** - responsabilizar-se pelo zelo e devolução dos livros didáticos, dos *chromebook*, *pen modems*, *chips* ou quaisquer outros materiais recebidos da unidade escolar e de propriedade do Governo do Estado;

**X** - frequentar, em decorrência da ausência temporária do professor regente de classe, as reposições de aulas;

**XI** - frequentar, em conformidade com os protocolos estabelecidos nas legislações vigentes, a sala de recursos da educação especial, em virtude de suas necessidades educacionais especiais;

**XII** - ter uma postura antirracista dentro do ambiente escolar;

**XIII** - contrapor-se a quaisquer tipos de movimentos de indisciplina coletiva;

**XIV** - contribuir para um ambiente escolar seguro, não portando de forma alguma, quaisquer objetos que possam colocar em risco tanto sua saúde, integridade física e moral quanto a dos outros membros da comunidade escolar;

**XV** - comunicar e requerer providências ao Diretor Escolar quando exposto a tratamentos vexatórios, constrangedores, discriminatórios, ameaçadores, humilhantes, violentos, aterrorizantes, desumanos, de *bullying* ou de *cyberbullying* por colegas, demais membros da equipe técnico-pedagógica, equipe terceirizada, agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou de qualquer pessoa pertencente ao ambiente escolar;

**XVI** - usar dispositivos digitais com fins, exclusivamente, pedagógicos, a partir da orientação do professor regente de classe e da equipe pedagógica da unidade escolar, para melhoria contínua de seu processo de aprendizagem;

**XVII** - zelar pela confidencialidade de suas credenciais de acesso aos sistemas e plataformas digitais disponibilizados pela unidade escolar, pela SRE ou pela SEDU, responsabilizando-se por não as compartilhar com terceiros;

**XVIII** - zelar pela proteção dos dados pessoais e da privacidade de outros estudantes, dos profissionais da unidade escolar e de terceiros que compõem a comunidade escolar, abstendo-se de divulgar ou compartilhar suas informações (como imagens, voz, nome completo, dados de contato ou informações pessoais) sem a devida autorização ou amparo legal;

**XIX** - utilizar, de forma responsável e ética, os recursos digitais que lhe forem disponibilizados, evitando práticas que possam expor indevidamente dados pessoais próprios ou de terceiros;

**XX** - comunicar à equipe gestora ou técnico-pedagógica da unidade escolar qualquer situação que envolva incidente de segurança da informação de que tenha conhecimento, como o mau uso ou a divulgação indevida de dados pessoais de qualquer pessoa da comunidade escolar;

**XXI** - manter seus dados cadastrais e de contato sempre atualizados junto à secretaria da unidade escolar, para garantir a comunicação eficaz e o cumprimento das obrigações da escola, recorrendo ao auxílio de seus pais ou responsáveis legais para essa atualização, caso seja estudante menor de idade;

**XXII** - deixar em casa, sob os cuidados de um responsável, seu bebê, criança menor de idade ou outro ente querido, tendo em vista que, no âmbito público, somente atos e procedimentos estabelecidos por Lei podem ser executados, razão pela qual esses familiares não podem acompanhá-lo em sala de aula ou em outros espaços pedagógicos organizados pela unidade escolar pública estadual;

**XXIII** - participar, efetivamente, das avaliações externas e internas (SAEB, PAEBES-Alfa, PAEBES, AMA, Diagnóstica, Fluência em Leitura e Socioemocional) que lhe são aplicadas pela unidade escolar;

**XXIV** - participar, efetivamente, dos processos de recuperação paralela, trimestral/semestral, final e dos estudos especiais de recuperação no decorrer do ano/semestre letivo;

**XXV** - solicitar, antecipadamente, ao Diretor Escolar o documento institucional referente à declaração de responsabilidade para liberação antecipada, sempre que houver necessidade de se ausentar da unidade escolar, contendo a assinatura do responsável legal, acompanhada dos números do CPF e da Carteira de Identidade;

**XXVI** - comunicar, por escrito, à coordenação e/ou à secretaria escolar o seu afastamento temporário da unidade escolar por motivo de doença ou outros;

**XXVII** - entregar Atestado Médico ao Coordenador Escolar, CASF e/ou Agente de Suporte Educacional, no prazo máximo de 03 (três) úteis a partir da data de emissão do referido documento pelo médico, para justificar suas ausências à unidade escolar pública estadual, considerando que:

a) o Coordenador Escolar, CASF e/ou Agente de Suporte Educacional, receberá o Atestado Médico da família e/ou representante legal do estudante, caso o aluno seja menor de idade;

b) o Coordenador Escolar, CASF e/ou Agente de Suporte Educacional, receberá o Atestado Médico do próprio estudante, se o aluno for maior de 18 (dezoito) anos de idade;

**XXVIII** - entregar o requerimento e a Declaração de Guarda Religiosa à equipe pedagógica, comprometendo-se a cumprir com a prestação alternativa instituída pela unidade escolar;

**XXIX** - entregar na secretaria da escola, quando transferido de outra unidade escolar, documentos pessoais e Histórico Escolar (cópia autenticada em cartório ou por fé pública inerente ao servidor público), se for estudante maior de 18 (dezoito) anos de idade ou pedir que sua família e/ou representante legal entregue-os, caso seja menor de idade no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir de sua chegada à nova unidade escolar;

**XXX** - zelar pela conservação do prédio, do mobiliário e de todo recurso didático-pedagógico de uso coletivo ou individual disponibilizado pela unidade escolar pública estadual;

**XXXI** - responsabilizar-se, quando maior de 18 (dezoito) anos de idade ou por meio da família e/ou representante legal, caso seja menor de idade, por reparar e/ou indenizar a unidade escolar, profissionais ou colegas de escola mediante quaisquer prejuízos causados voluntariamente aos seus respectivos patrimônios;

**XXXII** - abster-se de qualquer prática de comércio, venda, oferta ou distribuição de produtos, serviços, alimentos ou bebidas no ambiente escolar; e

**XXXIII** - responsabilizar-se por objetos de uso privativo, físicos ou dispositivos digitais, evitando perdas, trocas ou danos, pois a unidade escolar não é responsável por objetos de uso privativo extraviados, danificados ou trocados nas suas dependências.

**Parágrafo único.** Em relação ao cumprimento do inciso V deste artigo, a Direção Escolar providenciará, junto à família e/ou representante legal, ou ao próprio estudante, quando esse for maior de idade, a assinatura de Termo de Compromisso com prazo definido para o cumprimento da obrigatoriedade exigida nesta norma regimental, considerando que o estudante não pode ser impedido de frequentar as aulas, tampouco de ter acesso às dependências da unidade escolar.

### Seção III Do Regime Disciplinar Aplicado ao Corpo Discente

**Art. 265.** O *regime disciplinar* é um conjunto de regras e procedimentos que estabelece tanto a conduta esperada do estudante quanto as medidas educativas disciplinares a serem adotadas pela equipe gestora da unidade escolar diante de atos indisciplinares que transgridam as disposições do Regimento Escolar.

**§ 1º** As medidas educativas disciplinares podem variar desde advertências verbais ou escritas até suspensões e, em casos de atos infracionais, a transferência compulsória.

**§ 2º** Essas medidas disciplinares devem ser aplicadas de forma proporcional à gravidade do ato indisciplinar.

**§ 3º** O regime disciplinar visa melhorar a formação do estudante, a organização do trabalho escolar e intensificar o respeito recíproco entre os integrantes da comunidade escolar, assegurando a efetividade das normas e orientações preventivas do Regimento Escolar.

**§ 4º** O Regimento Escolar deve ser pautado na doutrina da proteção integral da criança e do adolescente, na perspectiva da justiça restaurativa, em que:

**I** - torna-se imperativa a investigação da origem dos problemas, por meio da criação de espaços de diálogos e da construção conjunta de soluções; e

**II** - define-se a melhor maneira de reparar os danos, a responsabilização pelo ato indisciplinar cometido e a prevenção da reincidência.

**§ 5º** O Regimento Escolar não deve ser punitivo, considerando o ato indisciplinar como algo irreversível, sem qualquer possibilidade de resgatar o estudante de sua sentença de culpa.

**§ 6º** Todos os estudantes regularmente matriculados nas unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo estão sujeitos ao regime disciplinar normatizado por esta Diretriz Regimental Comum, cuja aplicação se estende ao Regimento Específico das unidades escolares públicas estaduais.

**§ 7º** Os estudantes regularmente matriculados nas unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo que, de forma súbita, apresentarem surtos psicóticos terão sua situação analisada no âmbito da aplicação do regime disciplinar previsto nesta Diretriz Regimental Comum e no Regimento Específico das unidades escolares estaduais, assegurando-se a observância dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade na adoção das medidas cabíveis.

**§ 8º** Os estudantes identificados como público da educação especial, regularmente matriculados nas unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo, terão suas particularidades consideradas na aplicação do regime disciplinar previsto nesta Diretriz Regimental Comum e no Regimento Específico das unidades escolares estaduais, assegurando-se a observância dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade na definição das medidas cabíveis.

**§ 9º** Compete à unidade escolar adotar, de forma imediata e apropriada, as medidas necessárias à garantia:

**I** - da integridade física e emocional do estudante público da educação especial envolvido e dos demais membros da comunidade escolar;

**II** - da observância dos direitos da pessoa com deficiência, TEA e Altas Habilidades ou Superdotação conforme previsto nas normativas federais e estaduais;

**III** - da efetivação das práticas inclusivas e do atendimento adequado ao público da Educação Especial.

**IV** - o combate, no contexto educacional, ao capacitismo e à discriminação em todas as suas formas.

#### Seção IV Dos Atos Indisciplinados

**Art. 266.** Entende-se por *atos indisciplinados* todas as condutas realizadas pelo estudante que impliquem transgressão às normas, direitos e deveres estabelecidos nesta Diretriz Regimental Comum e no Regimento Específico da unidade escolar.

**Art. 267.** Os atos indisciplinados classificam-se em:

I - leves; e

II - graves.

#### Seção V Dos Atos Indisciplinados Leves

**Art. 268.** Os *atos indisciplinados leves* são as condutas e/ou atitudes não tipificadas como atos infracionais, crimes ou contravenções penais, nos termos das legislações vigentes, mas que, mesmo assim, prejudicam a ordem, o processo ensino-aprendizagem e o bom funcionamento da unidade escolar.

**Art. 269.** As más condutas e/ou atitudes realizadas pelos estudantes que se configuram como atos indisciplinados leves são:

I - chegar atrasado às aulas;

II - trajar-se sem o uniforme escolar;

III - ter acesso, circular ou permanecer em locais restritos do prédio escolar;

IV - ausentar-se das aulas ou dos prédios escolares sem justificativa prévia e autorização da equipe técnico-pedagógica da unidade escolar;

V - usar dispositivos digitais pessoais para outros fins que não pedagógicos em qualquer rotina escolar, recreio ou intervalos entre aulas, inclusive em sala de aula e demais ambientes de aprendizagem;

VI - jogar papel no chão em qualquer dependência da unidade escolar;

VII - atrapalhar o estudo dos colegas com brincadeiras;

VIII - interromper com frequência o bom andamento das aulas;

IX - deixar de cumprir com as atividades escolares, ocupando-se, durante a aula, de qualquer atividade alheia;

X - usar telefone celular e/ou outros dispositivos digitais sem fins pedagógicos durante as aulas, ausentando-se inadvertidamente para atendê-los ou manuseá-los nos corredores da unidade escolar;

**XI** - namorar nas dependências da unidade escolar;

**XII** - usar bonés, óculos escuros e demais acessórios que impeçam sua identificação e proteção no ambiente escolar;

**XIII** - estimular colegas à desobediência ou ao desrespeito às normas regimentais da unidade escolar;

**XIV** - promover e realizar coletas ou subscrições, sorteios, excursões, jogos, listas de pedidos, vendas ou campanhas de qualquer natureza, utilizando o nome da unidade escolar para esses fins impróprios;

**XV** - utilizar os recursos digitais que lhe forem disponibilizados de forma a expor indevidamente dados pessoais, incluindo credenciais de acesso a sistemas e plataformas digitais, próprios ou de terceiros, ainda que sem dolo;

**XVI** - criar, compartilhar ou disseminar, em qualquer meio e sem intenção de ofender, imagens, áudios, vídeos ou dados pessoais de qualquer membro da comunidade escolar, sem o consentimento da pessoa envolvida; e

**XVII** - comercializar, vender, ofertar ou distribuir produtos, serviços, alimentos ou bebidas no ambiente escolar.

## Seção VI

### Das Medidas Educativas Disciplinares dos Atos Indisciplinares Leves

**Art. 270.** As *medidas educativas disciplinares* são ações de caráter educativo que visam à formação e ao desenvolvimento humano integral do estudante, em resposta a comportamentos inadequados praticados por ele ao infringir as normas estabelecidas no Regimento Escolar.

**§ 1º** A escolha da medida educativa disciplinar mais adequada está indissociavelmente vinculada à idade, ao grau de maturidade, à situação de saúde (física e mental), ao histórico disciplinar e à gravidade da atitude inadequada do estudante, priorizando-se sempre a educação, e não a punição.

**§ 2º** As medidas educativas disciplinares são intensificadas e/ou acentuadas na medida em que se constata a maior idade do estudante, a partir de seus 18 (dezoito) anos de idade.

**§ 3º** Em se tratando de atos indisciplinares leves, o Coordenador Escolar é o profissional da escola responsável por aplicar as medidas educativas disciplinares cabíveis à situação.

**Art. 271.** As medidas educativas disciplinares aplicáveis aos atos indisciplinares leves são:

**I** - advertência verbal; e

**II** - registro da advertência verbal em instrumento próprio da unidade escolar.

**§ 1º** Em complemento às medidas disciplinares previstas neste artigo, poderão ser aplicadas atividades pedagógicas complementares.

§ 2º Tais atividades terão caráter educativo, voltadas à construção da mudança de comportamento, devendo a unidade escolar, assessorada pela SRE, promover palestras.

§ 3º A natureza das atividades pedagógicas complementares e das palestras deverá ser diretamente relacionada ao ato praticado e ao seu impacto na comunidade escolar.

§ 4º A aplicação e o acompanhamento dessas atividades e palestras serão de responsabilidade do Coordenador Pedagógico, com anuência do Diretor Escolar, em conjunto com a equipe técnico-pedagógica.

## Seção VII

### Dos Procedimentos dos Atos Indisciplinares Leves

**Art. 272.** Entende-se por *procedimentos disciplinares* o processo formal que visa garantir que as regras e normas de conduta do Regimento Escolar sejam respeitadas, por meio da aplicação, quando necessário, de medidas educativas para corrigir comportamentos inadequados, buscando sempre o desenvolvimento integral do estudante.

**Art. 273.** Os procedimentos relacionados aos atos disciplinares leves são:

I - conduzir o estudante (quando houver mais de um envolvido, lembrando que essa condução será feita de forma individual), após ser comunicado e/ou presenciar a conduta inadequada, ao espaço destinado à coordenação escolar ou outro adequado para as devidas orientações;

II - escutar a versão dos fatos do estudante, antes de aplicar a medida educativa disciplinar necessária, assegurando-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa, por meio de oitiva individual e de eventuais testemunhas;

III - efetuar a advertência verbal, conforme previsto nos arts. 17 e 18 da Lei Federal nº 8.069/1990, suas alterações vigentes, evitando constranger o estudante;

IV - registrar a advertência verbal em instrumento próprio, modelo emitido pela SEDU/ES;

V - promover o estudo do Regimento Escolar com o estudante, na perspectiva de torná-lo protagonista de suas ações responsáveis e alinhadas às normas regimentais da unidade escolar;

VI - comunicar à família e/ou representante legal do estudante, por telefone, e-mail ou outro recurso de comunicação viável e disponível na unidade escolar, sobre a advertência verbal aplicada;

VII - dar ciência ao Diretor Escolar sobre a ocorrência disciplinar realizada; e

VIII - arquivar a Ocorrência Disciplinar no Prontuário do Estudante, na secretaria da unidade escolar.



**Parágrafo único.** O tratamento dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis coletados, registrados e armazenados durante a apuração de um ato indisciplinar leve deverá ser realizado com estrita observância à Lei Federal nº 13.709/2018 e à Lei Federal nº 8.069/1990, garantindo a confidencialidade das informações, a rastreabilidade do acesso e a restrição de acesso apenas aos agentes públicos competentes para a apuração e aplicação das medidas educativas disciplinares cabíveis.

## Seção VIII Dos Atos Indisciplinares Graves

**Art. 274.** Os atos *indisciplinares graves* são condutas e/ou atitudes suficientemente sérias e que merecem punições mais rigorosas, pois comprometem não apenas a ordem, como também a segurança, podendo gerar danos significativos para a comunidade escolar ou para terceiros.

**Parágrafo único.** A principal diferença entre atos disciplinares leves e graves reside no nível de gravidade da conduta e nas consequentes medidas educativas disciplinares a serem aplicadas distintamente em cada caso.

**Art. 275.** Em se tratando de atos disciplinares graves, o Coordenador Escolar e o Coordenador Pedagógico são os profissionais da escola responsáveis por aplicar as medidas educativas disciplinares cabíveis à situação.

**Art. 276.** As condutas e/ou atitudes realizadas pelos estudantes que se configuram como atos disciplinares graves são:

**I** - comportar-se de maneira a perturbar o processo educativo, como, por exemplo, fazendo barulho excessivo (gritaria e a algazarra) em sala de aula, na biblioteca, nos laboratórios, nas áreas de convivência, nos corredores e demais espaços da escola;

**II** - desrespeitar ou afrontar a equipe técnico-pedagógica e a equipe terceirizada da escola;

**III** - provocar desordem de qualquer natureza no âmbito da unidade escolar e em seu entorno;

**IV** - comparecer à escola sob efeito de substâncias nocivas à saúde e à convivência social;

**V** - consumir e/ou usar dispositivos eletrônicos (como cigarros eletrônicos, *vape*, *vape pens*, *dab pens*, *mods*, *pod-mods*, produtos híbridos) para fumar, bebidas alcoólicas, cigarros e outras drogas lícitas ou entorpecentes nas dependências da unidade escolar;

**VI** - expor ou distribuir materiais dentro da unidade escolar que violem as normas ou políticas oficialmente definidas pela SEDU ou pela escola;



**VII** - plagiar, ou seja, apropriar-se do trabalho de outro e utilizá-lo como se fosse seu, sem dar o devido crédito e fazer menção ao autor, como no caso de cópia de trabalhos de outros estudantes ou de conteúdos divulgados pela internet ou por qualquer outra fonte de conhecimento;

**VIII** - criar, compartilhar ou disseminar, em qualquer meio e de forma dolosa, imagens, áudios, vídeos ou dados pessoais de qualquer membro da comunidade escolar;

**IX** - acessar, alterar, subtrair ou destruir dados pessoais e registros escolares, seus ou de terceiros, de forma não autorizada, utilizando-se de credenciais de outrem ou de qualquer outro meio ilícito;

**X** - divulgar publicamente, em redes sociais abertas, aplicativos de mensagens ou qualquer outro meio de amplo alcance, dados pessoais ou dados pessoais sensíveis de qualquer membro da comunidade escolar, causando-lhe exposição indevida que possa resultar em constrangimento, dano moral ou violação de direitos; e

**XI** - portar livros, revistas, fotografias ou outros materiais pornográficos, físicos ou digitais, dentro da unidade escolar.

### Seção IX

#### Das Medidas Educativas Disciplinares dos Atos Indisciplinares Graves

**Art. 277.** As medidas educativas disciplinares aplicáveis aos atos indisciplinares graves são:

**I** - advertência verbal;

**II** - registro da advertência verbal em instrumento próprio da unidade escolar; e

**III** - suspensão de todas as aulas previstas, conforme horário semanal da turma, no período máximo de 02 (dois) dias letivos.

**§ 1º** A suspensão de que trata o inciso III deste artigo, conforme já explicitado, deverá ser cumprida dentro das dependências da unidade escolar.

**§ 2º** Em complemento às medidas disciplinares previstas neste artigo, poderão ser aplicadas atividades pedagógicas complementares.

**§ 3º** Tais atividades terão caráter educativo, voltadas à construção da mudança de comportamento, devendo a unidade escolar, assessorada pela SRE, promover palestras.

**§ 4º** A natureza das atividades pedagógicas complementares e palestras deverá ser diretamente relacionada ao ato praticado e ao seu impacto na comunidade escolar.

**§ 5º** A aplicação e o acompanhamento dessas atividades e palestras serão de responsabilidade do Coordenador Pedagógico, com anuência do Diretor Escolar, em conjunto com a equipe técnico-pedagógica.

## Seção X

### Dos Procedimentos dos Atos Indisciplinares Graves

**Art. 278.** Os procedimentos relacionados aos atos disciplinares graves são:

**I** - conduzir o estudante (quando houver mais de um envolvido, de forma individual), após ser comunicado e/ou presenciar a conduta inadequada, ao espaço destinado à coordenação escolar ou outro adequado para as devidas orientações;

**II** - escutar a versão dos fatos do estudante, antes de aplicar as medidas educativas disciplinares necessárias, assegurando-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa, por meio de oitiva individual e de eventuais testemunhas;

**III** - efetuar a advertência verbal, observando o previsto nos arts. 17 e 18 da Lei Federal nº 8.069/1990, com vistas à suspensão das atividades em sala com o cumprimento das atividades escolares em outros espaços da unidade escolar em decorrência do ato disciplinar grave;

**IV** - promover o estudo do Regimento Escolar com o estudante, na perspectiva de torná-lo protagonista de suas ações responsáveis e alinhadas às normas regimentais da unidade escolar;

**V** - organizar um espaço adequado, em qualquer dependência da escola, para que, durante o período de suspensão, o estudante possa efetuar todas as atividades educativas, incluindo as avaliativas, previstas no horário semanal de aulas de sua turma;

**VI** - dar início a suspensão do estudante, em todas as aulas previstas no horário semanal de sua turma, no período máximo de 02 (dois) dias letivos, com o cumprimento de todas as atividades educativas agendadas em espaço específico da unidade escolar;

**VII** - comunicar à família e/ou representante legal do estudante, por telefone, e-mail ou outro recurso de comunicação viável e disponível na unidade escolar, sobre a necessidade de se fazer presente na escola para conhecimento, diálogo, intermediação de conflito e assinatura da ocorrência disciplinar realizada em virtude de o ato disciplinar grave cometido pelo estudante;

**VIII** - registrar a advertência verbal e a suspensão das aulas em instrumento próprio, modelo emitido pela SEDU/ES, anexado ao Regimento Escolar;

**IX** - dar ciência ao Diretor Escolar sobre a ocorrência disciplinar realizada;

**X** - arquivar a Ocorrência Disciplinar no Prontuário do Estudante, na secretaria da unidade escolar.

**§ 1º** Entende-se por *espaço adequado* qualquer dependência da unidade escolar que seja arejada, iluminada, higienizada, silenciosa com mesa e cadeira ou carteira disponíveis, para que o estudante suspenso possa realizar todas as atividades educativas requeridas.

**§ 2º** O tratamento dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis coletados, registrados e armazenados durante a apuração de um ato indisciplinar grave deverá ser realizado com estrita observância à Lei Federal nº 13.709/2018 e à Lei Federal nº 8.069/1990, garantindo a confidencialidade das informações, a rastreabilidade do acesso e restrição de acesso apenas aos agentes públicos competentes para a apuração e aplicação das medidas educativas disciplinares cabíveis.

### Seção XI

#### Da diferença entre um Ato Indisciplinar e um Ato Infracional

**Art. 279.** A principal diferença entre um ato indisciplinar e um ato infracional cometido por uma criança ou adolescente reside no âmbito de aplicação da lei e na natureza da conduta inadequada evidenciada e devidamente registrada por meio de Ocorrências Disciplinares, Relatórios e Atas de Reunião com suas respectivas assinaturas.

**Parágrafo único.** No contexto das unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo, no que diz respeito ao ato infracional, a parceria da Companhia Independente de Polícia Escolar - CIPE/SEDU é extremamente relevante e indispensável.

### Seção XII

#### Dos Atos Infracionais

**Art. 280.** Entende-se por *atos infracionais* as condutas descritas como crimes ou contravenções penais.

**§ 1º** As crianças com até 12 (doze) anos de idade incompletos não podem ser responsabilizadas por atos infracionais, mas são passíveis de medidas protetivas, em conformidade com o art. 98, inciso III e o art. 101 da Lei Federal nº 8.069/1990.

**§ 2º** Os adolescentes, com idade entre 12 (doze) completos e 18 (dezoito) anos incompletos, em conformidade com o art. 112 da Lei Federal nº 8.069/1990, são passíveis, por meio de autoridades judiciárias e/ou órgãos competentes, de medidas socioeducativas, tais como:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;

**V** - inserção em regime de semiliberdade; ou

**VI** - internação em estabelecimento educacional.

**§ 3º** Os jovens com igual ou maior de 18 (dezoito) anos de idade completos e/ou adultos podem ter o caso encaminhado às autoridades competentes, iniciando pela Companhia Independente de Polícia Escolar - CIPE/SEDU, que deverá prosseguir com as demais providências que a situação exigir.

**§ 4º** As autoridades judiciárias e/ou órgãos competentes mencionadas no *caput* do § 2º deste artigo são:

**I** - Conselho Tutelar;

**II** - Assistência Social;

**III** - Ministério Público;

**IV** - Defensoria Pública e

**V** - autoridade policial.

**Art. 281.** As condutas e/ou atitudes realizadas pelos estudantes que se configuram como atos infracionais são:

**I** - ameaçar, intimidar ou agredir fisicamente qualquer membro da comunidade escolar;

**II** - desacatar a equipe técnico-pedagógica e a equipe terceirizada da escola;

**III** - criar, compartilhar ou disseminar, por qualquer meio, imagens, áudios, vídeos ou quaisquer outros dados pessoais de membros da comunidade escolar, causando intimidação, humilhação, constrangimento, ofensa ou ridicularização, violando ou restringindo seus direitos;

**IV** - praticar *bullying* e/ou *cyberbullying* na unidade escolar ou em razão dela;

**V** - empregar gestos ou expressões verbais que impliquem insultos ou ameaças a terceiros, incluindo hostilidade ou intimidação, mediante o uso de palavras racistas ou preconceituosas;

**VI** - emitir comentários ou insinuações de conotação sexual agressiva ou desrespeitosa, ou apresentar qualquer conduta de natureza sexualmente ofensiva;

**VII** - exibir filmagem, fotografia, gravação sonora ou distribuir textos, literatura ou materiais difamatórios, pornográficos, racistas ou preconceituosos contra segmentos da comunidade escolar (colegas, família e/ou representante legal do estudante, equipe técnico-pedagógica e demais funcionários) em ambientes físicos ou virtuais (*on-line* ou *off-line*);

**VIII** - vender ou expor à venda fotografias, vídeos ou outros registros que contenham cenas de sexo explícito ou pornográficas envolvendo criança ou adolescente;

**IX** - oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio, inclusive por sistemas de informática ou telemáticos, fotografias, vídeos ou outros registros que contenhas cena de sexo explícito ou pornográficas envolvendo criança ou adolescente;

**X** - aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de praticar ato libidinoso;

**XI** - participar, estimular ou organizar incidentes de violência grupal ou generalizada;

**XII** - danificar ou destruir equipamentos, materiais ou instalações da unidade escolar;

**XIII** - escrever, rabiscar ou produzir marcas em paredes, mesas, materiais pedagógicos, vidraças, portas, quadras de esportes ou em qualquer lugar da unidade escolar;

**XIV** - incentivar ou participar de atos de vandalismo que provoquem danos intencionais a equipamentos, materiais, instalações da escola ou a pertences da equipe técnico-pedagógica, dos estudantes ou de terceiros;

**XV** - distribuir, vender ou entregar dispositivos eletrônicos (como cigarros eletrônicos, *vape*, *vape pens*, *dab pens*, *mods*, *pod-mods*, produtos híbridos) para fumar, bebidas alcoólicas, cigarros e outras drogas lícitas ou entorpecentes em qualquer dependência da unidade escolar;

**XVI** - portar, facilitar o ingresso ou utilizar qualquer tipo de arma, explosivos ou objetos contundentes que atentem contra a integridade física de toda comunidade escolar e de terceiros;

**XVII** - intimidar o ambiente escolar com ameaça de natureza ilegal, inclusive ameaças de bomba ou artefatos explosivos e/ou comunicações falsas;

**XVIII** - apropriar-se de objetos que pertencentes a outra pessoa ou subtraí-los sob ameaça ou sem a devida autorização do proprietário;

**XIX** - produzir ou colaborar para o risco de lesões em integrantes da comunidade escolar, resultantes de condutas imprudentes ou da utilização inadequada de objetos cotidianos que podem causar danos físicos, como isqueiros, fivelas de cinto, guarda-chuvas, braceletes ou similares;

**XX** - utilizar dados ou imagens de qualquer membro da comunidade escolar para criar perfis falsos, montagens difamatórias ou qualquer conteúdo fraudulento com a finalidade de prejudicar a honra ou a imagem da pessoa;

**XXI** - danificar ou adulterar registros e documentos escolares, por qualquer método, inclusive por meio de computadores ou outros meios eletrônicos;

**XXII** - ativar, injustificadamente, alarmes de incêndio ou qualquer outro dispositivo de segurança da escola;

**XXIII** - apresentar qualquer conduta proibida que viole sobretudo a Constituição Federal, a Constituição Estadual, o Estatuto da Criança e do Adolescente ou o Código Penal.

**§ 1º** Em conformidade com a Lei Federal nº 13.185/2015, suas alterações ou a que vier a substituí-la, o *bullying* é definido como intimidação sistemática, ou seja, intencional e repetitiva, sem motivo evidente, que envolve violência física, psicológica ou social, manifestada por meio de atos de humilhação, discriminação, incluindo insultos, ameaças, comentários e apelidos pejorativos, entre outros.

**§ 2º** O *bullying* é praticado por um indivíduo ou grupo contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidar ou agredir, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desigualdade e/ou desvantagem.

**§ 3º** O *cyberbullying* é a manifestação do *bullying* no ambiente virtual, praticado por meio de tecnologias digitais, como redes sociais, aplicativos de mensagens e outros dispositivos eletrônicos e digitais, envolvendo a prática de atos repetitivos e intencionais de agressão, com o objetivo de intimidar, humilhar ou constranger a vítima.

### Seção XIII

#### Das Medidas Educativas Disciplinares dos Atos Infracionais

**Art. 282.** As medidas educativas disciplinares aplicáveis aos atos infracionais são:

**I** - *suspensão de todas as aulas previstas*, conforme horário semanal da turma, por um período de 05 (cinco) dias letivos, com o cumprimento de todas as atividades de aprendizagem, incluindo as avaliativas, nas dependências da unidade escolar pública estadual;

**II** - *transferência compulsória* para outra unidade escolar, após esgotadas todas as outras medidas educativas disciplinares de integração do estudante na escola em que se encontra matriculado, podendo ser impreterivelmente aplicada mediante a materialização de risco à integridade física do estudante ou de outras pessoas no ambiente escolar.

**§ 1º** A suspensão de 05 (cinco) dias letivos será aplicada pelo Diretor Escolar, independentemente da aplicação ou não da transferência compulsória pelo Conselho de Escola da unidade escolar.

**§ 2º** No período de cumprimento da suspensão de 05 (cinco) dias letivos, o Diretor Escolar poderá aplicar a estratégia educativa de mudança de turno antes da efetivação da transferência compulsória.

**§ 3º** A suspensão de que trata o inciso I deste artigo, conforme já explicitado, deverá ser cumprida dentro das dependências da unidade escolar.

**§ 4º** A transferência compulsória somente ocorrerá em caso de reincidência de ato infracional, aplicado o § 1º deste artigo, devendo ser encaminhada para análise do Conselho de Escola e providenciada uma vaga pelo Diretor da escola de origem, junto à SRE, para uma escola de destino, com intuito de assegurar o direito à educação previsto na Constituição Federal.

**§ 5º** Em se tratando de ato infracional, independente da aplicação ou não da transferência compulsória, deverão ser adotadas as seguintes providências:

I - registro de Boletim de Ocorrência/Boletim Unificado da Polícia Civil;

II - convocação, por telefone ou e-mail, da Companhia Independente de Polícia Escolar - CIPE/SEDU;

III - comunicação à família e/ou ao representante legal do estudante;

IV - convocação da família e/ou do representante legal do estudante para reunião presencial com a CIPE/SEDU (ou, quando se tratar de unidade escolar não contemplada pela CIPE/SEDU, a Policial Militar), com observância ao § 1º do art. 280 desta Diretriz Regimental Comum e, se possível, encaminhamento para análise do Conselho de Escola.

#### Seção XIV Dos Procedimentos dos Atos Infracionais

**Art. 283.** A análise, verificação, aplicação de medidas educativas disciplinares e tomada de decisões referentes aos atos infracionais, notadamente materializados, são de responsabilidade exclusiva do Diretor Escolar.

**§ 1º** Quando os *atos infracionais estiverem relacionados à criança ou adolescente*, considerando que a esses não se imputam tais atos, a unidade escolar pública estadual deve observar os direitos e deveres garantidos pelo ECRIAD (Lei Federal nº 8.069/1990) e buscar auxílio do Conselho Tutelar quanto às medidas protetivas cabíveis.

**§ 2º** Quando os *atos infracionais estiverem relacionados a jovens com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos completos e a adultos*, considerando que a esses tais atos podem ser imputados com base no Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940) e na Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/1941), com suas respectivas alterações ou as que vierem a substituí-las, a unidade escolar pública estadual deve buscar apoio da CIPE/SEDU quanto às medidas cabíveis, conforme os protocolos do Sistema de Segurança Escolar, descritos no Manual de Gestão Escolar 2023, pp. 319-325.

**Art. 284.** A Direção da unidade escolar da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo, no contexto de ato infracional, deverá:



**I** - registrar Boletim de Ocorrência/Boletim Unificado da Polícia Civil, fiel ao fato ocorrido, observando os dispositivos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD;

**II** - convocar, por registro escrito, reunião com a família e/ou representante legal do estudante, com a presença da Companhia Independente de Polícia Escolar - CIPE/SEDU (ou quando se tratar de unidade escolar não contemplada pela CIPE/SEDU, a Polícia Militar) para os devidos encaminhamentos do caso ao Conselho Tutelar, ao Conselho de Escola ou à SRE;

**III** - assinar a Ata da Reunião juntamente com os demais participantes, a saber:

a) o estudante que praticou o ato infracional;

b) a família e/ou representante legal do estudante; e

c) a Patrulha Escolar ou, quando se tratar de unidade escolar não contemplada pela CIPE/SEDU, a Polícia Militar;

**IV** - encaminhar a Ata da Reunião, devidamente assinada, ao Conselho Tutelar, ao Conselho de Escola (caso esse tenha participado da reunião) e à SRE à qual a unidade escolar está jurisdicionada.

**Art. 285.** Os procedimentos relacionados à materialização dos atos infracionais são:

**I** - escutar a versão dos fatos apresentada pelo estudante, antes da aplicação da medida educativa disciplinar pertinente à situação, assegurando-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa, por meio de oitiva individual e de eventuais testemunhas;

**II** - aplicar a suspensão do estudante, conforme o horário semanal da turma, por um período de 05 (cinco) dias letivos, com o cumprimento de todas as atividades de aprendizagem, incluindo as avaliativas, nas dependências da unidade escolar;

**III** - assegurar a organização de um espaço adequado, em qualquer dependência da escola, para que, durante o período de suspensão de 05 (cinco) dias letivos, o estudante possa realizar todas as atividades de aprendizagem, incluindo as avaliativas, previstas no horário semanal de aulas de sua turma;

**IV** - promover o estudo do Regimento Escolar com o estudante, a fim de torná-lo protagonista de suas ações responsáveis e alinhadas às normas regimentais da unidade escolar;

**V** - analisar o contexto escolar do estudante nos aspectos pedagógico, histórico e social, por meio do Prontuário do Estudante, a fim de evitar punições em notas ou outras formas decorrentes da conduta, bem como garantir a conclusão do trimestre/semestre letivo;

**VI** - certificar que houve comunicação à família e/ou representante legal do estudante, por telefone, e-mail ou outro recurso de comunicação viável e disponível na unidade escolar, sobre a necessidade de comparecimento à escola para conhecimento, diálogo, intermediação de conflito e assinatura da Ocorrência Disciplinar realizada em virtude do ato infracional cometido pelo estudante;



**VII** - assegurar a efetivação de todas as ações descritas no art. 284 desta Diretriz Regimental Comum, sob pena de nulidade em caso de descumprimento de qualquer uma delas;

**VIII** - garantir, junto à SRE, a vaga do estudante transferido compulsoriamente pelo Conselho de Escola da unidade escolar de origem, na escola de destino, por meio de:

a) registro do nome da escola de destino na Ata de Reunião do Conselho de Escola da unidade escolar de origem do estudante em transferência compulsória; e

b) registro na Declaração de Transferência, com a seguinte observação: *“Estudante transferido pelo Conselho de Escola da (nome da escola de origem), de acordo com a Ata de Reunião registrada no dia/mês/ano, para a (nome da escola de destino), a partir da confirmação de vaga existente, com anuência do Diretor Escolar da (nome da escola de destino)”*.

**IX** - providenciar o envio de toda a documentação referente à aplicação do ato infracional com transferência compulsória ao Conselho de Escola, ao Conselho Tutelar e à SRE à qual a unidade escolar pública estadual está jurisdicionada; e

**X** - promover o arquivamento de toda a documentação referente ao ato infracional e seus desdobramentos no Prontuário do Estudante, na secretaria da unidade escolar.

**Parágrafo único.** O tratamento dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis coletados, registrados e armazenados durante a apuração de um ato infracional deverá ser realizado com estrita observância à Lei Federal nº 13.709/2018 e à Lei Federal nº 8.069/1990, garantindo a confidencialidade das informações, a rastreabilidade do acesso e a restrição de acesso apenas aos agentes públicos e às autoridades legalmente competentes para a condução do processo, tais como o Conselho Tutelar e as autoridades policiais e judiciárias.

**Art. 286.** A suspensão de 05 (cinco) dias letivos é condição para o prosseguimento das demais ações que podem culminar em reunião do Conselho de Escola para análise e deliberação, ou não, da transferência compulsória do estudante.

**Art. 287.** A transferência compulsória do estudante para outra unidade escolar poderá ser aplicada pelo Conselho de Escola da unidade escolar de origem, apenas após esgotadas todas as demais medidas educativas disciplinares de integração do estudante na escola em que está matriculado, desde que haja:

**I** - o registro prévio, por escrito, de reunião com a CIPE/SEDU (ou, quando se tratar de unidade escolar não contemplada pela CIPE/SEDU, a Polícia Militar) sobre o ato infracional cometido pelo estudante;

**II** - a garantia de vaga na escola de destino, expressamente registrada na Ata de Reunião do Conselho de Escola da unidade escolar de origem do estudante e na Declaração de Transferência do estudante a ser transferido.

**§ 1º** A decisão do Conselho de Escola, por ser soberana e autônoma, não pode sofrer interferência de nenhum órgão, instituição ou setor.

**§ 2º** A inexistência de vaga na escola de destino inviabiliza a efetivação da transferência compulsória do estudante da escola de origem.

**§ 3º** Se o Conselho de Escola evidenciar que há uma situação de conflito de interesses entre o corpo docente e a família do estudante, que extrapole aos fatos apurados e comprometa o direito à educação do estudante, a deliberação pela transferência compulsória pode ser reconsiderada e/ou cancelada.

**Art. 288.** A transferência compulsória do estudante para outra unidade escolar não constitui medida educativa disciplinar vitalícia.

**§ 1º** De forma excepcional, após o cumprimento da transferência compulsória, sendo comprovada a necessidade de garantir o direito à educação, o estudante poderá retornar à unidade escolar de origem, desde que:

I - haja comprovação, no Mapa de Classe do ano letivo vigente, por meio do Sistema Estadual de Gestão Escolar - SEGES, da disponibilidade de vaga para seu retorno;

II - fique evidenciado que não há outra escola na localidade ou nas adjacências que ofereça curso, etapa e/ou modalidade de ensino capaz de atender à sua demanda específica; e

III - seja assinado o Termo de Compromisso, lavrado pelo Conselho de Escola, no qual o estudante declara estar ciente e concorda, de imediato, que, em caso de reincidência infracional, estará sujeito às penalidades aplicáveis pelas autoridades judiciais, órgãos competentes ou polícia, conforme sua faixa etária e a complexidade do caso.

**§ 2º** O Termo de Compromisso de que trata o inciso III do § 1º deste artigo será assinado:

I - pela família e/ou representante legal do estudante, caso o aluno tenha até 17 (dezessete) anos de idade; ou

II - pelo próprio estudante, quando esse tiver 18 (dezoito) anos de idade completos ou mais.

**§ 3º** O estudante que estiver fora da faixa etária obrigatória de estudos prevista em lei, após assinatura do Termo de Compromisso e comprovada reincidência infracional, perderá qualquer possibilidade de um novo retorno à mesma unidade escolar pública estadual, independentemente de sua necessidade ou interesse.

**§ 4º** Em se tratando de estudante público da educação especial, na ocorrência de episódios que importem risco à integridade do estudante ou de terceiros, a unidade escolar deverá obrigatoriamente:

I - lavrar registro formal da ocorrência, por meio de documento próprio, contendo narrativa objetiva e precisa dos fatos observados;

II - instaurar procedimento de análise técnica do episódio, com a participação dos seguintes profissionais e responsáveis:

a) equipe pedagógica;

- b) equipe gestora;
- c) profissional de apoio escolar, quando designado;
- d) responsável legal pelo estudante;
- e) equipe especializada que acompanha o estudante, quando houver necessidade e disponibilidade.

**§5º** A análise técnico-pedagógica realizada pela escola deverá subsidiar a adoção de providências pedagógicas e administrativas, podendo resultar, entre outros procedimentos:

- I - na emissão de orientações formais à equipe escolar e à família;
- II - na revisão ou adequação das estratégias de atendimento individualizado e das práticas pedagógicas;
- III - no encaminhamento do estudante aos serviços das redes de saúde, assistência social ou correlatas, quando pertinente;
- IV - no estabelecimento de acompanhamento sistemático do estudante, visando à promoção de seu bem-estar e à preservação da segurança no ambiente escolar.

## CAPÍTULO VI DO FLUXO DE COMBATE A AMEAÇAS DE ATENTADO

**Art. 289.** O fluxo de combate a ameaças de atentado, elaborado pela SEDU, trata da revalidação do protocolo de urgência/emergência, com procedimentos de orientação às SREs e aos Diretores das unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo, ou em razão delas.

**Parágrafo único.** Entende-se por ameaça de atentado qualquer comunicação verbal, escrita, digital ou por outros meios, que manifeste a intenção de causar danos físicos graves ou morte a um grupo indeterminado de pessoas que integrem a comunidade escolar, gerando temor ou pânico no ambiente escolar ou em razão dele.

**Art. 290.** Em consonância com a orientação interna da SEDU, o fluxo de combate a ameaças de atentado nas unidades escolares públicas estaduais compreende a corresponsabilidade:

- I - do Diretor Escolar;
- II - da SRE; e
- III - da SEDU Central.

### Seção I Das Responsabilidades do Diretor Escolar

**Art. 291.** As responsabilidades do Diretor Escolar estão organizadas em hipóteses, conforme descrito a seguir:

**I - na hipótese de nenhum autor ser identificado:**

- a) telefonar para a Companhia Independente de Polícia Escolar - CIPE, bem como enviar e-mail para [patrulhaescolar@sedu.es.gov.br](mailto:patrulhaescolar@sedu.es.gov.br), com cópia para a SRE à qual a unidade escolar estiver jurisdicionada, relatando todas as informações detalhadas sobre o fato;
- b) telefonar para o Superintendente, Assessor Pedagógico ou Assessor Administrativo da SRE, ratificando as informações enviadas por e-mail, incluindo as ações realizadas pela unidade escolar;
- c) acolher as orientações da CIPE para aplicação de medidas que visem à identificação do(s) autor(es) e à proteção da comunidade escolar;
- d) registrar, em livro próprio, o fato ocorrido, incluindo as demais providências realizadas na e pela unidade escolar até o momento do registro;
- e) realizar, em casos de ameaças escritas, o devido registro por meio de imagens e/ou vídeos;
- f) assegurar a remoção dos escritos que caracterizem a ameaça, a fim de evitar desespero coletivo na unidade escolar;
- g) fazer o registro no Disque Denúncia, pelo telefone 181 ou pelo endereço eletrônico <https://disquedenuncia181.es.gov.br/>, anotando o número do protocolo recebido durante atendimento; e
- h) dialogar com toda a comunidade escolar, evitando a disseminação de boatos e informações falsas sobre o ocorrido, desde que orientado pela CIPE.

**II - na hipótese de algum estudante ser identificado posteriormente (sem flagrante):**

- a) contactar a CIPE e a Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar APOIE-SRE, comunicando o fato, seguindo as orientações e agendando reunião com o estudante e sua família e/ou representante legal para tratamento do caso, acolhendo as sugestões da CIPE;
- b) telefonar para o Superintendente, Assessor Pedagógico ou Assessor Administrativo da SRE, ratificando as informações enviadas por e-mail, incluindo as ações realizadas pela unidade escolar;
- c) acionar a família e/ou representante legal do estudante para comparecimento à unidade escolar, conforme agenda previamente estabelecida;
- d) acolher a família e/ou representante legal do estudante, independentemente da presença da CIPE e da APOIE-SRE;
- e) monitorar, em se tratando de estudante com 18 (dezoito) anos de idade completos ou mais, zelando por sua integridade e privacidade nas dependências da unidade escolar até a realização da reunião para esclarecimento do fato;

- f) analisar o histórico escolar do estudante, com vistas à verificação de outros registros disciplinares relacionados, para instrumentalização de ações futuras;
- g) escutar toda a comunidade escolar;
- h) registrar Boletim de Ocorrência Policial on-line, por meio do endereço <https://delegaciaonline.sesp.es.gov.br/>, no menu “REGISTRE SUA OCORRÊNCIA”, para início de investigação sobre o fato pela Polícia Civil, independentemente da realização da reunião agendada;
- i) registrar, em livro próprio, o fato ocorrido, incluindo as demais providências realizadas na e pela unidade escolar pública estadual até o momento do registro;
- j) realizar, em casos de ameaças escritas, o devido registro por meio de imagens e/ou vídeos;
- k) assegurar a remoção dos escritos que caracterizem a ameaça, a fim de evitar desespero coletivo da unidade escolar pública estadual;
- l) reunir-se com o estudante, sua família e/ou representante legal, com a CIPE (ou, quando se tratar de unidade escolar não contemplada pela CIPE/SEDU, a Polícia Militar), com a equipe técnico-pedagógica e com a APOIE-SRE, para:
  - 1. dialogar sobre o fato;
  - 2. propor intervenções; e
  - 3. realizar o devido registro em livro próprio;
- m) reunir-se, por se tratar de um ato infracional, com o Conselho de Escola, a fim de avaliar as medidas disciplinares educativas previstas no Regimento Escolar, aplicáveis ao caso em questão; e
- n) dialogar com toda a comunidade escolar, evitando a disseminação de boatos e informações falsas sobre o ocorrido, desde que orientado pela CIPE.

### **III - na hipótese de algum autor ser identificado (em flagrante):**

- a) acionar a Polícia Militar pelo número 190, relatando a ocorrência e demais informações solicitadas;
- b) acomodar o estudante em uma sala reservada, sob supervisão de servidor da unidade escolar;
- c) acionar a família e/ou representante legal, em se tratando de estudante menor de 18 (dezoito) anos de idade, para comparecimento imediato à unidade escolar;
- d) telefonar para CIPE (ou, quando se tratar de unidade escolar não contemplada pela CIPE/SEDU, a Polícia Militar), buscando garantir a presença dos agentes na unidade escolar e a condução adequada do caso;

- e) realizar, em casos de ameaças escritas, o devido registro por meio de imagens e/ou vídeos;
- f) assegurar a remoção dos escritos que caracterizem a ameaça, a fim de evitar desespero coletivo da unidade escolar pública estadual;
- g) analisar o histórico escolar do estudante, com vistas à verificação de outros registros disciplinares relacionados, para instrumentalização de ações futuras;
- h) escutar outros profissionais da unidade escolar pública estadual, a fim de levantar mais informações sobre o estudante identificado no caso;
- i) registrar, em livro próprio, o fato ocorrido, incluindo as demais providências realizadas na e pela unidade escolar pública estadual até o momento do registro;
- j) telefonar para o Superintendente, Assessor Pedagógico ou Assessor Administrativo da SRE, ratificando as informações passadas por e-mail, incluindo as ações realizadas pela unidade escolar, e, se possível, anexar o Boletim de Ocorrência Policial lavrado pela guarnição que conduziu a ocorrência;
- k) reunir-se com a família e/ou representante legal do estudante, realizando o devido registro em livro próprio, com o objetivo de explicitar a situação vivenciada, as atitudes tomadas em prol da integridade de todos, a gravidade da situação e as possíveis sanções que o estudante poderá sofrer, conforme o Regimento Escolar e após deliberação do Conselho de Escola da unidade escolar pública estadual; e
- l) dialogar com toda a comunidade escolar, evitando a disseminação de boatos e informações falsas sobre o ocorrido, desde que orientado pela CIPE.

**Art. 292.** Quando se tratar de casos de violência contra profissionais da educação, a Direção Escolar deverá cumprir, especificamente, os procedimentos e as medidas protetivas estabelecidas na Lei Estadual nº 12.520/2025 e suas alterações ou a que vier a substituí-la, com as seguintes providências:

- I** - acionamento imediato da CIPE, comunicando o fato ocorrido, com o devido registro por meio de Boletim de Ocorrência;
- II** - encaminhamento do profissional da educação agredido ao hospital ou posto de saúde, bem como ao Instituto Médico-Legal, para atendimento e medidas cabíveis;
- III** - acompanhamento, se necessário, do profissional da educação agredido, para assegurar a retirada de seus pertences da unidade escolar ou do local da ocorrência;
- IV** - comunicação do fato ocorrido à família e/ou representantes legais do agressor, no caso de aluno, e, se esse for menor de 18 (dezoito) anos de idade, acionamento do Conselho Tutelar, com repasse da informação ao Ministério Público;
- V** - comunicação oficial, por escrito, à SRE sobre a agressão ou a ameaça ocorrida;

**VI** - informação ao profissional da educação sobre os direitos que lhes são conferidos pela referida lei;

**VII** - registro em Ata, contendo obrigatoriamente o relato do profissional da educação agredido;

**VIII** - ciência à equipe multidisciplinar da SRE, nos casos de agressão a profissionais da rede pública estadual de ensino, para que seja promovido o acompanhamento da vítima no ambiente escolar;

**IX** - afastamento imediato do agressor do convívio da vítima no ambiente escolar;

**X** - encaminhamento da proposta aos órgãos jurisdicionais competentes, para que o agressor e, se necessário, seus pais ou responsáveis legais sejam incluídos em programa oficial ou comunitário de assistência e orientação, conforme previsto nos incisos II e IV do art. 101 da Lei Federal nº 8.069/1990;

**XI** - adoção, em situações de iminente risco de violência, das medidas necessárias para garantir a integridade física do profissional da educação, incluindo, entre outras providências, o acionamento imediato da Polícia Militar.

**§ 1º** De acordo com a lei citada no *caput* deste artigo, entende-se por profissionais da educação os docentes, coordenadores, secretários e demais trabalhadores, incluindo aqueles que atuam nas atividades de apoio pedagógico e administrativo da unidade escolar, desde que mantenham contato direto com os estudantes.

**§ 2º** Na perspectiva da Lei Estadual nº 12.520/2025, entende-se por violência contra os profissionais da educação qualquer ato resultante do exercício de sua atividade que, de forma direta, lhes cause morte, lesão corporal ou prejuízo patrimonial.

**§ 3º** De igual modo, entende-se por violência a esses profissionais a ameaça à integridade física ou ao patrimônio.

**Art. 293.** Em caso de omissão diante da constatação de violência contra profissionais da educação, o Diretor Escolar da unidade escolar da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo responderá administrativamente nos termos da Lei Federal nº 8.429/1992, suas alterações ou a que vier a substituí-la.

## Seção II Das Responsabilidades da SRE

**Art. 294.** As responsabilidades da SRE são:

**I** - acionar, por telefone, a Subsecretaria de Estado de Articulação Educacional - SEAE, imediatamente após o contato do Diretor Escolar, explicitando os fatos e, posteriormente, registrando-os por meio do sistema E-Docs.

**II** - realizar, em caso de obtenção de informações antes da unidade escolar pública estadual, o devido encaminhamento ao Diretor Escolar, para que esse possa verificar a situação e decidir por qual hipótese e procedimentos seguir na tentativa de resolução do problema.



### Seção III

#### Das Responsabilidades da SEDU Central

**Art. 295.** A SEAE, após o contato telefônico e o registro da demanda no E-Docs pela SRE, repassará as informações obtidas para a Subsecretaria de Estado de Suporte à Educação - SESE, bem como às respectivas assessorias estratégicas, criando uma rede de comunicação e colaboração central.

**Parágrafo único.** A SEDU, por intermédio de todas as equipes de gestão (Unidade Central, SREs e unidades escolares públicas estaduais), tem como responsabilidade principal a ampla divulgação dos canais de denúncia e dos instrumentos de efetiva execução do protocolo voltado ao combate de ameaças de atentado, que são:

I - Disque Denúncia: 181 ou <https://disquedenuncia181.es.gov.br/>; e

II - Emergência Policial: 190.

### CAPÍTULO VII

#### DOS DIREITOS E DEVERES DA FAMÍLIA E/OU REPRESENTANTE LEGAL DO ESTUDANTE

**Art. 296.** A participação efetiva da família e/ou representante legal do estudante na escola é de grande importância, pois contribui para a construção de um ambiente de aprendizagem mais rico e significativo.

**Parágrafo único.** A parceria entre família e escola é essencial para assegurar que crianças, adolescentes e jovens tenham o apoio necessário para alcançar os resultados esperados em seu processo de ensino e aprendizagem.

### Seção I

#### Dos Direitos da Família e/ou Representante Legal do Estudante

**Art. 297.** A família e/ou representante legal do estudante possui os seguintes direitos:

- I - ter acesso à Chamada Escolar da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo;
- II - realizara matrícula de seu filho em qualquer unidade escolar pública estadual, com a finalidade de assegurar a educação integral, por meio do acesso, da permanência e da aprendizagem com sucesso escolar e inclusão;
- III - ser tratado com respeito e cortesia por toda a equipe técnico-pedagógica e demais funcionários da unidade escolar pública estadual;
- IV - integrar o Conselho de Escola da unidade escolar pública estadual;
- V - participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar pública estadual;
- VI - ter assegurados os direitos e a acessibilidade de seu filho com necessidades educacionais especiais na unidade escolar pública estadual;



- VII** - participar de reuniões, eventos e demais atividades pedagógicas promovidas pela e na unidade escolar pública estadual, que contribuam para o desenvolvimento integral de seu filho;
- VIII** - ser atendido, quando necessário, fora dos horários estipulados para reuniões de pais e/ou representantes legais, dentro das possibilidades organizacionais da unidade escolar pública estadual;
- IX** - receber informações relacionadas à frequência e ao comportamento de seu filho na unidade escolar pública estadual;
- X** - obter informações sobre o desempenho escolar de seu filho e ter garantido um ambiente escolar seguro e saudável para ele e os demais membros da comunidade escolar;
- XI** - ser informado sobre questões indisciplinares relacionadas a seu filho na unidade escolar pública estadual;
- XII** - recorrer às autoridades competentes quando julgar que os direitos e interesses do seu filho foram prejudicados;
- XIII** - ter os dados pessoais do estudante sob sua responsabilidade, bem como seus próprios dados, tratados em conformidade com a legislação vigente, em especial a Lei Geral de Proteção de Dados e a Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade;
- XIV** - receber, de forma proativa ou sempre que solicitado, informações claras e acessíveis sobre as finalidades do tratamento de seus dados pessoais e dos dados do estudante sob sua responsabilidade, no âmbito da unidade escolar pública estadual, da SRE e da SEDU, bem como sobre o eventual compartilhamento dessas informações com terceiros, sejam pessoas físicas ou pessoas jurídicas, de direito público ou privado;
- XV** - fornecer ou negar, de forma livre, informada e esclarecida, o consentimento para o tratamento de seus dados pessoais e dos dados do estudante sob sua responsabilidade, sempre que a atividade pretendida pela unidade escolar ultrapassar suas funções públicas essenciais, nos termos do parágrafo único do art. 6º da Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade;
- XVI** - solicitar, a qualquer momento e mediante requerimento formal, o cancelamento do consentimento anteriormente concedido para o tratamento de dados pessoais, em conformidade com a legislação vigente e aplicável;
- XVII** - solicitar, a qualquer momento e mediante requerimento formal, o acesso às informações sobre o tratamento dos seus dados pessoais e dos dados do estudante sob sua responsabilidade, no âmbito da unidade escolar, da SRE e da SEDU, conforme previsto nos incisos I, II, VII e VIII, do art. 18 da LGPD; e
- XVIII** - solicitar, a qualquer momento e mediante requerimento formal, providências relacionadas ao tratamento dos seus dados e dos dados do estudante sob sua responsabilidade, no âmbito da unidade escolar, da SRE e da SEDU, conforme previsto nos incisos III, IV, V, VI e IX do art. 18 e no art. 20 da LGPD.

**§ 1º** O exercício dos direitos da família e/ou representante legal, enquanto titulares de dados pessoais ou representantes de estudante que sejam titulares de dados, será atendido nos limites técnicos e administrativos, bem como das obrigações legais e regulatórias da administração pública, observando-se as competências de outros órgãos e entidades, quando aplicável.

**§ 2º** Os requerimentos relacionados ao exercício desses direitos deverão ser realizados por meio dos canais apropriados, disponibilizados no site institucional da SEDU.

**§ 3º** Ao receber o requerimento, o Encarregado Interno pelo Tratamento de Dados Pessoais da SEDU coordenará a comunicação com os setores e órgãos competentes para o tratamento da demanda, observada a legislação vigente e aplicável.

**§ 4º** As informações sobre o tratamento de dados pessoais deverão ser fornecidas, de maneira simples, clara e acessível, considerando as características físico-motoras, perceptivas, sensoriais, intelectuais e mentais do usuário, com uso de recursos audiovisuais quando adequado, de forma a proporcionar a informação necessária aos pais e/ou responsáveis legais e adequada ao entendimento de crianças e adolescentes.

## Seção II

### Dos Deveres da Família e/ou Representante Legal do Estudante

**Art. 298.** A família e/ou representante legal do estudante possui os seguintes deveres:

**I** - criar, cuidar e educar seus filhos;

**II** - zelar para que o cartão de vacinação da criança ou adolescente esteja em dia;

**III** - zelar pela matrícula de seu filho, bem como apresentar toda a documentação obrigatória dentro dos prazos estipulados SEDU, priorizando a unidade escolar pública estadual próxima à residência do estudante;

**IV** - tratar com respeito e cortesia toda a equipe técnico-pedagógica e demais funcionários da unidade escolar pública estadual;

**V** - zelar pelo bom nome da unidade escolar pública estadual;

**VI** - cuidar para que seu filho esteja devidamente uniformizado na unidade escolar pública estadual;

**VII** - exigir que seu filho frequente, de modo assíduo, todas as aulas, acompanhando-o sempre que possível, para evitar prejuízos no processo de ensino-aprendizagem;

**VIII** - exigir que seu filho cumpra as tarefas escolares diárias;

- IX** - organizar um ambiente propício para o estudo em casa, apoiando-o nas tarefas e incentivando o interesse pela leitura, pesquisa e cultura;
- X** - orientar seu filho quanto à correta utilização e conservação do material didático (como chromebook, livro didático, entre outros) que lhe for confiado;
- XI** - acompanhar o desempenho escolar de seu filho na e pela unidade escolar pública estadual;
- XII** - participar das reuniões para as quais for convocado e/ou convidado;
- XIII** - conduzir seu filho, quando necessário, a serviços especializados, como psicólogo, fonoaudiólogo, assistente social ou outros, com a colaboração do Diretor da unidade escolar pública estadual e do Conselho Tutelar, para que haja o acionamento da rede pública de saúde e de assistência social;
- XIV** - levar seu filho ao médico para tratamento de saúde, quando necessário;
- XV** - solicitar ao médico, caso haja necessidade de o estudante faltar às aulas por período determinado para repouso, o Atestado Médico, sendo esse o único documento amparado por lei para justificar a ausência do estudante à escola pública estadual;
- XVI** - apresentar o Atestado Médico ao Coordenador Escolar, CASF ou Agente de Suporte Educacional, preferencialmente durante o período de tratamento de saúde de seu filho, evitando entregá-lo apenas no final do ano ou semestre letivo, quando sua validade já estiver prescrita pelo tempo;
- XVII** - orientar seu filho quanto à conservação dos bens patrimoniais da unidade escolar pública estadual;
- XVIII** - comparecer à unidade escolar pública estadual, quando convocado, em casos de desrespeito, indisciplina, violência, danos ao patrimônio público, porte de objetos e substâncias não permitidas no ambiente escolar;
- XIX** - zelar pela confidencialidade de suas credenciais de acesso aos sistemas e plataformas digitais disponibilizados pela unidade escolar, pela SRE ou pela SEDU, responsabilizando-se por não os compartilhar com terceiros;
- XX** - zelar pela proteção dos dados pessoais e da privacidade dos demais membros da comunidade escolar, abstendo-se de divulgar ou compartilhar suas informações (como imagens, voz, nome completo, dados de contato ou informações pessoais) sem fundamento legal ou consentimento válido;
- XXI** - comunicar à equipe gestora ou técnico-pedagógica da unidade escolar qualquer situação que envolva incidente de segurança da informação de que tenha conhecimento, como o mau uso ou a divulgação indevida de dados pessoais de qualquer pessoa da comunidade escolar; e

**XXII** - manter seus dados cadastrais e de contato, bem como os do estudante sob sua responsabilidade, sempre atualizados junto à secretaria da unidade escolar, a fim de garantir a comunicação eficaz e o cumprimento das obrigações da escola.

### Seção III

#### Das Proibições da Família e/ou Representante Legal do Estudante

**Art. 299.** À família e/ou representante legal do estudante é proibido:

**I** - comparecer à unidade escolar pública estadual trajando roupas inadequadas (minissaia, miniblusa, sem camisa, trajes de banho, shorts e similares) incompatíveis com o ambiente educacional e profissional da escola em que seu filho está regularmente matriculado;

**II** - comparecer alcoolizado ou sob efeito de drogas ilícitas nas dependências da unidade escolar pública estadual;

**III** - solicitar a presença do professor durante o horário de aula;

**IV** - interferir no trabalho dos professores, adentrando a sala de aula sem o consentimento da equipe gestora (Diretor Escolar, Coordenador Pedagógico e CASF) presente na unidade escolar pública estadual;

**V** - promover ou realizar, em nome da unidade escolar pública estadual, sorteios, coletas, subscrições, excursões, jogos, lista de pedidos, vendas ou campanhas de qualquer natureza;

**VI** - tomar decisões individuais que prejudiquem o desenvolvimento das atividades educacionais de seu filho nas dependências da unidade escolar pública estadual;

**VII** - desrespeitar qualquer membro da comunidade escolar, inclusive seu próprio filho, por meio de discriminação, violência simbólica, agressão física, verbal e/ou digital, nas dependências da unidade escolar pública estadual ou por meio de redes sociais e aplicativos;

**VIII** - retirar ou utilizar, sem a devida autorização do Diretor Escolar, qualquer documento ou material pertencente à unidade escolar pública estadual;

**IX** - ter acesso aos dados pessoais e às informações relacionadas à vida privada de estudantes que não estejam sob sua responsabilidade, bem como de quaisquer outros membros da comunidade escolar;

**X** - acessar, compartilhar ou disseminar, em qualquer meio, imagens, áudios, vídeos ou dados pessoais de qualquer membro da comunidade escolar, sem autorização, fundamento legal ou consentimento válido da pessoa envolvida; e

**XI** - divulgar publicamente, em redes sociais abertas, aplicativos de mensagens ou qualquer outro meio de amplo alcance, dados pessoais ou dados pessoais sensíveis de qualquer membro da comunidade escolar, causando-lhe exposição indevida que possa resultar em constrangimento, dano moral ou violação de direitos.

#### Seção IV

#### Da Responsabilização da Família e/ou Representante Legal do Estudante

**Art. 300.** Em casos de violência contra profissionais da educação, a família e/ou representante legal do estudante, quando esse for menor de 18 (dezoito) anos de idade, será responsabilizada nos termos da Lei Estadual nº 12.520/2025.

**Parágrafo único.** Assim como ocorre com a família e/ou representante legal do estudante menor de idade, o estudante com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos de idade, comprovadamente autor de violência contra profissionais da educação, será responsabilizado conforme as disposições do Decreto-Lei nº 2.848/1940 - Código Penal, na perspectiva da Lei Estadual nº 12.520/2025.

### TÍTULO IV

### DA ORGANIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR

#### CAPÍTULO I

#### DO REGIME DE FUNCIONAMENTO DA UNIDADE ESCOLAR

**Art. 301.** O regime de funcionamento de toda unidade escolar da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo fundamenta-se nas legislações, normativas educacionais e congêneres vigentes, bem como nas orientações técnicas, de natureza pedagógica e administrativa, emanadas da SEDU.

**§ 1º** Para o bom funcionamento das unidades escolares públicas estaduais, há o empreendimento de esforços intersetoriais, estratégicos, pedagógicos e administrativos, envolvendo:

**I** - o Secretário de Estado da Educação;

**II** - o Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo - CEE/ES;

**III** - as Subsecretarias de Estado:

a) Subsecretaria de Estado de Articulação Educacional - SEAE;

b) Subsecretaria de Estado da Educação Básica e Profissional - SEEB;

c) Subsecretaria de Estado de Planejamento e Avaliação - SEPLA;

d) Subsecretaria de Estado de Suporte à Educação - SESE;

e) Subsecretaria de Estado da Administração e Finanças - SEAF; e

**IV** - as Superintendências Regionais de Educação - SREs.

**§ 2º** O CEE/ES, órgão colegiado do sistema estadual de ensino, de natureza participativa e representativa, no âmbito de sua competência, exerce funções normativas, consultivas, deliberativas e de assessoramento ao Secretário de Estado da Educação.

**§ 3º** As Subsecretarias de Estado, na perspectiva global de suas respectivas competências, zela pela implementação e pelo monitoramento das políticas públicas educacionais implantadas pelo Governo do Estado do Espírito Santo.

**§ 4º** As SREs, no exercício de suas atribuições compartilhadas, atuam em parceria com as unidades escolares públicas estaduais para garantir a implementação e o monitoramento das políticas públicas educacionais definidas pela SEDU/ES, em consonância com as diretrizes do Governo do Espírito Santo.

**§ 5º** As orientações técnicas mencionadas no *caput* do art. 301 são repassadas, acompanhadas e monitoradas pelas 11 (onze) SREs que compõem a Rede Pública Estadual de Ensino.

**Art. 302.** Para além das legislações, normativas e orientações técnicas necessárias ao bom funcionamento da unidade escolar pública estadual e à busca dos melhores indicadores educacionais, é imprescindível que a Direção Escolar, com o apoio da SRE à qual a unidade escolar pública estadual estiver jurisdicionada e da SEDU Central, assegure e providencie:

**I** - infraestrutura física e tecnológica adequadas; e

**II** - acessibilidade universal.

**Art. 303.** A infraestrutura física e tecnológica compreende:

**I** - instalações gerais;

**II** - instalações pedagógico-administrativas;

**III** - salas de aulas;

**IV** - laboratórios;

**V** - recursos audiovisuais, multimídia, internet e intranet;

**VI** - aquisição, expansão, atualização e manutenção de equipamentos, softwares e recursos audiovisuais;

**VII** - biblioteca, incluindo estrutura física e tecnológica, funcionários, quantitativo de acervo físico e de acesso virtual, aquisição, expansão, atualização e manutenção do acervo; e

**VIII** - espaços de vivência que permitam a interação social dos estudantes.

**Art. 304.** A acessibilidade, na perspectiva de atender aos estudantes com deficiência ou com mobilidade reduzida, abrange:

I - adequação dos materiais didático-pedagógicos, mobiliário, equipamentos, sistemas de comunicação e informação;

II - tecnologias assistivas;

III - rampas de acesso ou plataformas de percurso vertical;

IV - banheiros com sanitários adaptados;

V - lavatórios adaptados; e

VI - outros recursos inclusivos que se fizerem necessários.

**Art. 305.** O bom funcionamento das unidades escolares públicas estaduais está, também, intrinsecamente vinculado ao perfil adequado de sua equipe técnico-pedagógica.

**Parágrafo único.** A SEDU e as SREs são corresponsáveis por assegurar o perfil mencionado no *caput* deste artigo, por meio da análise, verificação e validação de documentos relacionados à formação e experiência profissional apresentadas na época de concurso público e contratação temporária dos servidores da unidade escolar pública estadual.

## CAPÍTULO II DA CHAMADA ESCOLAR ANUAL

**Art. 306.** Todas as orientações sobre a Chamada Escolar da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo estão contidas no Manual de Chamada Escolar, instituído pela Portaria SEDU nº 275-R/2024, é disponibilizado no endereço eletrônico da SEDU - <https://sedu.es.gov.br/chamadaescolar>.

**Art. 307.** O *Manual de Chamada Escolar* é revisado anualmente.

**Art. 308.** O processo de Chamada Escolar tem o objetivo de assegurar o direito ao acesso e à permanência no processo de escolarização aos estudantes das unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo.

**Art. 309.** Em se tratando de falta de documentação, o estudante ou a família e/ou representante legal, quando for criança ou adolescente de até 17 (dezessete) anos de idade completos, que não entregar toda a documentação pessoal ou a de escolaridade exigida para a efetivação da matrícula, a unidade escolar pública estadual deverá adotar os seguintes procedimentos:

I - quando nenhum documento pessoal exigido para a matrícula for entregue, orientar o preenchimento do *Termo de Compromisso* (falta de documentação pessoal ou de escolaridade) e dar um prazo de 30 (trinta) dias para a regularização dessa situação;



II - quando nenhum documento escolar for entregue, impedindo, assim, o posicionamento do estudante no ano/série adequado, realizar o processo avaliativo de Classificação do estudante, conforme prevê a Portaria SEDU nº 168-R/2020;

III - quando for entregue apenas a Declaração de Escolaridade, orientar o preenchimento do *Termo de Compromisso*, instituído entre a unidade escolar pública estadual e o responsável pela matrícula, e conceder prazo de 30 (trinta) dias para a entrega do Histórico Escolar.

**Art. 310.** Os profissionais da secretaria escolar, o CASF, o Agente de Suporte Educacional, supervisionados pela Direção Escolar, serão também responsáveis por cobrar da família e/ou representante legal a entrega do Histórico Escolar ou da documentação pessoal faltante, verificando se há ou não a necessidade de extensão do prazo concedido pela unidade escolar pública estadual.

### CAPÍTULO III DO ANO LETIVO

**Art. 311.** O ano letivo deve ser organizado com carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas para o ensino fundamental e de 1.000 (mil) horas para o ensino médio, distribuídas por um período mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, de acordo com o Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar pública estadual.

#### Seção I Do Calendário Escolar Anual

**Art. 312.** A SEDU, anualmente, por meio de Portaria, publica no Diário Oficial do Espírito Santo os procedimentos para elaboração, aprovação e alteração do Calendário Escolar, no âmbito da educação básica, nas unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo.

**Parágrafo único.** Para contemplar cursos, etapas e/ou modalidade de ensino, a SEDU publica 02 (duas) Portarias coletivas, a saber:

I - Calendário Escolar Anual do ensino regular, abrangendo:

- a) as etapas do ensino fundamental e do ensino médio;
- b) a modalidade da educação de jovens e adultos, bem como a educação profissional.

II - Calendário Escolar Anual das turmas localizadas em ambientes da socioeducação e do sistema prisional, abrangendo:

- a) as etapas do ensino fundamental e do ensino médio na socioeducação;



b) a modalidade da educação de jovens e adultos na socioeducação e no sistema prisional.

**Art. 313.** Em ambas as Portarias de Calendário Escolar Anual de que trata o parágrafo único do art. 312 desta Diretriz Regimental Comum, são descritos os períodos para a realização das atividades pedagógicas do ano/semestre letivo vigente.

## Seção II Da Frequência

**Art. 314.** De modo geral, as legislações e normativas educacionais vigentes definem a frequência escolar como a presença regular e efetiva do estudante nas atividades desenvolvidas em sala de aula ou em outros espaços pedagógicos, com a mediação do professor regente de classe.

**Parágrafo único.** O Regimento Específico de cada unidade escolar, por meio de seus dispositivos, bem como à luz desta Diretriz Regimental Comum, no sentido de não infringir as normativas mencionadas no caput deste artigo, deverá assegurar o cumprimento efetivo da frequência escolar do estudante.

**Art. 315.** De acordo com a Lei Federal nº 9.394/96, a organização da educação básica incluirá, como uma de suas regras comuns, o controle de frequência do estudante, que ficará a cargo de cada unidade escolar pública estadual, com exigência de frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas para promoção e/ou aprovação.

**§ 1º** Em conformidade com o *caput* deste artigo, é obrigatória a exigência de frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas para promoção e/ou aprovação de todo estudante da unidade escolar pública estadual.

**§ 2º** O estudante impedido de frequentar as aulas por motivo de tratamento de saúde, independentemente do quantitativo de dias destinados ao afastamento para repouso, deverá apresentar o Atestado Médico ao Coordenador Escolar e/ou CASF ou Agente de Suporte Educacional, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a partir da data de emissão do referido documento pelo médico, para justificar suas ausências à unidade escolar pública estadual.

**§ 3º** O Atestado Médico é o único documento amparado por lei para justificar a ausência do estudante à unidade escolar pública estadual.

**§ 4º** Conforme o Conselho Federal de Medicina, considerando a Resolução CFM nº 2.381/2024, entende-se por Atestado Médico o documento simplificado emitido por médico, no qual deve constar, além de outras informações, a quantidade de dias concedidos de afastamento necessários para a recuperação do paciente.

**§ 5º** Ainda, conforme o referido Conselho, entende-se por *Laudo Médico* a descrição e conclusão do médico sobre exame complementar realizado em um paciente, incluindo, entre outras informações, a data da realização do exame e da emissão do laudo.

**§ 6º** Em decorrência da diferenciação entre os documentos mencionados nos §§ 4º e 5º deste artigo, vale destacar que o Laudo Médico não é válido como substituto do Atestado Médico.

**§ 7º** Entende-se por *justificar falta* o ato de registrar, por escrito, o motivo da ausência às aulas, anexando o documento comprobatório (Atestado Médico), para que haja a devida sinalização (F) das faltas no Diário de Classe Digital, sem, contudo, computá-las e/ou contabilizá-las para efeito de promoção ou retenção do estudante ao final do ano/semestre letivo.

**§ 8º** O Diretor Escolar ou o Coordenador Pedagógico da unidade escolar pública estadual, quando evidenciada a ultrapassagem do limite de faltas 25% (vinte e cinco por cento) do total das horas letivas previsto por lei, deve comunicar a infrequência do estudante à família e/ou representante legal, ou ao próprio estudante, quando esse tiver idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos.

**§ 9º** O Diretor Escolar ou o Coordenador Pedagógico da unidade escolar pública estadual, quando evidenciado o quantitativo de 30% (trinta por cento) sobre o limite de faltas de 25% (vinte e cinco por cento) do total das horas letivas previsto por lei, após esgotados todos os recursos junto à família e/ou representante legal, ou ao próprio estudante, quando esse tiver idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos, deverá notificar o Conselho Tutelar do município, o Juiz competente da Comarca ou o representante do Ministério Público Estadual sobre a infrequência do estudante.

**§ 10.** A frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), para efeito de promoção nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, é apurada por cada componente curricular.

**§ 11.** Conforme a Resolução CEE-ES nº 8.938/2025, suas alterações ou a que vier a substituí-la, no caso específico dos estudantes identificados e vinculados como público-alvo da Busca Ativa Escolar, autoriza-se, em caráter excepcional, o uso de atividades compensatórias de faltas para os que ultrapassarem o limite de 25% até 35% de faltas, nos anos letivos de 2025 a 2028, nas unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo.

**§ 12.** A regulamentação e os procedimentos para a implementação do uso de atividades compensatórias de faltas e de recomposição de aprendizagens, exclusivamente o estudante da Busca Ativa Escolar, estão previstos na Portaria SEDU nº 254-R/2025, suas alterações ou a que vier a substituí-la.

**§ 13.** A frequência, de todo e qualquer estudante da educação básica não contemplado nos casos de infrequência amparados por lei e nas situações de ausência descritos respectivamente nos §§ 11 e 12 deste artigo e nos arts. 317, 322, 323, 324 e 326 desta Diretriz Regimental Comum, será analisada e computada na perspectiva do efetivo cumprimento mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) exigido por lei.

**§ 14.** O Sistema Estadual de Gestão Escolar - SEGES, na perspectiva de contribuir para o controle de frequência do estudante, deverá ser parametrizado em conformidade com a legislação educacional vigente.

### Subseção I

#### Dos Casos de Infrequência Amparados por Lei

**Art. 316.** Existem casos de infrequência que são amparados por legislações específicas, assegurando aos estudantes contemplados o direito a tratamento especial.

**Art. 317.** Os casos de infrequência amparados por legislação específica correspondem aos estudantes:

- I - militares, conforme o Decreto-Lei Federal nº 715/1969;
- II - portadores de afecções congênitas, conforme o Decreto-Lei Federal nº 1.044/1969;
- III - em estado de gestação, conforme a Lei Federal nº 6.202/1975;
- IV - mães lactantes, conforme a Lei Federal nº 14.952/2024.

**Parágrafo único.** Todos esses casos também serão amparados pelo art. 109 da Resolução CEE-ES nº 3.777/2014.

**Art. 318.** O SEGES, com o objetivo de dar sustentabilidade técnica à unidade escolar pública estadual quanto ao registro, rastreamento e monitoramento dos casos de infrequência amparados por legislação específica, deverá estar parametrizado para contemplar cada uma dessas legislações como justificativas.

### Subseção II

#### Do Tratamento Especial para os Casos de Infrequência Amparados por Lei

**Art. 319.** Em qualquer nível, curso, etapa e/ou modalidade de ensino, é assegurado ao estudante que apresentar impedimento de frequência, amparado por legislação específica, o direito a tratamento especial como alternativa para o cumprimento da carga horária e das avaliações, visando ao atendimento das exigências mínimas para promoção.

**Parágrafo único.** Parágrafo único. O tratamento especial de que trata o *caput* deste artigo poderá ser aplicado exclusivamente aos casos mencionados no art. 328 desta Diretriz Regimental Comum.

**Art. 320.** O tratamento especial mencionado no art. 330 refere-se à oferta de atividades e estudos para serem executados fora da unidade escolar durante o período em que a frequência às aulas estiver impossibilitada.

**Art. 321.** Durante o período de tratamento especial, as faltas às aulas serão justificadas por escrito, sinalizadas com (F) no Diário de Classe Digital, porém não serão computadas e/ou contabilizadas para efeito de promoção ou retenção do estudante ao final do ano/semestre letivo.

### Subseção III

#### Da Ausência do Estudante em Regime Hospitalar

**Art. 322.** Conforme § 3º do art. 141 desta Diretriz Regimental Comum, em se tratando de Atendimento Educacional em Regime Hospitalar, o estudante, até o 15º (décimo quinto) dia de sua internação hospitalar, estará amparado pelo art. 109 da Resolução CEE-ES nº 3.777/2014, sendo-lhe assegurados estudos e atividades para execução fora do ambiente escolar, bem como ausências justificadas, que não serão computadas e/ou contabilizadas para efeito de promoção ou retenção.

### Subseção IV

#### Da Ausência do Estudante em Regime Domiciliar

**Art. 323.** Conforme o art. 145 desta Diretriz Regimental Comum, em se tratando de Atendimento Educacional em Regime Domiciliar, o estudante que apresentar ausência comprovada inferior a 6 (seis) meses ininterruptos estará amparado pelo art. 109 da Resolução CEE-ES nº 3.777/2014, sendo-lhe proporcionados estudos e atividades educacionais para execução fora do ambiente escolar, bem como ausências justificadas, que não serão computadas e/ou contabilizadas para efeito de promoção ou retenção.

### Subseção V

#### Da Ausência do Estudante Trabalhador

**Art. 324.** Entende-se por *estudante trabalhador* o aluno com idade igual ou superior a 16 (dezesesseis) anos, ou com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos, que, no ato da matrícula, apresentar a Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ou Declaração de Trabalho (versão original em folha timbrada da empresa, com a assinatura do empregador), com carga horária comprovada igual ou superior a quatro horas diárias de trabalho.

**Parágrafo único.** A unidade escolar pública estadual deve comunicar à SRE, ao Conselho Tutelar ou à Delegacia Regional do Trabalho qualquer irregularidade na relação do emprego desse estudante.

**Art. 325.** Para o estudante trabalhador que necessitar ausentar-se por período determinado, em razão do trabalho, a unidade escolar pública estadual proporcionará estudos e atividades domiciliares, devendo ser avaliado após o retorno às aulas.

**Parágrafo único.** Para efeito do que trata o *caput* deste artigo, a ausência às aulas deve ser justificada e devidamente comprovada pelo estudante trabalhador, por meio de declaração de trabalho assinada pela chefia imediata constando o período da ausência.

### Subseção VI

#### Da Ausência do Estudante com Direito à Guarda Religiosa

**Art. 326.** Conforme o § 2º do art. 263 desta Diretriz Regimental Comum, o estudante que usufruir do direito à guarda religiosa deverá realizar prestação alternativa como forma de compensar sua ausência e as atividades não realizadas.

### CAPÍTULO IV

#### DA TRANSFERÊNCIA

**Art. 327.** Em conformidade com o art. 85 da Resolução CEE-ES nº 3.777/2014, a transferência é o ato de desvincular-se de uma unidade escolar e vincular-se a outra, para prosseguimento de estudos, podendo ocorrer em qualquer época do ano letivo vigente.

**§ 1º** A transferência pode ser solicitada pelo próprio estudante com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos, bem como pela família, pelo representante legal e/ou pelo Conselho Tutelar, quando se tratar de estudante menor de idade.

**§ 2º** A Declaração de Transferência deverá ser assinada pelo Diretor Escolar, pelo CASF e/ou pelo Agente de Suporte Educacional da unidade escolar de origem do estudante.

**§ 3º** O documento de que trata o § 2º deste artigo será emitido pelo CASF ou pelo Agente de Suporte Educacional da unidade escolar de origem do estudante.

**§ 4º** Todos os procedimentos relacionados à transferência estão, conforme a Portaria SEDU nº 020-R/2023, suas alterações ou a que vier a substituí-la, dispostos no Guia de Documentos Escolares, disponibilizado no endereço eletrônico da SEDU - <https://sedu.es.gov.br/guia-de-documentos-escolares>.

### CAPÍTULO V

#### DA CORREÇÃO DE FLUXO DA DISTRORÇÃO IDADE-ANO/SÉRIE

**Art. 328.** A correção de fluxo e/ou da distorção idade-ano/série refere-se a ações pedagógicas que visam regularizar a defasagem entre a idade e o ano/série escolar do estudante, no sentido de assegurar-lhe o direito à educação e à equidade de oportunidades no processo de ensino-aprendizagem, na idade recomendada por lei.

**Art. 329.** A distorção idade-ano/série, de modo geral, configura-se como resultado decorrente de:

- I - aprendizagens não consolidadas;
- II - reprovações constantes; e
- III - abandono ou evasão escolar.

**Art. 330.** O cálculo da distorção idade-ano/série é realizado a partir de dados coletados no Censo Escolar.

**Art. 331.** A correção de fluxo de que trata o art. 328 desta Diretriz Regimental Comum, como estratégia de intervenção pedagógica, inclui a possibilidade de desenvolvimento de programas específicos para estudante em situação de 02 (dois) ou mais anos de atraso escolar na relação entre sua idade cronológica e o ano/série escolar que deveria estar cursando na educação básica.

**Art. 332.** Todo e qualquer programa derivado de políticas públicas voltadas para a correção da distorção idade-ano/série, deve ter como objetivos principais a progressão da aprendizagem e a continuidade dos estudos com sucesso escolar do estudante contemplado por esse tipo de estratégia pedagógica.

**Parágrafo único.** O estudante em situação de distorção idade-ano/série, contemplado pelo programa de correção de fluxo, no decorrer do ano letivo vigente, deve participar do processo avaliativo de Reclassificação específico, na perspectiva de ter assegurados os objetivos descritos no *caput* deste artigo.

**Art. 333.** Além de estar alinhado aos fundamentos das diretrizes e bases da educação nacional, em conformidade com a Lei Estadual nº 10.382/2015, suas alterações ou a que vier a substituí-la, um programa de correção da distorção idade-ano/série para a Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo deve ter como metas:

I - a universalização do ensino fundamental de 9 (nove) anos, garantindo que, praticamente, todos os estudantes concluam essa etapa na idade recomendada pelas legislações educacionais vigentes; e

II - o fomento à qualidade da educação básica, em todas as etapas e/ou modalidades de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, considerando o Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

**Art. 334.** Para que a unidade escolar pública estadual possa usufruir de um programa de correção da distorção idade-ano/série, a SEDU e a SRE à qual a escola estiver jurisdicionada devem providenciar a estruturação de eixos pedagógicos e administrativos, tais como:

I - trabalho coletivo e intersetorial para a construção e realização do programa;

II - estabelecimento de um espaço, preferencialmente sala de aula, na unidade escolar pública estadual, para oferta do programa;

III - definição de tempo para planejamento, organização e execução do programa;

IV - elaboração de currículo específico para o programa;

V - produção e distribuição de material didático-pedagógico para estudantes e professores envolvidos no programa;

- VI - constituição da equipe pedagógica para o programa;
- VII - processo formativo da equipe pedagógica do programa;
- VIII - processo avaliativo para os estudantes do programa;
- IX - acompanhamento e monitoramento das ações específicas e dos resultados do programa;
- X - sustentação e ampliação estratégica do programa.

## CAPÍTULO VI DA EQUIVALÊNCIA E DA REVALIDAÇÃO DE ESTUDOS

**Art. 335.** Os estudos referentes à educação básica realizados por brasileiros no exterior podem ter sua equivalência reconhecida ou serem revalidados pela unidade escolar para fins de prosseguimento e/ou conclusão de curso.

**Art. 336.** Em conformidade com o art. 89 da Resolução CEE-ES 3.777/2014, a equivalência de estudos origina-se da comparação qualitativa entre componentes curriculares de cursos diferentes, visando estabelecer o nível de conhecimento desenvolvido em cada um deles.

**Parágrafo único.** Quando a correspondência é equivalente, mesmo que os nomes sejam diferentes para conteúdos idênticos ou muito semelhantes, os componentes curriculares são considerados equivalentes em termos de estudos.

**Art. 337.** Nos termos do art. 90 da Resolução CEE-ES 3.777/2014, a revalidação é um procedimento oficial que permite que certificados e diplomas emitidos no exterior e válidos naquele país sejam considerados equivalentes aos emitidos no Brasil, adquirindo o caráter legal necessário para a terminalidade e consequente validade nacional e respectivos efeitos.

**Art. 338.** Quando o estudante tiver cursado o ensino fundamental, total ou parcialmente, ou ainda, parte do ensino médio, em uma instituição de ensino estrangeira, a revalidação será realizada pela unidade escolar de ensino fundamental ou médio que o receber.

**Art. 339.** Para a revalidação de estudos realizados no exterior, o estudante deve apresentar à unidade escolar os seguintes documentos:

- I - histórico escolar relativo aos estudos anteriormente realizados no Brasil, quando houver; e
- II - histórico escolar original expedido por instituição de ensino estrangeira, contendo todos os dados referentes aos resultados dos estudos do estudante, acompanhado de uma cópia.



**Parágrafo único.** Após analisar, de forma detalhada, a documentação apresentada referente aos estudos concluídos no exterior, compete à unidade escolar reconhecer a equivalência dos históricos ou certificados expedidos pelas instituições de ensino estrangeiras.

**Art. 340.** Os procedimentos normativos relacionados à equivalência e revalidação de estudos concluídos no exterior estão descritos no art. 40 da Portaria SEDU nº 168-R/2020, bem como previstos no art. 89 ao art. 103 da Resolução CEE-ES 3.777/2014.

**Parágrafo único.** A Resolução CEE-ES nº 3.479/2013 e a Portaria SEDU nº 128-R/2013, suas respectivas alterações ou as que vierem a substituí-las, também, fundamentam a equivalência e revalidação de estudos.

**Art. 341.** Para o estudante que tenha concluído o ensino médio ou a educação profissional de nível médio em uma instituição de ensino estrangeira, a revalidação será providenciada pela SEDU, que poderá indicar uma instituição competente para realizá-la.

## CAPÍTULO VII DA REGULARIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR

**Art. 342.** Entende-se por *regularização da vida escolar* o procedimento por meio do qual podem ser identificadas irregularidades na trajetória escolar do estudante da educação básica da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo.

**Parágrafo único.** As irregularidades identificadas na trajetória escolar do estudante devem ser regularizadas o quanto antes, assegurando-lhe o direito à continuidade de seus estudos ou ao recebimento de seu documento escolar.

**Art. 343.** A regularização da vida escolar do estudante é de responsabilidade da unidade escolar pública estadual, sob orientação da SRE à qual a escola estiver jurisdicionada.

**§ 1º** O Diretor da unidade escolar pública estadual, ao constatar qualquer irregularidade, deve cientificar por escrito, via e-mail e/ou E-Docs, a SRE à qual a escola estiver jurisdicionada.

**§ 2º** A SRE deverá orientar por escrito, via e-mail e/ou E-Docs, o Diretor Escolar sobre o procedimento a ser realizado, a fim de evitar prejuízo ao estudante em caso de inobservância por parte de servidor público.

**§ 3º** A SRE acompanhará o processo pedagógico e administrativo, desde a comunicação do fato até a conclusão das providências tomadas para a resolução do problema.

**Art. 344.** A SRE, para dar suporte técnico à unidade escolar pública estadual solicitante, poderá realizar consulta à Gerência de Normas, Procedimentos e Regulação - GENPRO/SEDU, que se pronunciará por meio de “Manifestação GENPRO”.



**§ 1º** Para a consulta mencionada no *caput* deste artigo, a SRE deverá enviar um e-mail com a solicitação, os documentos anexos e a manifestação prévia do servidor na FGSE, contendo quaisquer outras informações consideradas relevantes e necessárias para a regularização da vida escolar do estudante.

**§ 2º** A “Manifestação GENPRO” é um documento oficial da Gerência de Normas, Procedimentos e Regulação, visando imprimir maior confiabilidade e seriedade aos processos de regularização da vida escolar, bem como aprimorar os registros realizados nos documentos escolares dos estudantes.

**§ 3º** A autenticidade e a rastreabilidade da referida Manifestação são garantidas por meio de sua numeração e dos registros no Histórico Escolar do estudante beneficiado com a regularização da sua vida escolar.

## CAPÍTULO VIII DA ESCRITURAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR

**Art. 345.** As orientações técnicas relacionadas à escrituração e à documentação escolar, que devem ser implementadas pelas unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo, estão contidas no *Guia de Documentos Escolares*, disponibilizado no endereço eletrônico da SEDU - <https://sedu.es.gov.br/guia-de-documentos-escolares>.

**§ 1º** O referido Guia tem como objetivo principal orientar o processo de escrituração, registro e expedição dos documentos escolares, alcançando um patamar de expedição e assinatura eletrônica dos documentos escolares por meio do Sistema de Gestão Arquivística de Documentos e Processos Administrativos do Estado do Espírito Santo - E-Docs.

**§ 2º** Esse sistema eletrônico torna o controle de autenticidade mais rigoroso e a tramitação da documentação escolar do estudante mais eficiente e simplificada.

**Art. 346.** Os documentos escolares contemplados no Guia mencionado no *caput* do art. 345 desta Diretriz Regimental Comum são:

- I - Declaração de Transferência;
- II - Declaração de Escolaridade;
- III - Declaração de Conclusão;
- IV - Histórico Escolar;
- V - Certificado de Conclusão de Ensino Médio; e
- VI - Diploma de Educação Profissional e Técnica de Nível Médio.

**Art. 347.** Compete ao Diretor Escolar, ao CASF ou ao Agente de Suporte Educacional da unidade escolar pública estadual a responsabilidade por toda a escrituração e expedição dos documentos escolares, com as especificações que assegurem a clareza, a regularidade e a autenticidade da vida escolar do estudante, em conformidade com a legislação vigente.

**Art. 348.** A unidade escolar pública estadual expede histórico escolar referente à conclusão de ano/série, etapas e/ou modalidades de ensino, bem como certificados e diplomas correspondentes aos cursos de nível médio, conforme a legislação vigente.

**Art. 349.** Toda a equipe da secretaria da unidade escolar é responsável pela guarda e inviolabilidade dos arquivos e dos documentos escolares.

**Art. 350.** Os documentos de registro escolar são:

- I - prontuário do estudante;
- II - ata de resultados finais; e
- III - diário de classe digital.

**Parágrafo único.** Esses documentos são orientados pela SEDU por meio de Portaria, Manual, Guia, dentre outros.

## TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

### CAPÍTULO I DAS VEDAÇÕES GERAIS DA UNIDADE ESCOLAR

**Art. 351.** De forma geral, é vedado às unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo:

- I - toda e qualquer manifestação discriminatória;
- II - a cobrança de qualquer taxa ou contribuição de estudante, independentemente do curso, etapa e/ou modalidade de ensino, sob qualquer título ou finalidade; e
- III - a utilização de qualquer bem patrimonial do Estado para uso particular.

### CAPÍTULO II DA CANTINA ESCOLAR

**Art. 352.** De acordo com a Portaria SEDU nº 178-R/2025, suas alterações ou a que vier a substituí-la, as unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo poderão instalar e manter, em suas dependências, por intermédio do Conselho de Escola, uma cantina escolar em funcionamento, a fim de atender exclusivamente à toda comunidade escolar.

**Parágrafo único.** O funcionamento da cantina, de que trata o *caput* deste artigo, não poderá, em hipótese alguma, interferir nos programas e projetos desenvolvidos na escola, principalmente o de Alimentação Escolar.

**Art. 353.** Às cantinas escolares é proibido comercializar:

**I** - balas, pirulitos e gomas de mascar, doces à base de goma, caramelos, doce de leite e similares;

**II** - chocolates, achocolatados, líquidos lácteos com aditivos ou adoçados;

**III** - refrigerantes, sucos artificiais, refrescos à base de pó industrializado, bebidas à base de xarope de açúcar/guaraná (exemplos: Guaravita e Guaraviton), groselha, chás prontos para consumo (exemplo: mate), bebidas isotônicas, bebidas à base de frutas com aditivos ou adoçadas e outras bebidas similares;

**IV** - cereais com aditivos ou adoçados (cereal matinal);

**V** - grãos salgados ou açucarados (amendoim doce e amendoim salgado);

**VI** - barras de cereais com aditivos ou adoçadas;

**VII** - gelados comestíveis (picolé, sorvete, chup-chup) ou gelatinas;

**VIII** - bolos com coberturas e recheios;

**IX** - confeitos, bombons, chocolate em barra ou granulados, biscoitos ou bolachas recheadas, biscoito “tipo casadinho”;

**X** - alimentos com gordura trans industrializada;

**XI** - alimentos em conserva;

**XII** - maionese e alimento em pó para reconstituição;

**XIII** - temperos com glutamato monossódico ou sais sódicos;

**XIV** - salgadinhos industrializados, salgados assados e fritos, e doces assados ou fritos;

**XV** - pipocas industrializadas;

**XVI** - molhos industrializados (exemplos: ketchup, maionese, mostarda, barbecue).

**XVII** - alimentos com mais de 3g (três gramas) de gordura em 100kcal (cem quilocalorias) do produto (exemplo: biscoito de polvilho);

**XVIII** - produtos cárneos (exemplos: almôndegas e hambúrgueres);

**XIX** - alimentos embutidos (presunto, mortadela, salame, linguiça, peito de peru, salsicha);

**XX** - alimentos com mais de 160mg (cento e sessenta miligramas) de sódio em 100 kcal (cem quilocalorias) do produto (exemplo: tempero pronto, macarrão instantâneo, lasanha pronta congelada);

**XXI** - alimentos que contenham corantes e antioxidantes artificiais;

**XXII** - alimentos sem indicação de origem, composição nutricional e prazo de validade.

**Art. 354.** A cantina escolar deve ter um responsável devidamente registrado em Ata de Reunião, que se responsabilize pelo cumprimento das normas estabelecidas na Portaria SEDU nº 178-R/2025.

**Art. 355.** Caberá ao responsável pela cantina escolar manter as condições higiênicas e sanitárias adequadas, em conformidade com as determinações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

**Art. 356.** Os recursos financeiros provenientes da exploração da cantina escolar poderão ser utilizados para quaisquer finalidades, desde que beneficiem coletivamente os estudantes.

**§ 1º** Os recursos de que trata o *caput* deste artigo são vedados para uso de benefício de servidor(es), bem como para fins pessoais.

**§ 2º** É proibida a utilização de tais recursos em reformas ou alterações estruturais da escola que sejam vedadas pela SEDU.

**§ 3º** Esses recursos integrarão a receita do Conselho de Escola e deverão ser depositados em conta corrente específica, aprovada pelo Conselho de Escola, sendo que sua execução e prestação de contas deverão ser fiscalizadas pelo Setor de Prestação de Contas da SRE à qual a escola estiver jurisdicionada.

### CAPÍTULO III DA CESSÃO E DO USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

**Art. 357.** Em conformidade com a Lei Estadual nº 7.687/2003, com o art. 49 do Decreto Regulamentar Estadual nº 3126-R/2012 e com a Portaria SEDU nº 072-R/2019, suas respectivas alterações ou as que vierem a substituí-las, a SEDU autoriza o uso de espaços de unidades escolares públicas estaduais, nos dias disponíveis, para a realização de eventos fechados ou abertos ao público em geral, com curta duração, que não atentem contra a ordem e os bons costumes.

**§ 1º** Os eventos de que trata o *caput* deste artigo são:

I - seminários;

II - congressos;

III - festivais de música, teatro ou coreografias;

IV - conclaves ou encontros;

V - convenções;

VI - outros que promovam a cultura, a educação e o lazer.

**§ 2º** A autorização de uso não poderá ocorrer quando a unidade escolar pública estadual estiver sendo utilizada para sua finalidade principal, que é o processo ensino-aprendizagem.

**§ 3º** Os critérios, procedimentos e responsabilidades relacionados à cessão da unidade escolar pública estadual, devendo ser atendidos rigorosamente, estão descritos na Portaria SEDU nº 072-R/2019.

**Art. 358.** A unidade escolar pública estadual, quanto às questões de uso de imagem, voz, videomonitoramento dentre outras, deve atender às disposições da Lei Federal nº 13.709/2018.

**Parágrafo único.** As dúvidas sobre a temática de que trata o *caput* deste artigo devem ser enviadas para o e-mail institucional: [encarregado.interno@sedu.es.gov.br](mailto:encarregado.interno@sedu.es.gov.br).

#### CAPÍTULO IV DA DOAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS

**Art. 359.** Em conformidade com a Portaria SEDU nº 035-R/2018, suas alterações ou a que vier a substituí-la, as unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo poderão doar e/ou descartar seus livros didáticos e outros materiais bibliográficos.

**Parágrafo único.** Na categoria de outros materiais bibliográficos estão inclusos:

I - dicionários;

II - revistas;

III - livros de literatura;

IV - obras complementares;

V - livros técnicos; e

VI - outros de apoio à prática educativa, para uso de estudantes e professores nas salas de aula e nas bibliotecas escolares.

**Art. 360.** Para documentar as doações de livros didáticos e outros materiais bibliográficos, devem ser adotados, minimamente, os seguintes procedimentos, quanto à doação:

**I** - à pessoa física ou jurídica sem fins lucrativos:

- a) marcar com o carimbo de DOAÇÃO todo material que apresentar o selo do FNDE/MEC na capa, sobreposto ao carimbo da escola, repetindo o procedimento na folha de rosto ou em outra parte do material; e
- b) registrar a doação, indicando, no mínimo, o título da obra, a quantidade doada e o recebedor.

**II** - a outras escolas, instituições e comunidades:

- a) realizar levantamento dos livros e materiais bibliográficos considerados ociosos; e
- b) preencher Termo de Doação em 03 (três) vias, destinando a 1ª à instituição doadora, a 2ª à instituição recebedora e a 3ª à coordenação dos Programas do Livro.

**Art. 361.** Em se tratando de descarte fragmentado, são necessários os seguintes procedimentos:

**I** - realizar o levantamento dos livros irre recuperáveis e não doados, relacionando os títulos e a quantidade que será descartada;

**II** - apresentar e registrar a listagem de descarte em reunião ordinária do Conselho de Escola, para dar ciência sobre o motivo do descarte; e

**III** - enviar à Coordenação do Livro Didático da SRE, à qual a unidade escolar pública estadual estiver jurisdicionada, a listagem dos livros, apresentando a justificativa do descarte fragmentado para verificação e conferência da legalidade.

## CAPÍTULO V DOS INSERVÍVEIS

**Art. 362.** Entende-se por *bem inservível* tudo aquilo e/ou algo que não tem mais utilidade para a repartição, órgão ou entidade que detém a sua posse.

**Parágrafo único.** O bem inservível pode ser classificado como:

**I** - ocioso, quando, apesar de estar em perfeitas condições de uso, não estiver sendo aproveitado;

**II** - obsoleto, quando se torna antiquado, caindo em desuso, e sua operação é considerada onerosa;

**III** - antieconômico, quando sua manutenção for onerosa ou seu rendimento for precário, em virtude do uso prolongado, desgaste prematuro, obsolescência ou inviabilidade econômica de sua recuperação; e

**IV** - irrecuperável, quando não puder ser utilizado para o fim a que se destina, devido à perda de suas características.

**Art. 363.** O Diretor Escolar deverá solicitar o recolhimento por meio do Relatório de Bens Móveis Inservíveis disponibilizado no sistema E-Docs.

**Parágrafo único.** No Relatório de que trata o *caput* deste artigo, devem ser preenchidas as seguintes informações:

**I** - descrição do item;

**II** - número de patrimônio;

**III** - nome da escola e da SRE; e

**IV** - município.

**Art. 364.** Toda questão voltada ao patrimônio público escolar deve ser tratada com a Subgerência de Almoxarifado pelo e-mail: [salmox@sedu.es.gov.br](mailto:salmox@sedu.es.gov.br).

## CAPÍTULO VI DO TRANSPORTE ESCOLAR

**Art. 365.** A Lei Estadual nº 9.999/2013, alterada pela Lei Estadual nº 11.336/2021, instituiu o Programa Estadual do Transporte Escolar no Estado do Espírito Santo - PETE/ES.

**§ 1º** Em conformidade com a legislação citada no *caput* deste artigo, o controle e a fiscalização da execução dos serviços, da aquisição de veículos e equipamentos, do repasse e da efetiva aplicação dos recursos do PETE/ES serão realizados pela SEDU e pelos seus demais órgãos de controle e fiscalização.

**§ 2º** A partir da prerrogativa do parágrafo anterior, cabe ao setor de transporte escolar da SEDU promover as atividades de supervisão direta e o cuidado com os veículos, garantido a segurança dos estudantes na ida e volta da unidade escolar pública estadual durante o ano/semestre letivo vigente.

**§ 3º** À SEDU, por meio do Contrato de Convênio de Serviço de Transporte Escolar, cabe, ainda, definir as responsabilidades do motorista e do monitor do transporte escolar no tocante às normas de segurança para com os estudantes durante todo o trajeto percorrido diariamente.

**Art. 366.** A unidade escolar da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo, contemplada pelo PETE/ES, tem o papel principal de colaborar com o referido Programa, no sentido de assegurar o seu funcionamento adequado, bem como o acesso do estudante ao transporte escolar.



**Art. 367.** De acordo com o Manual para a Gestão do Transporte Escolar, compete às unidades escolares públicas estaduais, por meio do Diretor Escolar:

**I** - cadastrar, e/ou designar servidor, no Sistema Estadual de Gestão Escolar, os estudantes da educação básica que necessitam do transporte escolar para acesso à escola e sua permanência;

**II** - atualizar, e/ou designar servidor, sempre que necessário, as informações contidas no Sistema Estadual de Gestão Escolar;

**III** - acompanhar e atestar a execução dos serviços de transporte escolar, enviando para a SRE, à qual estiver jurisdicionada os atestados de frequência mensais, devidamente assinados pela Direção Escolar;

**IV** - estabelecer que o embarque/desembarque de estudantes seja realizado, preferencialmente, no portão principal da escola e/ou em situação lateral, em que eles sejam resguardados de atravessar vias de trânsito para acesso às suas dependências;

**V** - sinalizar os locais de embarque/desembarque de estudantes nas proximidades, resguardando os locais de utilização exclusiva dos veículos de transporte escolar; e

**VI** - informar irregularidades sobre transporte escolar, abrindo chamado em <https://atendimento.sedu.es.gov.br>, bem como enviar e-mail com o número do chamado para a SRE.

**Art. 368.** Compete aos estudantes e seus responsáveis legais, usuários do transporte escolar:

**I** - ter conhecimento de que o transporte escolar beneficiará os estudantes da educação básica que residam a uma distância igual ou superior a 03 (três) quilômetros da escola ou da linha-tronco, salvo situações em que for identificado risco de vida ou áreas de vulnerabilidade;

**II** - colocar o material escolar em local apropriado, de forma a não comprometer sua própria segurança e a dos demais colegas durante todo o trajeto;

**III** - usar corretamente o cinto de segurança durante todo o trajeto percorrido pelo transporte escolar; e

**IV** - atender às orientações de segurança e cuidado repassadas pelo motorista e monitor do transporte escolar.

**Art. 369.** As situações de conflito e/ou indisciplina ocorridas durante o trajeto do transporte escolar poderão resultar em medidas envolvendo a família e/ou o representante legal do estudante, o Conselho Tutelar (no caso de estudantes menores de idade) e o Ministério Público (quando se tratar de estudantes com 18 anos ou mais), por iniciativa do motorista ou de qualquer pessoa que se sinta prejudicada.

**§ 1º** Os profissionais da unidade escolar pública estadual não terão quaisquer responsabilidades pelas medidas adotadas pelos entes mencionados no *caput* deste artigo, uma vez que não foram testemunhas oculares nem estiveram envolvidos diretamente na ocorrência.

**§ 2º** O motorista e o monitor do transporte escolar, diante de situações de conflito e/ou comportamentos inadequados por parte do estudante, devem comunicar o ocorrido à família e/ou ao representante legal, a fim de que, em conjunto, sejam providenciados os encaminhamentos necessários para a resolução do problema.

## CAPÍTULO VII DA GESTÃO DOCUMENTAL

**Art. 370.** A gestão documental abrange um conjunto de procedimentos e operações técnicas relacionados à sua criação, circulação, acesso, utilização, avaliação e arquivamento nas fases corrente e intermediária, com o objetivo de determinar sua eliminação ou encaminhamento para guarda permanente.

**Parágrafo único.** No Espírito Santo, as entidades e órgãos da administração direta e indireta devem realizar a gestão documental de acordo com as orientações do Programa de Gestão Documental - PROGED.

**Art. 371.** Em conformidade com o Decreto Regulamentar Estadual nº 4.343-R/2018, suas alterações ou a que vier a substituí-lo, as entidades e os órgãos mencionados no parágrafo único do art. 370 devem estabelecer e manter, de forma permanente, suas Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos - CADS.

**Parágrafo único.** As CADS serão responsáveis por orientar e conduzir o processo de análise, avaliação e seleção da documentação gerada e acumulada em suas áreas de atuação.

**Art. 372.** Ainda em consonância com o Decreto Regulamentar Estadual nº 4.343-R/2018, compete às CADS, no âmbito de sua atuação:

- I - executar as atividades de avaliação e destinação de documentos;
- II - elaborar e manter atualizados o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos relativos às atividades-fim;
- III - participar da atualização do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade das atividades-meio e demais instrumentos, quando convocadas pelo Comitê Gestor;
- IV - propor ao Comitê Gestor do PROGED critérios e procedimentos de gestão de documentos, visando ao aprimoramento do Programa;
- V - acompanhar os processos de contratação de serviços, sistemas e equipamentos na área de gestão de documentos e orientar quanto ao cumprimento das diretrizes emanadas do Programa.

**Art. 373.** Segundo o Decreto Regulamentar Estadual nº 5.491-R/2023 e suas alterações ou a que vier a substituí-lo, ficam estabelecidos, nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Espírito Santo, a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, na perspectiva de que esses documentos digitalizados tenham os mesmos efeitos legais dos seus originais.

**Parágrafo único.** O Sistema de Gestão de Documentos Arquivísticos Eletrônicos - E-Docs é o Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos - SIGAD, adotado pelo Governo do Estado do Espírito Santo para a captura e gestão de documentos digitalizados.

**Art. 374.** Conforme estabelecido pelo Decreto Regulamentar Estadual nº 5.491-R/2023, após a digitalização, a eliminação dos documentos em papel deverá obedecer às normas e orientações dispostas no PROGED.

**§ 1º** Documentos em papel, na fase corrente ou intermediária, cuja destinação final seja eliminação, poderão ser descartados imediatamente, após a digitalização, desde que:

I - seja conferido se a digitalização atendeu aos padrões estabelecidos neste Decreto e nas demais normas constantes no PROGED;

II - seja garantida a captura do representante digital no SIGAD; e

III - sejam submetidos diretamente a uma plataforma de preservação, conforme normas e requisitos definidos em Política de Preservação Digital do Governo do Estado do Espírito Santo.

**§ 2º** Os documentos em papel relativos à vida funcional do servidor público, após a digitalização, só poderão ser descartados depois do cumprimento dos prazos de guarda estabelecidos na Tabela de Temporalidade e nas normas estabelecidas no PROGED.

**§ 3º** A eliminação de documentos em papel que foram digitalizados, sem valor histórico, só será possível mediante autorização do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - APEES, e após o cumprimento dos prazos de guarda nas fases corrente e intermediária, estabelecidos na Tabela de Temporalidade e Destinação - TTD.

**Art. 375.** A Direção das unidades escolares públicas estaduais, em se tratando da gestão documental, incluindo a eliminação de documentos, deverá sempre consulta a CADS/SEDU, cujos membros foram designados pela Portaria SEDU nº 554-S/2024 e suas alterações ou a que vier a substituí-la.

## CAPÍTULO VIII DAS RECOMENDAÇÕES FINAIS

**Art. 376.** Os Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos - CEEJAs também elaborarão seus Regimentos Específicos com base nesta Diretriz Regimental Comum da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo.

**Art. 377.** Os Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos - NEEJAs serão regidos pelo Regimento Específico da unidade escolar pública estadual à qual estiverem vinculados.

**Art. 378.** O Regimento Específico da unidade escolar pública estadual será analisado e aprovado pela SRE à qual a escola estiver jurisdicionada.

**Art. 379.** A SEDU, por meio da GENPRO, criará um repositório com os Regimentos Escolares que foram aprovados por todas as SREs.

**Art. 380.** A Direção da unidade escolar pública estadual divulgará o Regimento Escolar aprovado pela SRE, para que toda a comunidade escolar tenha conhecimento, usufrua e o aplique no seu dia a dia, observando os dispositivos nele estabelecidos para o bom funcionamento da escola.

**Art. 381.** Os casos omissos nesta Diretriz Regimental Comum deverão ser analisados pela SEDU, por meio da Subsecretaria de Estado de Planejamento e Avaliação - SEPLA e da GENPRO.

**Art. 382.** As legislações educacionais e congêneres em vigor que fundamentam esta Diretriz Regimental Comum serão listadas, acompanhadas de seus respectivos links eletrônicos, bem como a Portaria que instituiu este Regimento, estarão acessíveis ao público de forma permanente na versão impressa e digital desta Diretriz Regimental Comum.

**Art. 383.** A Revisão desta Diretriz Regimental Comum será feita mediante autorização do Secretário de Estado da Educação.

**Parágrafo único.** As alterações feitas na Diretriz Regimental Comum devem reverberar nos Regimentos Específicos das unidades escolares.

**Art. 384.** Esta Diretriz Regimental Comum, como diretriz norteadora para construção do Regimento Escolar Específico de cada unidade escolar da rede estadual de ensino, entrará em vigor na data de publicação da Portaria que o instituiu.

## REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, 05 out. 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em: 06 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 6.202, de 17 de abril de 1975**. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 17 abr. 1975. Brasília, DF: Presidência da República, [1975]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/l6202.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6202.htm). Acesso em: 06 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 7.398**, de 4 de novembro de 1985. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Diário Oficial da União, 05 nov. 1985. Brasília, DF: Presidência da República, [1985]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7398.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7398.htm). Acesso em: 06 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, 16 jul. 1990. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069compilado.htm). Acesso em: 06 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União, 9 jan. 1991. Retificada em 28 jan. 1991. Brasília, DF: Presidência da República, [1991]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8159.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm). Acesso em: 06 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.429**, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. Diário Oficial da União, 3 jun. 1992. Brasília, DF: Presidência da República, [1992]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8429compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429compilada.htm). Acesso em: 06 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.294**, de 15 de julho de 1996. Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal. Diário Oficial da União, 16 jul. 1996. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9294.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9294.htm). Acesso em: 06 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 23 dez. 1996. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm). Acesso em: 06 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, 11 jan. 2002. Brasília, DF: Presidência da República, [2002]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm). Acesso em: 06 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro Brasileira” e dá outras providências. Diário Oficial da União, 10 jan. 2003. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 06 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro Brasileira e Indígena. Diário Oficial da União, 11 mar. 2008. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/L11645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/L11645.htm). Acesso em: 06 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.738**, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Diário Oficial da União, 17 jul. 2008. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/L11738.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/L11738.htm). Acesso em: 06 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.010**, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Diário Oficial da União, 4 ago. 2009. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/L12010.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/L12010.htm). Acesso em: 06 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, 18 nov. 2011. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/lei/L12527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/L12527.htm). Acesso em: 06 nov. 2025.



BRASIL. **Lei Federal nº 12.546**, de 14 de dezembro de 2011. Altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer produto fumígeno em recintos coletivos fechados, privados ou públicos. Diário Oficial da União, 15 dez. 2011. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/L12546compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/L12546compilado.htm). Acesso em: 06 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.852**, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Diário Oficial da União, 6 ago. 2013. Brasília, DF: Presidência da República, [2013]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm). Acesso em: 06 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, 26 jun. 2014. Brasília, DF: Presidência da República, [2014]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 06 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.185**, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Diário Oficial da União, 9 nov. 2015. Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm). Acesso em: 06 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - [redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019]. Diário Oficial da União, 15 ago. 2018. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm). Acesso em: 06 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.803**, de 10 de janeiro de 2019. Altera dispositivo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para obrigar a notificação de faltas escolares ao Conselho Tutelar quando superiores a 30% do percentual permitido em lei. Diário Oficial da União, 11 jan. 2019. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/l13803.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13803.htm). Acesso em: 06 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.853**, de 8 de julho de 2019. Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e cria a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Diário Oficial da União, 9 jul. 2019. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/l13853.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13853.htm). Acesso em: 06 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.935**, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Diário Oficial da União, 12 dez. 2019. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm). Acesso em: 06 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 14.113**, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. Diário Oficial da União, 25 dez. 2020. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/l14113.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14113.htm). Acesso em: 06 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 14.180**, de 1º de julho de 2021. Institui a Política de Inovação Educação Conectada, em consonância com o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Diário Oficial da União, 2 jul. 2021. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/l14180.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14180.htm). Acesso em: 07 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 14.191**, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Diário Oficial da União, 4 ago. 2021. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm). Acesso em: 07 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 14.276**, de 27 de dezembro de 2021. Altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 (Fundeb), para dispor sobre o cômputo das matrículas da educação profissional técnica de nível médio e do itinerário de formação técnica e profissional, além de outros ajustes relacionados ao VAAT e indicadores de equidade. Diário Oficial da União, 28 dez. 2021. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/l14276.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14276.htm). Acesso em: 07 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 14.533**, de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394/1996; 9.448/1997; 10.260/2001; e 10.753/2003. Diário Oficial da União, 11 jan. 2023. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/l14533.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14533.htm). Acesso em: 07 nov. 2025.



BRASIL. **Lei Federal nº 14.644**, de 2 de agosto de 2023. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para prever a instituição de Conselhos Escolares e de Fóruns dos Conselhos Escolares. Diário Oficial da União, 3 ago. 2023. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Lei/L14644.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14644.htm). Acesso em: 07 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 14.811**, de 12 de janeiro de 2024.

Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Diário Oficial da União, 15 jan. 2024. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/L14811.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14811.htm). Acesso em: 07 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 14.819**, de 16 de janeiro de 2024. Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. Diário Oficial da União, 17 jan. 2024. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/L14819.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14819.htm). Acesso em: 07 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 14.934**, de 25 de julho de 2024. Prorroga, até 31 de dezembro de 2025, a vigência do Plano Nacional de Educação, aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Diário Oficial da União, 26 jul. 2024. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/L14934.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14934.htm). Acesso em: 07 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 14.945**, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para definir diretrizes para o ensino médio. Diário Oficial da União, 1 ago. 2024. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/08/2024&jornal=515&pagina=5&totalArquivos=186>. Acesso em: 07 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 14.952**, de 6 de agosto de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de estabelecer regime escolar especial para atendimento a educandos nas situações que especifica. Diário Oficial da União, 7 ago. 2024. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/L14952.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14952.htm). Acesso em: 07 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 15.100**, de 13 de janeiro de 2025. Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica. Diário Oficial da União, 14 jan. 2025. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/lei/L15100.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/L15100.htm). Acesso em: 07 nov. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 15.231**, de 6 de outubro de 2025. Altera as Leis nºs 13.819, de 26 de abril de 2019, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a notificação ao Conselho Tutelar, pelos estabelecimentos de ensino, dos casos de violência neles ocorridos, especialmente automutilação e suicídio. Diário Oficial da União, 7 out. 2025. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/Lei/L15231.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/Lei/L15231.htm). Acesso em: 07 nov. 2025.

### Decretos Federais

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal, atualizado até 2025. Diário Oficial da União, 31 dez. 1940 e retificado em 3 jan. 1941. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1941]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 07 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.688**, de 3 de outubro de 1941. Lei das Contravenções Penais. Diário Oficial da União, 13 out. 1941. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1941]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3688.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm). Acesso em: 07 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452**, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Diário Oficial da União, 9 ago. 1943, retificado pelo Decreto-Lei nº 6.353, de 1944 e retificado pelo Decreto-Lei nº 9.797, de 1946. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1946]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm). Acesso em: 07 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 6.353**, de 20 de março de 1944. Corrige erros dactilográficos e de impressão e dá nova redação a dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União, 21 mar. 1944. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1944]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del6353.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del6353.htm). Acesso em: 07 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.797**, de 9 de setembro de 1946. Altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho referentes à Justiça do Trabalho, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 11 set. 1946. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1946]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del9797.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9797.htm). Acesso em: 07 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 715**, de 30 de julho de 1969. Altera dispositivo da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), incluindo abono de faltas para reservistas em serviço. Diário Oficial da União, 31 jul. 1969. Brasília, DF: Presidência da República, [1969]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del0715.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0715.htm). Acesso em: 07 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.044**, de 21 de outubro de 1969. Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores de afecções que indica. Diário Oficial da União, 22 out. 1969 e retificado em 11 nov. 1969. Brasília, DF: Presidência da República, [1969]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del1044.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1044.htm). Acesso em: 07 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.099**, de 3 de junho de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, e institui os serviços de referência sentinela. Diário Oficial da União, 4 jun. 2004. Brasília, DF: Presidência da República, [2004]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5099.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5099.htm). Acesso em: 07 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 8.262**, de 31 de maio de 2014. Altera o Decreto nº 2.018, de 1º de outubro de 1996, que regulamenta a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, estabelecendo restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, derivados ou não do tabaco. Diário Oficial da União, 2 jun. 2014. Brasília, DF: Presidência da República, [2014]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/decreto/d8262.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8262.htm). Acesso em: 07 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 11.713**, de 26 de setembro de 2023. Institui a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas. Diário Oficial da União, 27 set. 2023. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/d11713.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11713.htm). Acesso em: 07 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 12.385**, de 18 de fevereiro de 2025. Regulamenta a Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025, para tratar da proibição do uso, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais durante a aula, o recreio ou o intervalo entre as aulas, para todas as etapas da educação básica, com o objetivo de preservar a saúde mental, física e psíquica das crianças e dos adolescentes. Diário Oficial da União, 19 fev. 2025. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/decreto/D12385.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12385.htm). Acesso em: 07 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 12.686**, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União, 21 out. 2025. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm). Acesso em: 21 out. 2025.

### Resoluções Federais

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE-CEB nº 2**, de 19 de maio de 2010. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Diário Oficial da União, 20 maio 2010. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: [https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category\\_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192](https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE-CEB nº 3**, de 15 de junho de 2010. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos e exames de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e educação de jovens e adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Diário Oficial da União, 16 jun. 2010. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: [https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=5642-rceb003-10&category\\_slug=junho-2010-pdf&Itemid=30192](https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5642-rceb003-10&category_slug=junho-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE-CEB nº 4**, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, 14 jul. 2010. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: [https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=5916-rceb004-10&category\\_slug=julho-2010-pdf&Itemid=30192](https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5916-rceb004-10&category_slug=julho-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE-CEB nº 7**, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, 15 dez. 2010. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: [https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7246-rceb007-10&category\\_slug=dezembro-2010-pdf&Itemid=30192](https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7246-rceb007-10&category_slug=dezembro-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE-CEB nº 3**, de 13 de maio de 2016. Define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Diário Oficial da União, 16 maio 2016. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=41061-rceb003-16-pdf&category\\_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192](https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41061-rceb003-16-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE-CP nº 2**, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Diário Oficial da União, 22 dez. 2017. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: [https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE-CP nº 1**, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, 6 jan. 2021. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: [https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category\\_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192](https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE-CEB nº 1**, de 4 de outubro de 2022. Estabelece normas sobre Computação na Educação Básica, complementares à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Diário Oficial da União, 6 out. 2022. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: [https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=241671-rceb001-22&category\\_slug=outubro-2022-pdf&Itemid=30192](https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=241671-rceb001-22&category_slug=outubro-2022-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). **Resolução nº 245**, de 5 de abril de 2024. Dispõe sobre os direitos das crianças e adolescentes em ambiente digital. Diário Oficial da União, 9 abr. 2024. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/12390/1/resoluCAo-n-245-de-5-de-abril-de-2024-resoluCAo-n-245-de-5-de-abril-de-2024-dou-imprensa-nacional.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 855**, de 23 de abril de 2024. Proíbe a fabricação, importação, comercialização, distribuição, armazenamento, transporte e propaganda de dispositivos eletrônicos para fumar. Diário Oficial da União, 24 abr. 2024. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: [https://anvisa.gov.br/legis/datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&link=S&tipo=RDC&numeroAto=00000855&seqAto=000&valorAto=2024&orgao=RDC/DC/ANVISA/MS&cod\\_modulo=310&cod\\_menu=9431](https://anvisa.gov.br/legis/datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&link=S&tipo=RDC&numeroAto=00000855&seqAto=000&valorAto=2024&orgao=RDC/DC/ANVISA/MS&cod_modulo=310&cod_menu=9431). Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina - CFM. **Resolução CFM nº 2.381**, de 20 de junho de 2024. Normatiza a emissão de documentos médicos e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2 jul. 2024. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: [https://crmpi.org.br/wp-content/uploads/2024/07/2381\\_2024.pdf](https://crmpi.org.br/wp-content/uploads/2024/07/2381_2024.pdf). Acesso em: 10 nov. 2025.



BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE-CEB nº 2**, de 13 de novembro de 2024. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM). Diário Oficial da União, 14 nov. 2024. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: [https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=265041-rceb002-24&category\\_slug=novembro-2024&Itemid=30192](https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=265041-rceb002-24&category_slug=novembro-2024&Itemid=30192). Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE-CEB nº 2**, de 21 de março de 2025. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e integração curricular de educação digital e midiática. Diário Oficial da União, 21 mar. 2025. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/marco/rceb002\\_25.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/marco/rceb002_25.pdf). Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE-CEB nº 3, de 8 de abril de 2025**. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Diário Oficial da União, 9 abr. 2025. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/abril/rceb003\\_25.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/abril/rceb003_25.pdf). Acesso em: 10 nov. 2025.

## LEGISLAÇÃO ESTADUAL

ESPÍRITO SANTO. **Constituição do Estado do Espírito Santo**, de 5 de outubro de 1989. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo - DOES, 05 out. 1989. Espírito Santo, ES: Assembleia Legislativa do Espírito Santo - ALES, [1989]. Disponível em: <https://pge.es.gov.br/Media/pge/docs/Outros/Constituicao-Estadual-atualizada-23-10-23.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

### Lei Estadual

ESPÍRITO SANTO. **Lei Ordinária Estadual nº 2.277**, de 30 de janeiro de 1967. Dispõe sobre os fins da educação, direito à educação e liberdade de ensino no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 31 jan. 1967. Espírito Santo, ES: ALES, [1967]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI22771967.html>. Acesso em: 10 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Complementar Estadual nº 46**, de 31 de janeiro de 1994. Institui o Regime Jurídico Único para os servidores públicos civis da administração direta, das autarquias e das fundações públicas do Estado do Espírito Santo, de qualquer dos seus Poderes. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 31 jan. 1994. Espírito Santo, ES: ALES, [1994]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEC461994.html>. Acesso em: 10 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Complementar Estadual nº 115**, de 13 de janeiro de 1998. Institui o Estatuto do Magistério Público Estadual e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 14 jan. 1998. Espírito Santo, ES: ALES, [1998]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEC1151998.html>. Acesso em: 10 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Ordinária Estadual nº 5.580**, de 13 de janeiro de 1998. Institui o Plano de Carreira e Vencimentos do Magistério Público Estadual do Espírito Santo. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 14 jan. 1998. Espírito Santo, ES: ALES, [1998]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI55801998.html>. Acesso em: 10 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Ordinária Estadual nº 7.687**, de 19 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a cessão de espaços públicos para eventos, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 22 dez. 2003. Espírito Santo, ES: ALES, [2003]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI76872003.html>. Acesso em: 10 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Complementar Estadual nº 309**, de 30 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o perfil tipológico das unidades de ensino da rede pública estadual, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 03 jan. 2005. Espírito Santo, ES: ALES, [2005]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEC3092004.html>. Acesso em: 10 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Complementar Estadual nº 390**, de 10 de maio de 2007. Reorganiza a estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Educação – SEDU e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 11 maio 2007. Espírito Santo, ES: ALES, [2007]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEC3902007.html>. Acesso em: 10 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Complementar Estadual nº 401**, de 12 de julho de 2007. Redefine o funcionamento do Conselho Estadual de Educação - CEE e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 16 jul. 2007. Espírito Santo, ES: ALES, [2007]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEC4012007.html>. Acesso em: 10 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Complementar Estadual nº 448**, de 21 de julho de 2008. Altera dispositivos das Leis Complementares nº 115, de 13.01.1998; nº 309, de 30.12.2004; e nº 428, de 17.12.2007. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 22 jul. 2008. Espírito Santo, ES: ALES, [2008]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEC4482008.html>. Acesso em: 11 nov. 2025.



ESPÍRITO SANTO. **Lei Complementar Estadual nº 507**, de 30 de novembro de 2009. Cria o cargo e a respectiva carreira de Agente de Suporte Educacional. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 01 dez. 2009, republicada em 02 dez. 2009. Espírito Santo, ES: ALES, [2009]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEC5072009.html>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Ordinária Estadual nº 9.620**, de 11 de janeiro de 2011. Altera a redação da Lei nº 8.958, de 18.07.2008. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 13 jan. 2011. Espírito Santo, ES: ALES, [2011]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI96202011.html>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Ordinária Estadual nº 9.770**, de 26 de dezembro de 2011. Altera dispositivo da Lei nº 5.580, de 13.01.1998. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 28 dez. 2011. Espírito Santo, ES: ALES, [2011]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI97702011.html>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Ordinária Estadual nº 9.971**, de 27 de dezembro de 2012. Transfere Centros Estaduais de Educação Técnica - CEET da Secretaria de Estado da Educação - SEDU para a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho - SECTTI; cria cargos temporários para a SECTTI e SEDU e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 28 dez. 2012. Espírito Santo, ES: ALES, [2012]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI99712012.html>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Ordinária Estadual nº 10.039**, de 10 de junho de 2013. Altera a Lei nº 9.971, de 27.12.2012, que transfere os Centros Estaduais de Educação Técnica - CEET para a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho - SECTTI. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 11 jun. 2013. Espírito Santo, ES: ALES, [2013]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI100392013.html>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Ordinária Estadual nº 9.999**, de 3 de abril de 2013. Institui o Programa Estadual do Transporte Escolar no Estado do Espírito Santo - PETE/ES e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 04 abril 2013. Espírito Santo, ES: ALES, [2013]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI99992013.html>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Complementar Estadual nº 725**, de 12 de dezembro de 2013. Reorganiza o cargo e a respectiva carreira de Agente de Suporte Educacional, vinculado à Secretaria de Estado da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 13 dez. 2013. Espírito Santo, ES: ALES, [2013]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEC7252013.html>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Ordinária Estadual nº 10.333**, de 12 de janeiro de 2015. Assegura a criação, organização e atuação dos Grêmios Estudantis nos estabelecimentos de ensino do Estado. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 13 jan. 2015. Espírito Santo, ES: ALES, [2015]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI103332015.html>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Ordinária Estadual nº 10.382**, de 24 de junho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação do Espírito Santo - PEE/ES, período 2015/2025. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 25 jun. 2015. Espírito Santo, ES: ALES, [2015]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI103822015.html>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Complementar Estadual nº 809**, de 23 de setembro de 2015. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado pelo Estado do Espírito Santo para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e do inciso IX do art. 32 da Constituição Estadual, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 24 set. 2015, republicada em 25.09.2015. Espírito Santo, ES: ALES, [2015]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEC8092015.html>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Ordinária Estadual nº 10.975**, de 14 de janeiro de 2019. Consolida a legislação em vigor referente à denominação de [patrimônio] público no âmbito do Estado. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 15 jan. 2019. Espírito Santo, ES: ALES, [2019]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI109752019.html>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Complementar Estadual nº 928**, de 25 de novembro de 2019. Estabelece diretrizes para a oferta de Educação em Tempo Integral nas escolas públicas estaduais e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 26 nov. 2019. Espírito Santo, ES: ALES, [2019]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEC9282019.html>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Ordinária Estadual nº 11.147**, de 7 de julho de 2020. Define a obrigatoriedade de notificação compulsória dos eventos de violência de interesse do Sistema Único de Saúde – SUS à autoridade sanitária estadual, por todos os profissionais dos serviços de saúde, instituições de ensino e assistência social, de caráter público, privado ou filantrópico, em todo o território do Estado do Espírito Santo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 08 jul. 2020. Espírito Santo, ES: ALES, [2020]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI111472020.html>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Ordinária Estadual nº 11.336**, de 14 de julho de 2021. Altera a Lei nº 9.999, de 3 de abril de 2013, que institui o Programa Estadual de Transporte Escolar no Estado do Espírito Santo - PETE/ES e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 14 jul. 2021. Espírito Santo, ES: ALES, [2021]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI113362021.html>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Complementar Estadual nº 1.003**, de 1º de abril de 2022. Dispõe sobre criação das Funções Gratificadas de Coordenador Pedagógico e Coordenador Administrativo, de Secretaria e Financeiro para as unidades escolares de Perfis Tipológicos Categorias I e II da rede pública estadual, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 01 abril 2022. Espírito Santo, ES: ALES, [2022]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEC10032022.html>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Complementar Estadual nº 1.010**, de 1º de abril de 2022. Altera a Lei Complementar nº 928, de 25 de novembro de 2019, que estabelece diretrizes para a oferta de Educação em Tempo Integral nas escolas públicas estaduais e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 02 abril 2022. Espírito Santo, ES: ALES, [2022]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEC10102022.html>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Complementar Estadual nº 1.019**, de 15 de julho de 2022. Institui o regime especial de trabalho para os servidores públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual, que tenham cônjuge, filho ou dependente com deficiência. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 18 jul. 2022. Espírito Santo, ES: ALES, [2022]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEC10192022.html>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Ordinária Estadual nº 12.006**, de 21 de dezembro de 2023. Dispõe sobre a Gestão Democrática da Educação Básica Pública Estadual e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 22 dez. 2023. Espírito Santo, ES: ALES, [2023]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI120062023.html>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Complementar Estadual nº 1.080**, de 2 de maio de 2024. Altera a Lei Complementar nº 847, de 12 de janeiro de 2017; a Lei Complementar nº 962, de 30 de dezembro de 2020, e a Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 03 maio 2024. Espírito Santo, ES: ALES, [2024]. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEC10802024.html>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Ordinária Estadual nº 12.520**, de 28 de julho de 2025. Estabelece medidas protetivas e procedimentos para os casos de violência contra os profissionais da educação no estado do Espírito Santo, denominados “SOS Educação”. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 29 jul. 2025. Espírito Santo, ES: ALES, [2025]. Disponível em:

<https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI125202025.html>.

Acesso em: 11 nov. 2025.

### Decreto Estadual

ESPÍRITO SANTO. **Decreto Regulamentar Estadual nº 1.595-R**, de 6 de dezembro de 2005. Institui o Código de Ética dos Servidores Cíveis do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 07 dez. 2005. Espírito Santo, ES: Governo do Estado, [2005]. Disponível em:

[https://seg.es.gov.br/Media/Seg/Arquivos/diario\\_oficial%201595-](https://seg.es.gov.br/Media/Seg/Arquivos/diario_oficial%201595-R%20de%202005.pdf)

[R%20de%202005.pdf](https://seg.es.gov.br/Media/Seg/Arquivos/diario_oficial%201595-R%20de%202005.pdf). Acesso em: 11 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Decreto Regulamentar Estadual nº 2.177-R**, de 12 de dezembro de 2008. Dispõe sobre as atribuições de Direção, Gestão Pedagógica, Gestão Educacional e Coordenação Escolar das unidades escolares da rede estadual, conforme a LC nº 448, publicada em 22 de julho de 2008 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 15 dez. 2008. Espírito Santo, ES: Governo do Estado, [2008]. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/es/decreto-n-2177-2008-espírito-santo-dispoe-sobre-as-atribuicoes-de-direcao-gestao-pedagogica-gestao-educacional-e-coordenacao-escolar-das-unidades-escolares-da-rede-estadual-conforme-a-lc-no-448-publicada-em-22-de-julho-de-2008-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Decreto Regulamentar Estadual nº 2.297-R**, de 15 de julho de 2009. Dispõe sobre procedimentos para concessão de licenças médicas para os servidores públicos estatutários efetivos, comissionados e designados temporários. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 16 jul. 2009. Espírito Santo, ES: ALES, [2009]. Disponível em:

<https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/DEC%20N%C2%BA%202297-2009.htm>. Acesso em: 12 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Decreto Regulamentar Estadual nº 2.724-R**, de 6 de abril de 2011. Dispõe sobre a acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas no âmbito da Administração Pública Estadual e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 07 abr. 2011. Espírito Santo, ES: Governo do Estado, [2011]. Disponível em:

<https://secont.es.gov.br/Media/Secont/Corregedoria/Decreto%20Estadual%202724-R,%20de%202011.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Decreto Regulamentar Estadual nº 3.126-R**, de 11 de outubro de 2012. Dispõe sobre a estruturação, organização e administração da Gestão Patrimonial Imobiliária do Estado do Espírito Santo no âmbito da Administração Direta e Indireta, no que couber, e estabelece outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 15 out. 2012 e republicado em 21 dez. 2012. Espírito Santo, ES: Governo do Estado, [2012]. Disponível em: <https://seger.es.gov.br/Media/seger/GEPAE/DECRETO%20N%C2%BA%203126-R%20publica%C3%A7%C3%A3o%2021-12-12.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Decreto Regulamentar Estadual nº 4.215-R**, de 29 de janeiro de 2018. Atualiza a regulamentação da Avaliação de Desempenho Individual aplicada aos servidores públicos efetivos dos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 30 jan. 2018. Espírito Santo, ES: Governo do Estado, [2018]. Disponível em: [https://seger.es.gov.br/Media/Segeer/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20de%20Desempenho%20Individual-Legisla%C3%A7%C3%B5es/DECRETO\\_4215-R\\_29-01-2018.pdf](https://seger.es.gov.br/Media/Segeer/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20de%20Desempenho%20Individual-Legisla%C3%A7%C3%B5es/DECRETO_4215-R_29-01-2018.pdf). Acesso em: 12 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Decreto Regulamentar Estadual nº 4.343-R**, de 20 de dezembro de 2018. Atualiza as normas do Programa de Gestão Documental - PROGED, instituído pelo Decreto nº 1.552-R, de 10/10/2005. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 21 dez. 2018. Espírito Santo, ES: Governo do Estado - Programa de Gestão Documental do Estado do Espírito Santo - PROGED, [2018]. Disponível em: <https://proged.es.gov.br/Media/Proged/Legisla%C3%A7%C3%B5es/DECRETO%204343-R%202018.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Decreto Regulamentar Estadual nº 4.730-R**, de 16 de setembro de 2020. Altera o Decreto nº 4.215-R, de 29 de janeiro de 2018. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 17 set. 2020. Espírito Santo, ES: Governo do Estado, [2020]. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/es/decreto-n-4730-2020-espírito-santo-altera-o-decreto-4215-r-de-29-de-janeiro-de-2018?r=p>. Acesso em: 12 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Decreto Regulamentar Estadual nº 4.922-R**, de 9 de julho de 2021. Institui a Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade do Poder Executivo Estadual em consonância com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 12 jul. 2021. Espírito Santo, ES: Governo do Estado, [2021]. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/es/decreto-n-4922-2021-espírito-santo-altera-o-decreto-n-4922-r-de-09-de-julho-de-2021-que-instituiu-a-politica-estadual-de-protecao-de-dados-pessoais-e-da-privacidade-do-poder-executivo-estadual>. Acesso em: 12 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Decreto Regulamentar Estadual nº 5.971-R**, de 18 de abril de 2023. Altera a estrutura organizacional básica e transforma cargos de provimento em comissão e funções gratificadas no âmbito da Secretaria de Estado da Educação - SEDU, sem elevação de despesa fixada. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 19 abr. 2023. Espírito Santo, ES: Governo do Estado, [2023]. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Decreto%20n%C2%BA%205971-R,%20de%2018.04.2023,%20cria%20e%20inclui,%20na%20estrutura%20da%20SEDU,%20a%20G-ABAE%20-%20Ger%C3%Aancia%20de%20Pol%C3%ADticas%20de%20Apoio%20%C3%A0%20Perman%C3%Aancia%20e%20Busca%20Ativa%20Escolar.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Decreto Regulamentar Estadual nº 5.389-R**, de 9 de maio de 2023. Institui o Programa de Educação das Relações Étnico-Raciais - ProERER no âmbito da rede escolar pública estadual. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 10 maio 2023. Espírito Santo, ES: Governo do Estado, [2023]. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/es/decreto-n-5389-2023-espírito-santo-institui-o-programa-de-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-proerer-no-ambito-da-rede-escolar-publica-estadual>. Acesso em: 12 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Decreto Regulamentar Estadual nº 5.491-R**, de 1º de setembro de 2023. Regulamenta a técnica e os requisitos a serem utilizados pelos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Estado do Espírito Santo para a digitalização de documentos públicos ou privados. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 04 set. 2023. Espírito Santo, ES: Governo do Estado, [2023]. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/Portarias%20e%20Editais/DECRETO%20N%C2%BA%205491-R,%20DE%201%C2%BA%20DE%20SETEMBRO%20DE%202023.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.

### Resoluções - CEE/ES

ESPÍRITO SANTO. Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo. **Resolução CEE-ES nº 3.479**, de 22 de maio de 2013. Aprova o documento “Equivalência de Estudos e Revalidação de Diplomas e Certificados”. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 04 dez. 2013, republicada em 03 jan. 2014. Espírito Santo, ES: CEE/ES, [2014]. Disponível em: <https://cee.es.gov.br/Media/cee/Leis/Resolucoes/res3479.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo. **Resolução CEE-ES nº 3.777**, de 20 de outubro de 2014, com vigência em 01 de janeiro de 2015. Fixa normas para a Educação no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 28 out. 2014. Espírito Santo, ES: CEE/ES, [2014]. Disponível em: <https://cee.es.gov.br/Media/cee/3777-2014/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CEE-ES%20N%C2%BA.%203.777-2014%20-%20Livros.pdf> (compilada e atualizada até 2022). Acesso em: 12 nov. 2025.



ESPÍRITO SANTO. Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo. **Resolução CEE-ES nº 4.613**, de 21 de setembro de 2016. Altera os artigos 66, 71, 73, 81 e 83 do Regimento Comum das Escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 11 nov. 2016, com reprodução de publicação em 12 jan. 2017. Espírito Santo, ES: CEE/ES, [2017]. Disponível em: <https://cee.es.gov.br/Media/cee/Importacao/Arquivos/resolucoes/res4613reproduzida.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo. **Resolução CEE-ES nº 4.939**, de 20 de setembro de 2017. Estabelece normas para realização de estágio em cumprimento ao disposto no art. 82 da Lei nº 9.394/1996, alterado pela Lei nº 11.788/2008. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 22 set. 2017. Espírito Santo, ES: CEE/ES, [2017]. Disponível em: <https://cee.es.gov.br/Media/cee/Resolu%C3%A7%C3%B5es%20Normativas%202017/res4939-1.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo. **Resolução CEE-ES nº 5.190**, de 27 de dezembro de 2018. Institui e orienta a implementação do Currículo do Espírito Santo, a ser respeitado obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades, no âmbito da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 31 dez. 2018. Espírito Santo, ES: CEE/ES, [2018]. Disponível em: <https://cee.es.gov.br/Media/cee/Resolu%C3%A7%C3%B5es%20Normativas%202018/res5190-1.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo. **Resolução CEE-ES nº 5.077 [2018]**, de 03 de dezembro de 2019. Revoga os artigos de nº 290 a 296 da Resolução CEE-ES nº 3.777/2014, no que dispõem sobre a organização da oferta da Educação Especial no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 04 dez. 2019. Espírito Santo, ES: CEE/ES, [2019]. Disponível em: <https://cee.es.gov.br/Media/cee/Resolu%C3%A7%C3%B5es%20Normativas%202019/res5077.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo. **Resolução CEE-ES nº 5.777**, de 30 de dezembro de 2020. Aprova o Currículo do Ensino Médio, proposto pela Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo - SEDU, para a sua rede de ensino. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 05 jan. 2021. Espírito Santo, ES: CEE/ES, [2021]. Disponível em: <https://cee.es.gov.br/Media/cee/Resolu%C3%A7%C3%B5es%20Normativas%202020/res.%20CEE-ES%20n%C2%BA.%203.777%20e%20Par.%20CEE-ES%20n%C2%BA.%206.108.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo. **Resolução CEE-ES nº 6.111**, de 1º de outubro de 2021. Altera títulos de seções e subseções, numerações e redações de artigos da Resolução CEE-ES nº 3.777, de 20 de outubro de 2014. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 07 out. 2021. Espírito Santo, ES: CEE/ES, [2021]. Disponível em: <https://cee.es.gov.br/Media/cee/Resolu%C3%A7%C3%B5es%20Normativas%202021/res6111.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.



ESPÍRITO SANTO. Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo. **Resolução CEE-ES nº 7.948**, de 14 de junho de 2024. Aprova as Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos - DCEJA - da Rede Pública Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 19 jun. 2024. Espírito Santo, ES: CEE/ES, [2024]. Disponível em: [https://cee.es.gov.br/Media/cee/Resolucoes\\_Autorizativas\\_2024/res7948.pdf](https://cee.es.gov.br/Media/cee/Resolucoes_Autorizativas_2024/res7948.pdf). Acesso em: 12 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo. **Resolução CEE-ES nº 8.300**, de 27 de novembro de 2024. Orienta as redes e instituições de ensino sobre o período de transição para implantação do ensino médio [conforme Lei Federal nº 14.945/2024]. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 28 nov. 2024. Espírito Santo, ES: CEE/ES, [2024]. Disponível em: [https://cee.es.gov.br/Media/cee/Resolucoes\\_Autorizativas\\_2024/res8300%20-%20CEE%20-%20Orienta%20as%20redes%20e%20institu%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20o%20per%C3%ADodo%20de%20transi%C3%A7%C3%A3o%20para%20implanta%C3%A7%C3%A3o%20do%20ensino%20m%C3%A9dio.pdf](https://cee.es.gov.br/Media/cee/Resolucoes_Autorizativas_2024/res8300%20-%20CEE%20-%20Orienta%20as%20redes%20e%20institu%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20o%20per%C3%ADodo%20de%20transi%C3%A7%C3%A3o%20para%20implanta%C3%A7%C3%A3o%20do%20ensino%20m%C3%A9dio.pdf). Acesso em: 12 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo. **Resolução CEE-ES nº 8.650**, de 23 de abril de 2025. Estabelece normas operacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares no âmbito do Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 06 maio 2025. Espírito Santo, ES: CEE/ES, [2025]. Disponível em: [https://cee.es.gov.br/Media/cee/Resolucoes\\_Autorizativas\\_2025/res8650.pdf](https://cee.es.gov.br/Media/cee/Resolucoes_Autorizativas_2025/res8650.pdf). Acesso em: 12 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo. **Resolução CEE-ES nº 8.938**, de 09 de setembro de 2025. Autoriza, em caráter excepcional, para as instituições públicas de ensino vinculadas a este Conselho, nos anos letivos de 2025 a 2028, o uso de atividades compensatórias de faltas, exclusivamente para o estudante identificado e vinculado como público-alvo da Busca Ativa Escolar, que ultrapassou o limite de faltas de 25% até 35%, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 15 set. 2025. Espírito Santo, ES: CEE/ES, [2025]. Disponível em: [https://cee.es.gov.br/Media/cee/Resolucoes\\_Autorizativas\\_2025/res8938%20-%20SEDU%20-%20BUSCA%20ATIVA.pdf](https://cee.es.gov.br/Media/cee/Resolucoes_Autorizativas_2025/res8938%20-%20SEDU%20-%20BUSCA%20ATIVA.pdf). Acesso em: 12 nov. 2025.

#### Portarias - SEDU

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 128-R**, de 03 de dezembro de 2013. Define normas para Revalidação de Estudos concluídos em instituições de ensino estrangeiras e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 04 dez. 2013. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2013]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/porta/visualizacoes/pdf/2695/#/p:23/e:2695>. Acesso em: 12 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 035-R**, de 21 de fevereiro de 2018. Estabelece normas para a doação e descarte de livros didáticos e outros materiais bibliográficos adquiridos e distribuídos à Secretaria de Estado da Educação e às escolas públicas estaduais do Estado do Espírito Santo pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e Ministério da Educação - MEC, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD e do Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 22 fev. 2018. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2018]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/4016/#/p:33/e:4016>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 072-R**, de 06 de agosto de 2019. Estabelece critérios, procedimentos e responsabilidades para a autorização de uso de unidades escolares da rede pública estadual de ensino do Estado do Espírito Santo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 07 ago. 2019, republicada em 08 nov. 2019. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2019]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/4614/#/p:30/e:4614>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 114-R**, de 19 de novembro de 2019. Institui a Comissão Permanente de Estudos Afrobrasileiros - CEAfro com atuação na Gerência de Educação no Campo, Indígena e Quilombola - GECIQ. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 20 nov. 2019. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2019]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/4623/#/p:42/e:4623>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 149-R**, de 10 de dezembro de 2020. Estabelece Diretrizes para elaboração de Regimento Escolar próprio de cada unidade escolar da rede estadual de ensino do Estado do Espírito Santo, e demais providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 11 dez. 2020, republicada em 22 dez. 2020. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2020]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/5319/#/p:30/e:5319>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 168-R**, de 23 de dezembro de 2020. Estabelece normas e procedimentos complementares referentes à avaliação, recuperação de estudos e ao ajustamento pedagógico dos estudantes das unidades escolares da Rede Estadual de Ensino do estado do Espírito Santo, e demais providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 28 dez. 2020. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2020]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/5325/#/p:55/e:5325>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 084-R**, de 06 de abril de 2021. Institui o Fórum de Professores Coordenadores de Área - PCA no âmbito da rede escolar pública estadual e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 07 abr. 2021, republicada em 19 abr. 2021. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2021]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/5692/#/p:25/e:5692>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 148-R**, de 17 de junho de 2021. Normatiza a criação e o funcionamento dos Núcleos Estaduais de Apoio Pedagógico à Inclusão Escolar - NEAPIEs, e demais providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 18 jun. 2021. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2021]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/5853/#/p:27/e:5853>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 279-R**, de 6 de dezembro de 2021. Define procedimentos e diretrizes para implementação das organizações curriculares na Rede Escolar Pública Estadual, e demais providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 08 dez. 2021. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2021]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/6433/#/p:1/e:6433>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 002-R**, de 12 de janeiro de 2022. Institui e orienta o funcionamento do Programa Sucesso Escolar para os estudantes em situação de distorção idade-série matriculados nos 6º e 7º anos do ensino fundamental das unidades escolares da rede pública estadual de ensino do Espírito Santo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 14 jan. 2022, republicada em 17 jan. 2022. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2022]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/6578/#/p:25/e:6578>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 083-R**, de 28 de março de 2022. Institui o Guia de Cursos Técnicos e de Qualificação Profissional, nas formas articulada (concomitante e integrada) e subsequente ao ensino médio e à Educação de Jovens e Adultos - EJA, ofertados nas escolas da rede escolar pública estadual do estado do Espírito Santo, e dá demais providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 29 mar. 2022. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2022]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/6950/#/p:28/e:6950>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 090-R**, de 13 de abril de 2022. Reestrutura o funcionamento das Superintendências Regionais de Educação - SREs, vinculadas à Secretaria de Estado da Educação - SEDU e dá demais providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 14 abr. 2022. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2022]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/7010/#/p:32/e:7010>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação. **Portaria nº 127-R**, de 08 de junho de 2022. Estabelece critérios para a definição de quantitativos para as funções de Coordenador Escolar, de Pedagogo, de Professor Coordenador de Área - PCA e de Apoio Administrativo nas unidades escolares da rede escolar pública estadual e dá demais providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 09 jun. 2022. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2022]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/7147/#/p:35/e:7147>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 348-R**, de 23 de dezembro de 2022. Institui e orienta o funcionamento do Programa Sucesso Escolar para os estudantes em situação de distorção idade-série matriculados nos 6º e 7º anos do ensino fundamental das unidades escolares da rede pública estadual do Espírito Santo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 26 dez. 2022. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2022]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/7671/#/p:107/e:7671>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação. **Portaria nº 001-R**, de 03 de janeiro de 2023. Estabelece normas para a contratação e a atuação de profissional de apoio escolar (cuidador) para estudantes com deficiência e/ou Transtorno do Espectro Autista, matriculados nas escolas da rede pública estadual do Espírito Santo, em caso de comprovada necessidade. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 04 jan. 2023. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2023]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/7713/#/p:22/e:7713>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação. **Portaria nº 277-R**, de 08 de outubro de 2025. Reestrutura o Sistema Capixaba de Avaliação da Educação Básica - SICAEB no âmbito do Sistema de Ensino do Espírito Santo. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 09 out. 2025, revogando a Portaria SEDU nº 003-R, 13 de janeiro de 2023. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2025]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/10568#/p:60/e:10568?find=Portaria%20277-R>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação; Secretaria de Estado de Direitos Humanos - SEDH/ES; Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo - IASES. **Portaria Conjunta SEDU/SEDH/IASES nº 001-R**, de 13 de janeiro de 2023. Reestrutura a oferta da educação escolar nas Unidades Socioeducativas do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Estado do Espírito Santo. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 19 jan. 2023. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2023]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/7767/#/p:24/e:7767>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 020-R**, de 30 de janeiro de 2023. Aprova o Guia de Documentos Escolares. Institui o Guia de Documentos Escolares para unidades escolares públicas estaduais do Estado do Espírito Santo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 31 jan. 2023. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2023]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/7798/#/p:27/e:7798>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 027-R**, de 14 de fevereiro de 2023. Altera a Portaria nº 348-R, de 23 de dezembro de 2022, que institui e orienta o funcionamento do Programa Sucesso Escolar para os estudantes em situação de distorção idade-série matriculados nos 6º e 7º anos do ensino fundamental das unidades escolares da rede pública estadual do Espírito Santo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 15 fev. 2023. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2023]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/7854/#/p:27/e:7854>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação; Secretaria da Justiça - SEJUS. **Portaria Conjunta SEJUS/SEDU nº 001-R**, 14 de março de 2023. Reestrutura a oferta da educação escolar básica nas Unidades do Sistema Prisional, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos - EJA, por meio da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS e da Secretaria de Estado da Educação - SEDU. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 17 mar. 2023. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2023]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/7924/#/p:38/e:7924>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 109-R**, de 02 de maio de 2023. Atualiza o Programa Todos na Escola no âmbito da rede escolar pública estadual do Espírito Santo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 03 maio 2023. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2023]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/8042/#/p:55/e:8042>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 183-R**, de 25 de agosto de 2023. Reestrutura a organização e o funcionamento dos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos - CEEJAs e dos Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos - NEEJAs. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 28 ago. 2023. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2023]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/8353/#/p:41/e:8353>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 345-R**, de 03 de dezembro de 2025. Institui o Programa “Escola do Futuro” no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 04 dez. 2025. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2025]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/10735#/p:54/e:10735?find=Portaria%20345-R>. Acesso em: 04 dez. 2025.



ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 018-R**, de 22 de janeiro de 2024. Estabelece normas para o registro eletrônico diário de frequência dos profissionais do magistério e técnico-administrativos que atuam nas unidades escolares da rede escolar pública estadual do Espírito Santo. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 23 jan. 2024. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2024]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/8777/#/p:33/e:8777>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 019-R**, de 22 de janeiro de 2024. Dispõe sobre a organização dos Conselhos de Escola das unidades escolares públicas estaduais como Unidades Executoras de Recursos Financeiros e dá demais providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 23 jan. 2024. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2024]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/8777/#/p:46/e:8777>. Acesso em: 14 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 029-R**, de 31 de janeiro de 2024. Regulamenta as eleições para os Conselhos de Escola das unidades escolares da rede pública estadual do Espírito Santo. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 1º fev. 2024. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2024]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/8806/#/p:53/e:8806>. Acesso em: 14 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação. **Portaria nº 554-S**, de 24 de abril de 2024. Designa membros da Comissão Setorial de Avaliação de Documentos - CADS, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 25 abr. 2024. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2024]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/9039/#/p:41/e:9039>. Acesso em: 14 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 107-R**, de 25 de abril de 2024. Institui o novo Sistema Estadual de Gestão Escolar - SEGES e define regras e procedimentos para o uso do Diário de Classe Digital, no âmbito das unidades escolares da rede pública estadual de ensino do Espírito Santo e demais providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 26 abr. 2024. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2024]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/9043/#/p:86/e:9043>. Acesso em: 14 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 144-R**, de 17 de junho de 2024. Altera os artigos 50, 51 e 52 da Portaria SEDU nº168-R, de 23 de dezembro de 2020, que estabelece normas e procedimentos complementares referentes à avaliação, recuperação de estudos e ao ajustamento pedagógico dos estudantes das unidades escolares da Rede Estadual de Ensino do Espírito Santo, e demais providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 18 jun. 2024. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2024]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/9197/#/p:71/e:9197>. Acesso em: 14 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 234-R**, de 16 de setembro de 2024. Estabelece e regulamenta a estrutura metodológica e as atribuições do trabalho dos Assistentes Sociais e Psicólogos das equipes da Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar - APOIE no âmbito da rede pública estadual de ensino do Espírito Santo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 17 set. 2024. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2024]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/9485/#/p:28/e:9485>. Acesso em: 14 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 275-R**, de 22 de outubro de 2024. Institui o Manual da Chamada Escolar anual da rede pública estadual de ensino do Espírito Santo. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 23 out. 2024. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2024]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/9586/#/p:78/e:9586>. Acesso em: 14 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 297-R**, de 14 de novembro de 2024. Acrescenta as Matrizes de Organização Curricular (OC n.103 a 202) à Portaria SEDU n. 279-R, de 06 de dezembro de 2021. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 09 jan. 2025. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2025]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/9803/#/p:31/e:9803>. Acesso em: 14 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 363-R**, de 26 de dezembro de 2024. Institui o Grupo de Trabalho - GT para revisão do Regimento Comum das Escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 27 dez. 2024. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2024]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/9773/#/p:58/e:9773>. Acesso em: 14 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 015-R**, de 14 de janeiro de 2025. Altera dispositivos da Portaria SEDU n. 263-R, de 29 de novembro de 2023, que institui o Programa “Escola do Futuro” no âmbito da rede escolar pública estadual e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 15 jan. 2025. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2025]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/9819/#/p:37/e:9819>. Acesso em: 14 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 024-R**, de 23 de janeiro de 2025. Institui o protocolo de Busca Ativa Escolar nas unidades escolares da rede pública estadual de ensino do Espírito Santo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 24 jan. 2025, revogando a Portaria SEDU nº 234-R, de 03 de outubro de 2022. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2025]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/9852/#/p:62/e:9852>. Acesso em: 14 nov. 2025.



ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação. **Portaria nº 026-R**, de 24 de janeiro de 2025. Atualiza as diretrizes para a organização do Conselho de Líderes de Turma das escolas que ofertam ensino fundamental (anos finais) e ensino médio da rede pública estadual de ensino do Espírito Santo e implementa os Comitês de Líderes de Turma em níveis regionais e estadual. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 27 jan. 2025. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2025]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/9860/#/p:28/e:9860>. Acesso em: 14 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 031-R**, de 31 de janeiro de 2025. Reorganiza o Programa de Fortalecimento da Aprendizagem - PFA para estudantes do 2º ano do ensino fundamental à 3ª série do ensino médio no âmbito das escolas da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 03 fev. 2025, republicada em 14 maio 2025, revogando a Portaria SEDU nº 349-R, de 23 de dezembro de 2022 e a Portaria SEDU nº 139-R, de 19 de junho de 2023. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2025]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/10164/#/p:44/e:10164>. Acesso em: 14 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 072-R**, de 13 de fevereiro de 2025. Regulamenta a eleição dos Líderes e Vice-líderes de turma dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual e dos representantes dos Comitês Regionais e Estadual de Líderes de Turma. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 14 fev. 2025, republicada em 17 fev. 2025. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2025]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/9925/#/p:36/e:9925>. Acesso em: 14 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 034-R**, de 03 de fevereiro de 2025. Disciplina as atribuições dos profissionais que compõem a equipe técnico-pedagógica das unidades escolares públicas estaduais e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 04 fev. 2025. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2025]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/9885/#/p:28/e:9885>. Acesso em: 14 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 339-R**, de 02 de dezembro de 2025. Institui a função de Professor Coordenador de Estratégias para Equidade Racial - PCEER, para atuar nas Escolas Prioritárias no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 03 dez. 2025. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2025]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/10731/#/p:41/e:10731>. Acesso em: 03 dez. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 075-R**, de 13 de fevereiro de 2025. Estabelece critérios para a definição de quantitativos para as funções de Coordenador Escolar, Pedagogo, Professor Coordenador de Área - PCA e Apoio Administrativo nas unidades escolares da rede pública estadual de ensino, e demais providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 14 fev. 2025, revogando a Portaria SEDU nº 127-R, de 08 de junho de 2022; e, retificada em 17 fev. 2025. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2025]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/9914/#/p:42/e:9914>. Acesso em: 14 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 099-R**, de 25 de março de 2025. Institui o Programa de Monitoria Voluntária Estudantil nas escolas de Ensino Fundamental - Anos Finais e de Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 26 mar. 2025, retificada em 10 abr. 2025, revogando a Portaria SEDU nº 098-R, de 16 de agosto de 2017 e a Portaria SEDU nº 224-R, de 20 de outubro de 2023. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2025]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/10030/#/p:54/e:10030>. Acesso em: 14 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 135-R**, de 12 de maio de 2025. Institui os ciclos de aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos - EJA das unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 13 maio. 2025. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2025]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/10157/#/p:36/e:10157>. Acesso em: 14 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação. **Portaria nº 163-R**, de 11 de junho de 2025. Altera e insere dispositivos na Portaria nº 020-R, de 26 de janeiro de 2018, que estabelece procedimentos visando garantir que todas as aulas previstas no calendário letivo e respectivos conteúdos curriculares sejam cumpridos nas escolas da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 12 jun. 2025. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2025]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/10249/#/p:48/e:10249>. Acesso em: 14 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação. **Portaria nº 178-R**, de 30 de junho de 2025. Estabelece normas para o funcionamento das cantinas escolares dos estabelecimentos da Rede Pública Estadual de Ensino. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 1º jul. 2025, revogando a Portaria nº 058-R, de 09 de março 2021. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2025]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/10292/#/p:85/e:10292>. Acesso em: 14 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação. **Portaria nº 254-R**, de 17 setembro de 2025. Regulamenta e define procedimentos para a implementação, no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo, do uso de atividades compensatórias de faltas e de recomposição de aprendizagens, exclusivamente para estudantes identificados e vinculados como público da Busca Ativa Escolar - BAE, que tenham ultrapassado o limite de faltas de 25% (vinte e cinco por cento) até 35% (trinta e cinco por cento), nos anos letivos de 2025 a 2028, em conformidade com a Resolução CEE-ES nº 8.938/2025, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, 18 set. 2025. Espírito Santo, ES: SEDU/ES, [2025]. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/10516#/p:39/e:10516?find=Portaria%20234-R>. Acesso em: 14 nov. 2025.

## Portaria nº 001-R/2026

EXECUTIVO

DIÁRIO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO

Vitória (ES), quarta-feira, 7 de Janeiro de 2026.

17

**ERRATA**

Na Instrução de Serviço P nº 585 de 30 de dezembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado em 05/01/2026, sob o protocolo 1699861.

**ONDE SE LÊ:**

"...Fabrício Guedes Pires de Souza matrícula 108306..."

**LEIA-SE:**

"...Fabrício Guedes Pires de Souza matrícula 108304..."

Vitoria/ES, 06 de janeiro de 2026.

**GIVALDO VIEIRA DA SILVA**

DIRETOR GERAL DO DETRAN/ES

**Protocolo 1701718**

**Secretaria de Estado da Educação - SEDU -**

**PORTARIA Nº 001-R, DE 06 DE JANEIRO DE 2026.**

**Institui a Diretriz Regimental Comum da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo e dá outras providências.**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 3.043/1975, e considerando:

- a **Lei Federal nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, DOU de 23/12/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e suas alterações;

- a **Resolução CEE/ES nº 3.777**, de 20 de outubro de 2014, DIO/ES de 28/10/2014, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, que fixa normas para a Educação no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo e suas alterações;

- a **Portaria SEDU nº 363-R**, de 26 de dezembro de 2024, DIO/ES de 27/12/2024, que institui o Grupo de Trabalho - GT para revisão do Regimento Comum das Escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo;

**RESOLVE:**

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

**Art. 1º** Instituir a Diretriz Regimental Comum da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo.

**§1º** A Diretriz Regimental Comum, nos termos do §1º do art. 53 da Resolução CEE-ES nº 3.777/2014, deverá ser adotada como base para a elaboração do Regimento Escolar de cada unidade escolar pública estadual.

**§2º** A Diretriz Regimental Comum tem por objetivo estabelecer normas para a organização e o funcionamento das escolas públicas estaduais, garantindo a igualdade de acesso e permanência dos estudantes, promovendo a gestão democrática e assegurando a qualidade do ensino em todas as unidades escolares públicas estaduais.

**§3º** Os Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos - CEEJAs deverão elaborar seus Regimentos Específicos pautados na Diretriz Regimental Comum.

**§4º** Os Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos - NEEJAs serão regidos pelo Regimento Escolar da unidade escolar pública estadual à qual estiverem vinculados.

**§5º** A curadoria geral da Diretriz Regimental Comum e de suas alterações será de responsabilidade da Gerência de Normas, Procedimentos e Regulação - GENPRO/SEDU.

**Art. 2º** A Diretriz Regimental Comum da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo será disponibilizada no site da SEDU, por meio da Assessoria de Comunicação.

**Parágrafo único.** Na capa da Diretriz Regimental Comum constará o ano e o número da versão.

**Art. 3º** A Diretriz Regimental Comum somente poderá ser alterada mediante autorização do Secretário de Estado da Educação.

**Parágrafo único.** A versão alterada deverá substituir a anterior no site da SEDU.

**Art. 4º** Quando houver alteração de legislações nacionais ou estaduais, caberá à GENPRO/SEDU:

**I** - propor a alteração ao Secretário de Estado da Educação;

**II** - alterar o arquivo da Diretriz Regimental Comum, após autorização do Secretário de Estado da Educação;

**III** - encaminhar a nova versão à Assessoria de Comunicação para disponibilização no site da SEDU;

**IV** - orientar as unidades escolares públicas estaduais e as Superintendências Regionais de Educação - SREs sobre os dispositivos a serem ajustados nos Regimentos Escolares a partir da alteração da Diretriz Regimental Comum da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo.

**Art. 5º** Fica instituído o Guia de Elaboração e Aprovação do Regimento Escolar das unidades escolares públicas estaduais, composto pelos seguintes itens:

**I** - elaboração do Regimento Escolar;

**II** - tramitação, análise e aprovação do Regimento Escolar;

**III** - alterações do Regimento Escolar aprovado;

**IV** - monitoramento dos Regimentos Escolares;

**V** - anexos.

**Art. 6º** O Guia tem por finalidade orientar as unidades escolares públicas estaduais quanto:

**I** - aos procedimentos para elaboração do Regimento Escolar, com base na Diretriz Regimental Comum, incluindo:



a) a relação dos títulos, capítulos, seções e artigos passíveis de customização pela unidade escolar pública estadual;

b) as formas de diagramação e formatação do Regimento Escolar;

c) o *link* para template e/ou modelo editável para elaboração do Regimento Escolar.

**II** - à tramitação entre escola e a SRE;

**III** - à análise pela Supervisão Escolar Regional;

**IV** - à aprovação pela Supervisão Escolar Regional;

**V** - às orientações para alteração do Regimento Escolar, incluindo adendos e emendas;

**VI** - ao monitoramento do Regimento Escolar pela unidade escolar, pela SRE e pela SEDU Central.

**Art. 7º** O Guia será atualizado sempre que necessário, sem a obrigatoriedade de publicação de nova Portaria.

**§1º** A primeira versão do Guia será identificada pelo número "1.0", acompanhado do ano de publicação.

**§2º** Em caso de alteração parcial ou total do Guia, a capa deverá conter a numeração da nova versão, acompanhada do ano da nova publicação, observando a ordem sequencial em relação à versão anterior.

**§3º** O detalhamento das alterações e respectivas datas deverá constar na página anterior à apresentação do Guia atualizado.

**§4º** O Guia de Elaboração e Aprovação do Regimento Escolar da unidade escolar pública estadual será disponibilizado no site da SEDU, por meio da Assessoria de Comunicação.

**Art. 8º** A SEDU implementará repositório contendo os Regimentos Escolares aprovados por todas as SREs.

**Art. 9º** Os casos omissos nesta Portaria deverão ser analisados pela SEDU, por meio da Subsecretaria de Estado de Planejamento e Avaliação - SEPLA e da GENPRO/SEDU.

**Art. 10.** A Diretriz Regimental Comum da Rede Pública Estadual de Ensino do Espírito Santo entrará em vigor na data de publicação desta Portaria, servindo como parâmetro para os Regimentos Escolares das unidades escolares públicas estaduais, que deverão ser aprovados pelas SREs antes do início do ano letivo de 2026.

**Art. 11.** O Regimento Comum das Escolas da Rede Pública Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo, instituído pela Resolução CEE-ES nº 2.141/2009, DIO/ES de 29/12/2009, deixa de ser referência para elaboração dos Regimentos Escolares a partir da publicação desta Portaria.

**Art. 12.** Revoga-se a Portaria SEDU nº 149-R, de 10 de dezembro de 2020, publicada no DIO/ES de 11/12/2020.

**Art. 13.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vitória/ES, 06 de janeiro de 2026.

**VITOR AMORIM DE ANGELO**

Secretário de Estado da Educação

**Protocolo 1701989**

**PORTARIA Nº 003-S, DE 06 DE JANEIRO DE 2026.**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 3.043/75,

**RESOLVE:**

**Art. 1º DISPENSAR**, a partir de 02/02/2026, **LIDIANE ANDREATI**, nº funcional 3038424, vínculo 9, MaPB-V.4, da função de Coordenador Escolar, FM. CE.5, da **EEEFM BENICIO GONÇALVES**, no município de Vila Velha. (Processo 2025-4D20B).

**Art. 2º DISPENSAR**, a partir de 02/02/2026, **NIUMAR BARBOSA SÃO TEAGO**, nº funcional 3065960, vínculo 19, MaPB-IV.3, da função de Coordenador Escolar, FM. CE.4, da **EEEFM AGOSTINHO SIMONATO**, no município de Cachoeiro de Itapemirim. (Processo 2025-B3JMJ).

**Art. 3º DISPENSAR**, a pedido, a partir de 31/12/2025, **CLAUDIA CALLEGARI FAVERO DOS SANTOS**, nº funcional 3350070, vínculo 4, MaPB-IV.4, da função de Coordenador Escolar, FM. CE.4, da **EEEFM PRESIDENTE LUEBKE**, no município de Vargem Alta. (Processo 2025-B9VRT).

Vitória, 06 de janeiro de 2026.

**VITOR AMORIM DE ANGELO**

Secretário de Estado da Educação

**Protocolo 1701994**

**PORTARIA Nº 004-S, DE 06 DE JANEIRO DE 2026.**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 3.043/1975, e tendo em vista os termos do processo nº 2024-PM0JK,

**RESOLVE:**

**DESIGNAR**, a partir da publicação, **GEZIELI DE LIMA MORAES**, nº funcional 5148189, vínculo 1, Agente de Suporte Educacional, para exercer a função gratificada de **COORDENADOR ADMINISTRATIVO DE SECRETARIA E FINANCEIRO - CASF** na **EEEM PEDRO PAULO GROBERIO**, município de Jaguaré, de acordo com a Lei Complementar nº 928, publicada no Diário Oficial de 26/11/2019 e a Lei Complementar nº 1.003, publicada no Diário Oficial de 02/04/2022.

Vitória, 06 de janeiro de 2026.

**VITOR AMORIM DE ANGELO**

Secretário de Estado da Educação

**Protocolo 1701996**